



**Alessandro Léccas Marçal Neves**

**Problematizando a presença que preenche a ausência  
a presença do negro na obra de  
Sílvio Romero**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Eduardo Wright Cardoso

Rio de Janeiro,  
agosto de 2022



**Alessandro Léccas Marçal Neves**

**Problematizando a presença que preenche a ausência  
a presença do negro na obra de  
Sílvio Romero**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

**Prof. Eduardo Wright Cardoso**

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Daniel Pinha Silva**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

**Profa. Naiara Damas**

Instituto de Ciências Humanas – UFJF

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Alessandro Léccas Marçal Neves**

Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2019.

### Ficha Catalográfica

Neves, Alessandro Léccas Marçal

Problematizando a presença que preenche a ausência: a presença do negro na obra de Sílvio Romero / Alessandro Léccas Marçal Neves ; orientador: Eduardo Wright Cardoso. Rio de Janeiro - 2022.

126 f.: il. color. ; 30 cm

1. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2022.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. História da Literatura. 4. Sílvio Romero 5. Geração de 1870. 6. Racialismo. 7. Raça. I. Cardoso, Eduardo Wright. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

## Agradecimentos

O processo de desenvolvimento do trabalho não foi nada fácil, em um momento pandêmico marcado mais pelas incertezas do que pelas certezas, fazendo com que esta seção dos agradecimentos se torne ainda mais importante.

Gostaria de agradecer profundamente à minha mãe Daniele Pereira Léccas Marçal por todo o esforço realizado me permitindo sonhar com coisas que pareciam inalcançáveis, você sempre será minha maior inspiração. Também gostaria de agradecer à minha irmã Anabella Pereira Léccas por ser minha melhor amiga, grande confidente e por ser um grande orgulho. Ao meu grande amor Larissa Nobre de Souza, não poderia deixar de citá-la, obrigado pelo companheirismo e por todo o apoio, obrigado por sempre estar presente, obrigado por seu amor, te amo profundamente.

Ao meu orientador, Eduardo Wright Cardoso, por toda paciência, atenção, disponibilidade e fundamentalmente por toda compreensão, em todos os altos e baixos que vivi ao longo da pesquisa sempre me sentia mais aliviado ao lidar com um orientador que buscava entender nossas necessidades e demandas, desejo profundamente um contínuo sucesso em sua vida profissional e pessoal.

À professora Naiara Damas, pela disponibilidade de estar na banca e de realizar uma leitura atenciosa da dissertação. Indo além, gostaria de agradecer ao professor Daniel Pinha Silva, não só pela disponibilidade em estar na banca, mas por toda ajuda durante à graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e até mesmo por toda ajuda no processo de entrada na pós-graduação.

Ao CNPq e à PUC-Rio, que com seus auxílios permitiram a existência do trabalho, tendo então um papel preponderante na execução do mesmo. Gostaria de agradecer profundamente às aulas das professoras Maria Elisa Noronha de Sá e Regiane Augusto de Mattos que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Ao meu grande amigo Maicon Braz por todo apoio de sempre. Aos meus queridos primos, Felipe Carvalho e Gabriel Léccas, duas referências que levo eternamente para a vida e dos quais tenho muito orgulho e sorte de poder compartilhar a travessia. Aos meus amigos e amigas da UERJ, Jefferson, Caio, Sérgio, Louback, Pedro Torres e os membros do chernofriends, gostaria de agradecer pelos bons momentos e pela lealdade, a caminhada não seria a mesma a presença de vocês. Aos meus colegas de turma do mestrado, Lucas, Bruna e Adriano. Gostaria que tivéssemos a possibilidade de possuir uma formação mais pautada pela “normalidade”, no entanto, agradeço pelas trocas realizadas mesmo à distância e por toda ajuda nesse caminho árduo.

À toda minha família, incluindo meus tios e minhas tias, minhas queridas primas, ao meu pai que me mostra um grande apoio nas escolhas e decisões que tomo na vida, aos meus irmãos que infelizmente não tenho muito contato, a esses também dedico minha pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, sendo esse apoio fundamental para a elaboração do trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Resumo

NEVES, Alessandro Léccas Marçal; CARDOSO, Eduardo Wright. **Problematizando a presença que preenche a ausência: a presença do negro na obra De Sílvia Romero**. Rio de Janeiro, 2022. 126p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa pretende analisar qual o papel do negro na obra do intelectual Sílvia Romero. A análise, terá como base as obras *A literatura brasileira e a crítica moderna* (1880), *A história da Literatura Brasileira* (1888), *Martins Penna: ensaio crítico* (1901) e *Brasil Social e outros estudos sociológicos* (2001) nas quais o autor mobiliza um repertório racista para se pensar a composição racial na identidade nacional. Acreditando na existência de uma lacuna no entendimento de como o intelectual sergipano pensa a população negra, se introduz essa questão em um contexto marcado pela ação da Geração de 1870 que elaborava uma cultura capaz de renovar mentalidades daquela contemporaneidade através dos ideais cientificistas caracterizados como sendo verdades absolutas, agindo em contraposição aos pilares imperiais que seriam representados como símbolos do atraso. Para realizar esse processo, a ação intelectual romeriana é dividida em três fases: crítica radical, crítica equilibrada e pessimismo, escolhendo obras que representassem essas fases e que trouxessem respostas para a seguinte pergunta: qual o papel do negro na obra de Sílvia Romero?

## Palavras-chave

Sílvia Romero; Raça; Racialismo; Geração de 1870; História da Literatura.

## Abstract

NEVES, Alessandro Léccas Marçal; CARDOSO, Eduardo Wright (Advisor). **Problematizing the presence that fills the absence: the presence of the black in the work By Sílvio Romero.** Rio de Janeiro, 2022. 126p. Dissertação de Mestrado- Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research intends to analyze the role of black people in the work of the intellectual Sílvio Romero. The analysis will be based in the works: *A literatura brasileira e a crítica moderna* (1880), *A história da Literatura Brasileira* (1888), *Martins Penna: ensaio crítico* (1901) e *Brasil Social e outros estudos sociológicos* (2001) which the author mobilizes a racialist repertoire to think about racial composition in national identity. Believing in the existence of a gap in the understanding of how the Sergipe intellectual thinks about the black population, we will introduce this issue in a context marked by the action of the Generation of 1870, which elaborated a culture capable of renewing mentalities of that contemporaneity through the scientific ideals characterized as being absolute truths, acting in opposition to the imperial pillars that would be represented as symbols of backwardness. To carry out this process, we divided the author intellectual action into three phases: radical criticism, balanced criticism and pessimism, choosing works that represent these phases and that bring answers to the following question: what is the role of black people in the work of Sílvio Romero?

## Keywords

Sílvio Romero; Race; Racialism; 1870's generation; History of Literature.

## Sumário

Introdução .....	10
1.1. Raças e concepções racialistas no XIX .....	13
1.2. O estado do negro no Romantismo.....	16
1.3. As três fases de Romero e o fim do silêncio: o negro na obra de Sílvio Romero.....	18
1. Raça, ciência e literatura: entre silenciamento e vozes.....	21
1.1. O haitianismo e o temor escravocrata .....	23
1.2. Reflexões sobre o conceito de raça e colonização .....	29
1.3. Raça e cientificismo no século XIX .....	34
1.4. Os debates sobre o fim da escravidão .....	43
2. A identidade nacional: história, literatura e ciência no XIX .....	52
2.1. A construção da nacionalidade na figuração do outro.....	54
2.2. O período regencial: uma ameaça para a ordem hierárquica? .....	56
2.3. O discurso etnográfico e o benefício da dúvida para os indígenas: o campo historiográfico .....	60
2.4. A missão literária: a identidade nacional e o romantismo.....	67
2.5. A ausência dos negros e o parecer de Sílvio Romero .....	73
3. A Geração de 1870 e a Escola de Recife: o papel do negro.....	80
3.1. O polemismo de Romero e a recepção do repertório europeu.....	87
3.2. O papel do negro na obra de Sílvio Romero: o radicalismo inicial....	94
3.3. Sílvio Romero e sua fase moderada: a mestiçagem e a continuidade do desaparecimento do negro.....	100
3.4. A mestiçagem como ponte: a fase pessimista de Sílvio Romero ....	105
Considerações finais:.....	113

Fontes: ..... 117

Referências Bibliografias:..... 117

*Deixa o menino, menino, menino, menino  
O menino brincar  
Trenzinho com o menino, hein?  
Pois quando eu era menino eu era feliz  
Agora que eu sou grande  
A felicidade não me quis  
Jorge Ben. Deixa o Menino Brincar*

## Introdução

Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero foi um importante intelectual do século XIX e início do século XX. Nascido em 21 de abril de 1851, região da Vila do Lagarto no Sergipe, filho de André Ramos Romero, um português e comerciante e de Maria Vasconcellos da Silveira Ramos que fazia parte de uma família que possuía diferentes engenhos de açúcar, demarcando que parte da infância de Sílvio Romero tenha sido no Engenho de seu avô, no qual viveu até seus cinco anos. A ida para o Engenho Moreira teria se dado em uma espécie de fuga da Febre Amarela que havia o acometido. Ainda nessa época, Romero teve que lidar com a morte da irmã, que foi vítima de cólera-morbo, o que fez com que o mesmo voltasse para Lagarto<sup>1</sup>. Angela Alonso introduz então a ideia da família de Romero estar em um processo de decadência<sup>2</sup>, dado que o contexto de nascimento do autor já não era o mais propício para o desenvolvimento financeiro da elite açucareira devido às atividades econômicas que mudaram a centralidade do eixo econômico brasileiro, gerando então uma notável dificuldade em agregar uma caracterização de Sílvio Romero como sendo um membro de uma classe média ascendente ou de uma burguesia<sup>3</sup>.

Após ter parte da infância vivida em um Engenho, Romero se deslocaria para o Rio de Janeiro para realizar seus estudos do colegial, retornando para Recife apenas em 1868 para ingressar na Faculdade de Direito. Essa entrada é fundamental para a carreira intelectual de Sílvio Romero, pois naquela localidade que o autor teria contato com boa parte do repertório científico que mobilizou ao longo de sua obra, com outros intelectuais com os quais construiria relações duradouras, como é o caso de Tobias Barreto, e vivenciaria toda efervescência que marcaria a Escola de Recife dentro do seu processo de contestação aos pilares imperiais.

Antonio Candido argumenta que aos dezoito anos, em 1869, o intelectual sergipano iniciaria sua carreira intelectual com alguns escritos<sup>4</sup>. Nestes, a principal marca são os constantes ataques direcionados à tradição romântica,

---

<sup>1</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. p. 32.

<sup>2</sup> ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.52.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p, 53.

<sup>4</sup> CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 53.

construindo então desde sua juventude, um processo de diferenciação em relação ao movimento político-literário que seria atrelado ao projeto imperial. Essa diferenciação se daria, em alguns casos, através de ataques deliberados nos quais criticava profundamente a tristeza romântica, que seria o mal do século em contraposição com o século da ciência, que seria marcado pelos avanços e indicava a necessidade de uma vida com alegria e sem temores<sup>5</sup>. Muitos desses escritos estariam presentes em diferentes periódicos daquele contexto, tendo um papel central na existência e nas batalhas travadas entre a intelectualidade do século XIX.

Em 1874, Romero inicia sua carreira política ao ser eleito como Deputado Provincial por Estância, no Sergipe, cargo que abandonaria, posteriormente retorna para o Recife e começa seus primeiros escritos do campo da etnografia e filosofia, tendo seu primeiro livro sobre o assunto publicado ainda no ano de 1875. Em 1876, é nomeado Juiz Municipal em Paraty, no entanto, é em 1880 que sua carreira passa por um processo de diferenciação interessante quando o mesmo começa a residir na Corte, um local que para Sílvio Romero sempre foi motivo de rivalidade. Mas qual a motivação dessa residência? No mesmo ano da publicação de *Literatura Brasileira e a crítica moderna* (1880), o intelectual sergipano conquista uma cadeira de filosofia no Colégio Pedro II com a dissertação *Da interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos* (1880)<sup>6</sup>, trazendo uma maior visibilidade para o autor na região do Rio de Janeiro. No entanto, sua atuação no cenário da Corte não estaria pautada somente pelo magistério, retomando aos escritos em periódicos, o autor atacaria diferentes figuras do Parlamento buscando denunciar a sua incapacidade, dado que, o mesmo deveria ser ocupado por pessoas que possuíssem um determinado desenvolvimento intelectual<sup>7</sup>.

O final da década de 1880 e o início da década de 1890 seriam momentos de certa agitação para Sílvio Romero. Um primeiro aspecto que podemos citar é que, em 1888, o autor elaborou a obra *História da Literatura Brasileira* que seria considerada sua principal produção dentro das inúmeras que o membro da Escola de Recife redigiu. Já possuindo um maior reconhecimento na Corte e já

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.98.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>7</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Op.cit.*, 2000, p. 38.

visualizando o dissenso da cultura imperial, o autor demonstra uma postura mais branda em sua principal obra, pensando nas relações futuras que poderia construir no período republicano. No entanto, um ponto que queremos abordar é o de sua ação política ao longo dos anos 1890. A partir da proclamação da República, não é uma surpresa que o autor tenha se lançado na política novamente, dado que sempre foi um crítico dos rumos políticos imperiais e dos representantes da nação. Depois de algumas controvérsias na sua busca por um cargo político, entendemos que o ano de 1906 merece um destaque pois Romero tentou retornar à política sergipana, mas não obteve êxito, fazendo com que o autor realizasse um processo de aliança com Padre Olímpio, que era uma importante figura política da região. A grande questão é que Olímpio era um opositor ferrenho de Romero, dando a entender que o autor estaria passando por cima de suas próprias convicções em busca do cargo político que desejava. Logo, se antes acreditava que na política era necessário que o indivíduo demonstrasse determinada condição de ilustração para participar efetivamente da mesma, agora, adotava uma postura de aliança com opositores para a conquista de um cargo político, submetendo-se aos jogos de favor e de patrocínio - como afirma Maria Aparecida Rezende Mota<sup>8</sup>.

Mas qual a nossa intenção em tratar da biografia do autor na introdução deste trabalho? Temos duas motivações. A primeira, se dá pelo fato de que delineamos aspectos biográficos que pudessem de alguma maneira dialogar com os principais argumentos da dissertação, tentando inserir os leitores no contexto de desenvolvimento intelectual e político de Sílvio Romero. A segunda se dá pelo fato de que o autor é um dos nossos protagonistas, compartilhando dessa posição de destaque juntamente com a figura do indivíduo negro, o qual discutimos e pensamos ao longo de toda a pesquisa. Mas por qual razão decidimos pensar nesses dois fatores?

Quando se aborda a obra de Sílvio Romero, quase sempre se associa o autor à sua posição sobre a mestiçagem. E, em muitos casos, se trata apenas das primeiras opiniões do autor sobre o aspecto da miscigenação, sem a consideração de outros momentos da obra de Romero nos quais ele demonstra uma mudança em seu pensamento. Nas discussões sobre se o autor apoiaria ou não o processo de mestiçagem, algo nos chamou a atenção: quase não se pensava o papel do negro

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 44.

na obra do autor, e, quando se pensava, era como um instrumento auxiliar para entender a questão da mestiçagem. Na dissertação de Rodrigo Turin *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista* (2005), o autor apresenta uma seção chamada de “História Mestiça”, presente no terceiro capítulo da dissertação. Turin, busca pensar a questão da mestiçagem em Romero, e para isso, analisa os fatores que levaram à formação do mestiço. Um desses elementos seria o indivíduo negro.

O fato de que a presença do negro na obra do intelectual sergipano não ganhou uma maior notoriedade em um trabalho que é uma referência para se entender a produção do autor, nos chamou a atenção: há ali uma lacuna a se preencher. Então, partindo dessa premissa, decidimos que não iríamos mais pensar a figura do negro como forma de auxílio para entender a mestiçagem, e sim, pensaríamos o mestiço e a ideia de mestiçagem de Romero para auxiliar nossa análise sobre como o intelectual sergipano abordou os elementos negros. Então o que devemos questionar é: quais são os protagonistas dessa dissertação? Diríamos que são dois. Sílvio Romero e a população negra. Esse duplo protagonismo se explica pelo fato de que, para entender como Sílvio Romero mobilizava a presença dos indivíduos negros na formação do que o autor concebia como sendo a homogeneidade nacional em um contexto século XIX, era necessário realizar um processo de digressão histórica para pensar a conceituação da raça, a luta abolicionista, as ideias de colonialidade, ou seja, era necessário fazer com a que população negra fosse a protagonista. Mas qual era o contexto que influenciou essa reflexão de Sílvio Romero e suas opiniões sobre a população negra?

## **1.1 Raças e concepções racialistas no XIX**

No primeiro capítulo discutiremos parte do referencial teórico racialista do século XIX que seria fundamental para se pensar os dois protagonistas da dissertação, já que Sílvio Romero estaria constantemente utilizando esses autores como forma de legitimação da sua posição política e intelectual e estaria fazendo isso, para pensar a população negra no Brasil, em um contexto marcado pelo crescimento do movimento abolicionista, no qual concebia os possíveis futuros ou não futuro dos indivíduos negros. O racismo seria um movimento intelectual

nascido na Europa Ocidental, realizando uma análise da sociedade através de ligações inexoráveis entre os aspectos físicos que determinariam a qualidade e a hierarquia da moralidade dos indivíduos. Correntes como a do Monogenismo ou do Poligenismo realizavam uma classificação da sociedade pautada em parâmetros de branquitude, nacionalidade e gênero, que estariam comprovados pelo discurso científico agregador de instantânea legitimidade<sup>9</sup>. Esse discurso racialista utilizava como “laboratório” os projetos coloniais que colocaram frente a frente o “civilizado” e o “selvagem”, criando uma dicotomia entre a civilização e barbárie, na qual aquilo que se afastava da vivência, das sociabilidades e características das sociedades europeias, seria pensado como o “outro”. Aspectos como doenças mentais, questões sociais ou econômicas, tudo isso seria interpretado sob um viés racializado. Carula argumenta que:

Na concepção de Couty, variáveis biológicas e sociais exerciam papéis determinantes no funcionamento cerebral dos indivíduos. Em relação à loucura, o médico francês assegurou que ela se manifestava de maneira diferente no cativo e no senhor. O fato de o escravo ser negro era a principal explicação<sup>10</sup>.

Ou seja, se faz visível a ideia de um determinismo racial que afetaria totalmente a existência daquele indivíduo. Arthur de Gobineau, racialista nascido na França, seria um dos intelectuais que condenaria a existência do Brasil exatamente por sua composição racial, usando expressões como “multidão de macacos”, e caracterizando o então Imperador D. Pedro II como um indivíduo solitário em contraposição à barbárie e a incultura local<sup>11</sup>. O autor seria mobilizado por Sílvio Romero, por isso o entendemos como sendo fundamental no processo de exemplificar uma das diferentes proposições realizadas sobre uma sociedade marcada por composição multiétnica num contexto de pós colonização, na qual o racialista francês determinaria sua incapacidade de desenvolvimento, sendo esta explicação totalmente atrelada a aspectos raciais.

<sup>9</sup> CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos* (Rio de Janeiro, 1870-1889). Campinas: Editora Unicamp, 2016. p.158.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>11</sup> VENTURA, R. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Logo, os projetos políticos do século XIX que visualizavam a construção de uma nação eram totalmente influenciados por essa ideia do “outro”, daquilo que seria marcado pela exclusão identitária dentro do processo de inclusão, dado que “o indígena, o negro, e os vários tipos de mestiço representavam ‘o outro’ no Brasil, como em outras nações da América, [...]”<sup>12</sup>. Dentro dessas caracterizações, víamos adjetivos sendo agregados às diferentes raças, e aqueles que eram associados à raça negra sempre possuíam uma ideia de inferioridade, como raça “inferior”, “impureza” ou “degeneração”, assim como para o que se chamava de raça “mestiça”. No entanto, quando analisamos as caracterizações direcionadas à raça branca, percebe-se diferentes adjetivos que trazem um panorama de “superioridade”<sup>13</sup>, demonstrando que a ideia de raça reproduziria toda a hierarquia já construída com o processo de escravidão, legitimando a diferença inata em um campo científico.

Além de analisarmos o repertório racialista, também abordaremos questões referentes ao possível processo de abolição, diferentes proposições ou possibilidades sobre o futuro dos escravizados e efeitos da escravidão. A relação entre as questões escravistas e o repertório racialista é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho, dado que, como já citamos anteriormente, entendemos o indivíduo negro com sendo um dos protagonistas e, concomitantemente, se visualiza que a utilização do racialismo é fundamental para indivíduos que mesmo escravizados se tornem livres pela lei, já que não poderiam se tornar iguais pela raça. Por exemplo, uma das soluções pensadas para resolver a questão escravista foi a da imigração, unindo então o campo de discussões sobre o escravismo e o racialismo. De que maneira isso é feito? Uma das alternativas propostas para resolver a questão escravista era através da questão da imigração, dado que, com a intervenção do Estado, e com a entrada deliberada de pessoas brancas no Brasil, a sociedade brasileira passaria por um processo de branqueamento<sup>14</sup>, ou seja, a solução do problema da escravidão seria fundamental para também resolver a situação de uma sociedade supostamente inferior devido à

---

<sup>12</sup> CASTRO, Fernando Luiz Vale. “O conceito de raça no discurso médico brasileiro: uma análise dos annaes Brasilienses de Medicina (1850-1855)”. In: ASCENSO, João Gabriel Silva e CASTRO, Luiz Vale (org.). *Raça: trajetórias de um conceito*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014. p. 43.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>14</sup> COUTO, Bruno Gontijo do. O debate sobre meio e raça na geração intelectual de 1870: a construção de um projeto de civilização para o Brasil. *Em Tese*, v. 13, n. 1, p. 94-119, 2016. p. 104.

sua composição racial. Sendo assim, no primeiro capítulo discutiremos o repertório racialista que moldou a obra de Sílvio Romero e debateremos as ideias sobre o fim da escravidão, introduzindo algumas proposições do intelectual sergipano sobre o assunto e buscando indícios de como o autor pensaria a questão dos escravizados.

## 1.2 O estado do negro no Romantismo

No segundo capítulo, discutiremos fundamentalmente a produção intelectual da qual Sílvio Romero buscava se diferenciar: a produção do romantismo indianista. Aqui, temos a intenção de construir uma visão própria sobre o movimento, dialogando com a interpretação do autor sem aceitá-la como verdade absoluta. Em um primeiro aspecto, podemos pensar que, na conjuntura de uma independência em 1822, a definição de uma identidade nacional passa a se tornar uma das pautas mais recorrentes nos debates políticos, sociais e culturais. Tal necessidade foi silenciada por muito tempo durante o período colonial que cerceava a possibilidade de desenvolvimento educacional da colônia, exigindo, por exemplo, inexistência de universidades, tipografias ou periódicos. Isso ilustrava uma situação precária propositalmente criada para inviabilizar uma maior instrução da população que vivia na colônia, fazendo com que indivíduos que compunham a elite buscassem a realização de seus estudos no continente europeu<sup>15</sup>. A mudança desse panorama se inicia a partir da vinda da Família Real para o Brasil, já que:

Do ponto de vista da cultura, a presença do governo português no Brasil foi um marco histórico transformador, a partir do Rio de Janeiro, que se tornou definitivamente centro do país e foco de irradiação intelectual e artística. Depois de 1808, foram permitidas as tipografias e imprimiram-se os primeiros livros, criou-se uma importante biblioteca pública.<sup>16</sup>

Essa condição trabalhada por Candido, representa a estrutura de um sentimento político que passa a visualizar a autonomia como um sentimento inegociável, promovendo em 1822 um rompimento político e dando início a

<sup>15</sup>CANDIDO, Antônio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002, p.8.

<sup>16</sup>*Ibidem*, p. 11.

necessidade de um rompimento intelectual, que demonstraria a autonomia intelectual da nova nação. Com a consolidação da ruptura política entre metrópole e colônia, os elementos que formam uma nação deveriam ser colocados em prática para que a coesão territorial e política se mantivessem intactas, e, mais do que isso, era preciso que a recém-nação tivesse condições de fazer parte do conjunto de nações civilizadas.

É sobre esse contexto que enxergamos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma instituição organizada totalmente com fins políticos e atrelada ao projeto imperial do que viria a ser o Segundo Reinado. Em 1840, o imperador cedeu uma sala localizada no Paço Imperial para que as reuniões pudessem acontecer - movimento de suma importância já que, anteriormente, os encontros do Instituto aconteciam nas instalações da SAIN, de forma quinzenal. Ao longo do mesmo ano, o Imperador passaria a frequentar as reuniões com certa assiduidade, endossando o projeto da construção de uma unidade nacional que, mesmo que indiretamente, fortaleceria o poder monárquico<sup>17</sup>.

A ligação do projeto historiográfico do IHGB e de seus respectivos membros com o Estado Imperial explicita que a identidade nacional e a memória nacional construídas por esses indivíduos teriam um caráter “oficial”, por mais que esse termo tenha sido negado - o que o deixa mais explícito ainda - em detrimento de uma ideia de instituição científico-cultural, que tentava ressaltar o caráter de imparcialidade que demarca sua legitimidade no campo historiográfico. Demarcar e sempre reafirmar essa legitimidade e sua respectiva hegemonia eram pilares no processo de construção dos discursos sobre as identidades nacionais.

Além da construção de uma historiografia oficial atrelada ao projeto imperial, temos no cenário intelectual, o surgimento do Romantismo indianista, corrente que Sílvio Romero via, em alguns momentos, como importante, mas que, na maioria das vezes, era concebida como uma total oposição. O Romantismo, nesse momento, teve como um dos seus precursores o intelectual Gonçalves de Magalhães, autor da obra *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836) e um dos fundadores da *Niterói: Revista Brasiliense*. Aprofundando o nacionalismo na literatura brasileira através do seu “Discurso sobre a Literatura do Brasil”, o intelectual elaborou premissas que fundamentalmente se resumem a uma espécie

---

<sup>17</sup> SCHWARCZ, L. Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 127.

de valorização da figura do indígena. O autor argumenta que a cultura nacional poderia ter recebido maiores influências indígenas se não tivesse sido prejudicada pelo colonialismo português. Sobre a natureza brasileira, Magalhães elabora que a mesma contribui para a formação do gênio artístico, e, por essa característica, em conjunto com processo de recuperação da figura do índio, poderia enriquecer incisivamente a cultura e a literatura brasileira<sup>18</sup>. Em *Confederação dos Tamoios* (1856), o autor demonstraria mais uma vez seu endosso à perspectiva do indianismo literário e sua ligação com o Segundo Reinado no projeto de construção de uma identidade nacional ao dedicar essa obra para D. Pedro II que se torna, assim, um patrocinador da mesma.

A produção intelectual anexada ao projeto institucional do IHGB teria então uma posição hegemônica no processo de construção dessa identidade nacional. Já sabemos que o indígena foi escolhido como o suposto protagonista da corrente hegemônica, nos trazendo então a necessidade de realizar uma problematização: qual era o papel do negro nessa intelectualidade? Existia um? Ou a população negra sofreu um processo de silenciamento no momento da escolha do indígena? Como se deu a construção dessa ideia do indígena? Era realmente uma valorização?

### 1.3

#### **As três fases de Romero e o fim do silêncio: o negro na obra de Sílvio Romero**

No terceiro capítulo, abordaremos dois aspectos: a Geração de 1870 e a presença da população negra na obra de Sílvio Romero. Quando pensamos nessa geração de 1870 precisamos delinear suas características, afinal, quem constituía esse movimento? Qual sua concepção teórica e qual sua área de atuação? Sendo assim, devemos explicitar que, apesar de ser pensada no singular, a geração é formada por diferentes correntes e diferentes movimentos políticos, que possuíam - em sua grande maioria - semelhanças, mas também algumas diferenças. Devemos ressaltar que:

Assim é que, partir dos anos 70 do século XIX, um conjunto diversificado de escritores - a Geração de 70 - deu forma a um

<sup>18</sup> SERRA, Tânia R. C. Indianismo: evasão e participação no romantismo brasileiro. *Cerrados*: revista do curso de pós-graduação em literatura, Brasília, v. 1, n. 1, 1992. p. 43.

movimento renovador que pode ser entendido como a expressão da sensibilidade das elites letradas em relação às transformações que o país vivenciava e às novas necessidades ou aspirações sociopolíticas daí advindas. Ao mesmo tempo em que absorviam e reelaboravam as teorias vindas do estrangeiro, esses intelectuais, vivendo na província ou na Corte, procuravam entender o Brasil estudando suas origens e identificando seus problemas.<sup>19</sup>

Sendo assim, concebemos a Geração de 1870 como sendo um movimento contestatório, que se pautava no cientificismo racialista para desestabilizar o projeto imperial hegemônico através da mobilização de um discurso científico que, em muitos casos, condenaria a existência da sociedade brasileira. Então como interpretar autores que condenavam a própria sociedade em que viviam quando refletiam sobre a viabilidade do povo brasileiro? Através do processo de uma atitude crítica desses intelectuais que, ao lidarem com essas ideias não exerciam uma espécie de mera e simples cópia, e sim, realizavam uma leitura crítica buscando entender de qual maneira os autores racialistas poderiam ser utilizados para encontrar um caminho de desenvolvimento viável.

Trabalhando fundamentalmente com as obras *A literatura brasileira e a crítica moderna* (1880), *A história da Literatura Brasileira* (1888), *Martins Penna: ensaio crítico* (1901) e *Brasil Social e outros estudos sociológicos* (2001), buscamos entender como os indivíduos negros são pensados na produção de Sílvio Romero. Para isso, discutiremos como o intelectual aborda seu passado, seu presente e seu futuro - caso exista um para os mesmos em sua obra - dividindo a ação do autor em três fases: a fase da crítica radical, a fase da crítica mais amena ou equilibrada e, por fim, a fase do pessimismo. Transitando entre essas três fases, entendemos ser fundamental pensar como aparecem os aspectos gerais do autor nesses momentos. No entanto, nosso foco será pesquisar como os elementos negros são pensados em cada fase do autor.

A primeira fase foi marcada por uma postura mais ácida, com críticas contundentes a todos seus opositores, como em suas primeiras obras, nas quais o autor ataca fortemente o romantismo, a população negra e os indígenas. Essa postura, ao meu ver, se dá pelo momento de crescimento do movimento republicano e de necessidade de intensas críticas ao Segundo Reinado que claramente começava a se desmobilizar. A segunda fase foi mais moderada,

---

<sup>19</sup> MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Op.cit.*, 2000, p.28.

marcada por um momento no qual o autor não abdica das críticas, mas as elabora com um tom menos ácido, mais ameno, reconhecendo que, em alguns momentos, as contribuições culturais de seus opositores e enxergando um futuro para o Brasil: o futuro na mestiçagem. Com essa miscigenação idealizada por Romero, aconteceria o desaparecimento físico do negro e do indígena. Essa fase corresponde ao momento no qual a queda do Segundo Reinado se faz evidente, fazendo com que Romero adote essa postura mais amena por já enxergar em seu horizonte de expectativa a vitória de seu projeto de nação, e, com ela, uma posição de maior destaque nos cenários político e intelectual que passariam por um processo de moralização. Então nessa fase, enxergamos a crença na vitória e a moderação.

A terceira fase de Sílvio Romero é o momento de retorno ao pessimismo. E aqui, mais uma vez, o contexto nos é fundamental. Romero enxerga que suas previsões não funcionaram, que a República não moralizou a política como esperado, que ele mesmo não adquiriu a importância política que almejava, muito pelo contrário, se antes acreditava que na política era necessário que o indivíduo demonstrasse determinada condição de ilustração para participar efetivamente da mesma, agora, adotava uma postura de aliança com opositores ferrenhos para a conquista de um cargo político, submetendo-se assim aos jogos de favor e de patrocínio<sup>20</sup> - como afirmava Maria Aparecida Rezende Mota.

Essas três diferentes fases, enfim, nos levam a uma crença em um processo de constantes contradições, que Romero nega, alegando então que esses momentos em que o mesmo muda de posições e opiniões é antes resultado do processo de amadurecimento intelectual. Para além dessa discussão do amadurecimento ou das contradições, essas três fases irão auxiliar a análise da presença do negro na obra do autor, pensando como a população negra aparece para Romero em seus diferentes momentos, e, em como se deu o processo de retirada da população negra do silenciamento proposto pelo romantismo.

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p.44.

## 1.

**Raça, ciência e literatura: entre silenciamentos e vozes**

Em *Silenciando o passado: poder e a produção de história* (1995), Michel-Rolph Trouillot aborda constantemente a questão do silêncio.<sup>21</sup> O autor argumenta que nem todo silenciamento é igual ou pode ser eliminado da mesma forma, ou seja, são necessários diferentes mecanismos para “retirar” a carga do silêncio sobre determinados fatos históricos. Trouillot pensa na produção do silêncio como fator preponderante nas presenças ou ausências de agentes e de acontecimentos históricos, não sendo algo natural, e sim, pensado para que aconteça. Por qual razão iniciamos esse capítulo da dissertação abordando essa obra? A explicação se dá pelo fato de que, de alguma maneira, estamos pensando um autor que buscou enfrentar o silêncio considerável para algo que se fazia muito presente, dado que vivia numa sociedade escravista marcada por uma população negra majoritariamente escravizada e uma minoria livre sofrendo um processo de invisibilização proposital.

Entendemos então que Sílvio Romero faz esse papel de “retirar” a população negra do silêncio<sup>22</sup>. No entanto, se faz de suma importância uma problematização sobre esse processo, para que possamos entender o porquê de um autor racista realizar essa ação. Podemos adiantar que não foram razões humanitárias que influenciaram o autor, o que traz mais profundidade para os nossos questionamentos, já que, a partir de agora, nós devemos problematizar a retirada do “elemento negro”<sup>23</sup> de seu silêncio ensurdecedor. A metodologia escolhida por Romero será problematizada por entendermos que esse processo é muito mais centrado no próprio Sílvio Romero do que nos agentes históricos que estão sendo retirados do silêncio. Além disso, o autor sergipano acaba gerando outras formas de silenciamento que aqui analisaremos da mesma maneira. Sendo

---

<sup>21</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

<sup>22</sup> Aqui precisamos trazer uma problematização. Quem de fato acaba com o silenciamento dos negros foi a luta dessa população negra em sua luta contra o racismo estrutural, individual ou institucional ao longo da história do Brasil. O que estamos abordando é que Romero faz esse processo dentro de um ambiente intelectual marcado pelas estruturas de desigualdade racial, no entanto, o seu processo ou sua tentativa, não se compara ao processo de adquirir voz em diferentes instâncias comandados por diferentes movimentos negros, sejam em campos intelectuais ou sejam em campos de luta do cotidiano.

<sup>23</sup> A expressão “elemento negro” é aqui utilizada já que os autores da época pensavam as relações raciais como uma espécie de equação que afetaria e formaria a identidade nacional.

assim, ao problematizarmos a ação do autor, estaremos nós mesmos começando um movimento que possibilita o fim de silêncios que ainda persistem e que foram criados ou propagados pelo autor.

O conceito de raça - que nessa dissertação terá um papel central - passa a ser pensado de forma hegemônica no século XIX como um conjunto de características físicas, hereditárias e permanentes, passadas adiante entre os próprios grupos, ou seja, o indivíduo se perde na coletividade do seu grupo definido pela raça<sup>24</sup>. A partir do processo político que faz com que essa conceituação se torne hegemônica, e, com a significação da literatura como sendo algo para além dela, influenciada até mesmo por aspectos raciais, a identidade é mobilizada de diferentes maneiras como, por exemplo, através da interação entre a autonomia literária e a questão racial no Brasil, relação que será muito importante para o desenvolvimento do trabalho.

E como Sílvio Romero se posiciona nesse debate? Ele articula literatura e raça para pensar a identidade? Em *História da Literatura Brasileira* (1888), o intelectual sergipano argumenta que:

Cumprido declarar, por último, que a divisão proposta não se guia exclusivamente pelos fatos literários; porque para mim a expressão literatura tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas-letas, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na poesia.<sup>25</sup>

Partindo dessa afirmação, podemos analisar que Romero também pensa a literatura como a expressão de algo mais amplo, e, na mesma obra, o autor chega a afirmar que sua intenção é elaborar um trabalho de uma história da literatura naturalista, que permita a explicação do nosso caráter nacional<sup>26</sup>, ou seja, a nossa identidade. Sílvio Romero não só articula raça e literatura como essa articulação se torna algo fundamental e inexorável perante sua produção intelectual, materializando-se aqui como uma importante fonte de análise. Partindo do protagonismo que, neste capítulo, será agregado ao aspecto racial, pensaremos o

<sup>24</sup> RANGEL, P. S. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. *Revista Simbiótica*, n.2, 2015. p. 12-21.

<sup>25</sup> ROMERO, S. *História da literatura brasileira*, 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. p. 44.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 45

conceito de raça, a importância do racismo e dos racistas, os debates sobre o fim da escravidão, abordando assim um dos pilares que moldaram não só a carreira intelectual de Romero, como também organizaram as discussões do seu trabalho. Em síntese, ao longo do capítulo iremos tratar dos principais aspectos relacionados às discussões teóricas sobre a questão racial, dialogando com o campo intelectual utilizado por Sílvia Romero e introduzindo algumas reflexões e argumentos do autor sobre a raça e o seu entendimento moderno.

## 1.1

### O haitianismo e o temor escravocrata

A passagem entre os séculos XVIII e XIX foi marcada por transformações de caráter político, social e ideológico que aconteceriam em diferentes localidades do mundo, como o continente europeu e a então colônia portuguesa conhecida como Brasil. Acontecimentos como o processo da Revolução Francesa e sua defesa dos ideais de "liberdade" e a exaltação de uma transformação da realidade através de uma revolução, representavam uma ameaça para sociedades estruturadas por uma ordem escravocrata<sup>27</sup>. Se espraiando para diferentes discursos, as ideias de *liberdade e revolução* poderiam afetar o funcionamento de uma localidade pautada por uma incisiva hierarquia social, na qual um processo revolucionário poderia exatamente desmobilizar essas hierarquias fundamentais na manutenção da escravidão.

Essa ordem escravocrata no contexto brasileiro do século XIX ficou marcada por uma conjuntura em que o conceito de raça começava a ser pensado de maneira mais próxima a sua concepção moderna, enquanto percebia-se um dilema entre o aprofundamento da necessidade do trabalho escravo, referente à hegemonia da produção cafeeira que se consolidava ao longo do XIX, ao mesmo tempo em que, no decorrer desse mesmo século, cresciam os debates sobre uma possível abolição.

Enfrentando este dilema, um temor afrontaria a ordem escravocrata e os debates sobre as formas de lidar com a questão escravista: o "haitianismo"<sup>28</sup>. "A

<sup>27</sup> SAMPAIO. Claudineide Rodrigues Lima. O haitianismo no Brasil e o medo de uma onda revolucionária. In: *COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP*, X, 2017. p. 77-78.

<sup>28</sup> Sobre o termo, "O haitianismo se tornou o termo que definiria a influência da Revolução Haitiana sobre a ação política de negros, mulatos escravos e livre nos quatro cantos do continente

independência do Haiti, nome dado à ex-colônia francesa São Domingo, revelou ser possível o que antes era apenas uma conjectura: uma sublevação vitoriosa de escravizados negros. O mundo escravista recebeu o sucesso da revolução haitiana como um alerta”<sup>29</sup>. Sílvio Romero, na obra *O allemanismo no sul do Brasil*,<sup>30</sup> deixa claro a necessidade de se defender o caráter ibero-americano da população brasileira, partindo do possível perigo já que os imigrantes que formavam as populações da região Sul, com sua postura individualista, não se integrariam à população do Brasil recusando até mesmo a língua portuguesa. No entanto, o ponto central que se deve abordar é que, no âmago dessa preocupação quanto a esse processo de não integração, Romero menciona o perigo de constituirmos um novo Haiti, sendo que o ponto central da obra se referia principalmente a imigrantes italianos e alemães, no entanto, mesmo assim o autor fez questão de retomar a necessidade de evitarmos um processo de haitianização da população brasileira, cento e dezenove anos após o movimento revolucionário, vinte e dois anos após o fim da escravidão e vinte e um anos após o fim do Segundo Reinado – demonstrando que o haitianismo tornar-se-ia um temor recorrente na sociedade. A experiência de uma revolução escravista atingiria o imaginário das sociedades escravocratas, principalmente pelo fato de que a colônia de São Domingos era uma das mais prósperas dos domínios franceses e pelos atos de violência direcionados à população branca que ali foram relatados. Temendo uma possível repetição de um movimento marcado pelos excessos, atesta-se um acirramento no tratamento para com a população escravizada, representado na intensificação de métodos coercitivos<sup>31</sup>.

Partindo dessas premissas, devemos ressaltar que a resistência à escravidão – tendo como protagonista os próprios escravizados – acontece desde o momento em que o sistema escravocrata foi instaurado na colônia, através de fugas, processos de aquilombamento, causando a instabilidade da ordem vigente

---

americano”. SAMPAIO. Claudineide Rodrigues Lima.. *Op.cit.*, 2017, p. 80. Outra abordagem se dá na obra de Washington Santos Nascimento, ao elaborar que “‘haitianismo’ foi o termo criado pela historiografia após o fim do conflito, para tentar definir uma suposta convergência de ideias relativas a esta revolução...” SANTOS NASCIMENTO, Washington Santos. Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791–1840). *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, 2015. p. 470-471.

<sup>29</sup> SAMPAIO. Claudineide Rodrigues Lima., *Op. cit.* 2017, p. 78.

<sup>30</sup> ROMERO. Sílvio. *O allemanismo no Sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C, 1906.

<sup>31</sup> SANTOS NASCIMENTO, Washington Santos. *Op. cit.*, 2017, p. 471.

desde seu início<sup>32</sup>. Ou seja, lidar com a resistência escravista não era uma novidade para a ordem escravocrata. No entanto, com a experiência revolucionária do Haiti se tornando bem-sucedida, enquanto concomitantemente ocorre o crescimento dos discursos abolicionistas na sociedade do XIX, as revoltas escravistas passam por um processo de ressignificação. Esse processo pode ser entendido pelas diferentes interpretações do evento revolucionário. Para os negros escravizados, o Haiti poderia representar uma inspiração na atitude de radicalização na luta por liberdade, ao permitir a crença na possibilidade de subverter uma ordem na qual os negros eram constantemente inferiorizados pela sociedade. Além disso, percebe-se a contradição dos setores escravistas que mobilizavam o conceito de liberdade em movimentos como a independência do Brasil, mas que recusavam expandir o conceito para os indivíduos escravizados.<sup>33</sup>

Por outro lado, para a elite branca que defendia a manutenção da escravidão, o evento foi catastrófico. A violência dos revoltosos só demonstrava os quão bárbaros eram esses indivíduos; os relatos das mortes dos colonos franceses e seus familiares causavam "calafrios" nos senhores escravocratas ao longo do Atlântico. Faz-se visível a dualidade posicional dos escravocratas perante o significado da violência, já que condenavam a violência revolucionária do Haiti entendendo-a como um demonstrativo da inferioridade negra enquanto, ao mesmo tempo, entendiam que a utilização da violência na escravidão era fundamental e totalmente legítima para preservar o sistema escravocrata e suas respectivas hierarquias. Conforme argumenta Achille Mbembe, o direito soberano de matar estaria isento de qualquer regra nas colônias, não existindo a necessidade de responder a meios legais e institucionais.<sup>34</sup> Essas hierarquias que os senhores queriam preservar eram exatamente o que demarcava a diferença de posicionamento na interpretação sobre o evento revolucionário, ou seja, a própria historicidade.

No entanto, se o "haitianismo" representou um temor para o imaginário da elite escravocrata do XIX fazendo-a intensificar e complexificar os mecanismos coercitivos movidos pelo "medo negro", qual seria a influência prática desse

---

<sup>32</sup> ALBUQUERQUE, Wlmyra. "Movimentos Sociais Abolicionistas". In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>33</sup> SAMPAIO. Claudineide Rodrigues Lima. *Op. cit.*, 2017, p. 79.

<sup>34</sup> Sobre a postura de dualidade que se explica pela tentativa de manutenção do monopólio da violência, cf. MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Madrid: [s.n.], 2011. p. 17-77.

movimento para as revoltas dos escravizados? Para responder a esse questionamento faz-se de suma importância o entendimento de que, após a eclosão do processo revolucionário e sua respectiva influência, alguns movimentos passaram a deliberadamente falar sobre o Haiti. Santos Nascimento retrata em sua obra o evento no qual Antônio Pereira dos Santos - um rábula anticolonialista - elogia os revoltosos haitianos gerando um temor considerável nas autoridades locais. Ou então, o Batalhão dos Pardos que, durante a Confederação do Equador, prometeu que imitaria Henri Christophe<sup>35</sup> - General do líder revolucionário Toussaint-Louverture.

As influências que as histórias revolucionárias exerciam nesses diferentes movimentos populares acabaram disseminando os temores “haitianistas” aos setores da elite:

A situação de instabilidade criada por esses fatos e pela emergência de insurreições escravas no início do século XIX, em partes da América, influenciou os letrados brasileiros e viajantes estrangeiros que começaram não só a discutir como também a escrever e a construir uma série de concepções, principalmente sobre os perigos a que estava submetido o sistema escravista colonial brasileiro, e, mais particularmente, sobre as lições a serem aprendidas em decorrência da Revolução de São Domingos. A revolução haitiana foi transformada em uma ‘matriz de sentido’<sup>36</sup>.

Essa “matriz de sentidos” poderia fazer com que os revolucionários fossem os heróis protagonistas que inspirariam o fim da escravidão ou então os protagonistas da “vilania” que subverteriam a ordem da sociedade escravocrata. O medo e a insegurança regiam as ações de uma elite escravista que se sentia refém de um sistema criado para sanar suas próprias necessidades econômicas. A chegada incisiva de escravizados africanos ao longo do século XIX em regiões como Pernambuco, tinha relação com a dependência do escravismo para garantir e aumentar o seu lucro. Ou seja, uma elite que legitimava a escravidão sobre mecanismos qualitativos que se consolidavam ao longo do XIX, em torno do suposto atavismo dos corpos negros, temia os caracteres quantitativos de uma sociedade marcada pela incisiva presença de escravizados munidos da ideologia haitianista.

<sup>35</sup> SANTOS NASCIMENTO, Washington Santos. *Op. cit.*, 2017, p. 473.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 473.

Mesmo que o medo do “haitianismo” fosse real, cabe aqui uma problematização quanto a sua utilização. Em alguns casos, a mobilização do medo se dava como um artefato retórico, funcionando como um argumento entre as diferentes posições que permeavam os debates escravistas. Ou seja, mesmo que o temor “haitianista” existisse no imaginário e influenciasse no aumento das ações coercitivas utilizadas para controlar os escravizados, o “haitianismo” se tornava um acessório de afirmação ou negação de uma posição. Devia-se abolir a escravidão para evitar que uma revolta desse tipo acontecesse, mas até onde iria a crença de que essa revolta poderia se materializar? Deveriam extraditar os escravizados de volta ao continente por acreditar que a revolta poderia eclodir ou porque se possuía uma preferência de cunho racial, político ou econômico pelo trabalho livre? Independentemente das diferentes mobilizações conceituais agregadas em relação ao haitianismo, pode-se aferir que em sua grande maioria<sup>37</sup> ele era utilizado com um sentido de negação de um ideal ou de uma personalidade. Indivíduos que defendiam a permanência do modelo escravocrata ou, ao contrário, indivíduos que participavam dos setores abolicionistas, buscavam uma espécie de fuga do termo “haitianista”. Logo, quando se pensava sobre o Haiti, enxergava-se a prevalência das concepções negativas.

Essa prevalência pode ser explicada por alguns motivos pontuais. O primeiro deles é o fato mais visível do perigo que ela pode representar para uma sociedade deliberadamente escravocrata; o segundo se dá pelo fato de que os resultados posteriores ao processo revolucionário tornam-se um exemplo que não deve ser seguido, principalmente pelo seu radicalismo, fazendo com que diferentes nações ao redor do mundo deliberassem um processo de isolamento forçado contra o Haiti - já que alguns países que haviam se emancipado de sua metrópole não tinham acabado com a escravidão; o que difere totalmente de um Haiti liderado por ex-escravizados.

O futuro de uma nação dificultado pela ação da sua ex-metrópole francesa – a França cobra uma indenização pelas terras dos ex-senhores de escravos da região – demonstrava então a essência do suposto atavismo da população negra: a sua não prosperidade seria explicada pelos componentes do movimento

---

<sup>37</sup> Cipriano Barata exaltava a forma na qual os haitianos lutaram pela sua soberania nacional, Hipólito Costa exalta a luta por liberdade mesmo sem nenhum apoio, enquanto, André Rebouças escreve uma biografia de Toussaint L’Ouverture.

revolucionário e automaticamente pelos setores dirigentes. Romero, como parte dessa elite, tem um papel importante nessa argumentação:

É perder tempo argumentar com exceções isoladas de mestiços muito inteligentes e íntegros. Além de que não são comparáveis aos grandes tipos da raça branca, acresce que não chegam para desmentir a característica geral de sua gente tomada em globo com a variedade étnica. São Domingo está aí para mostrar a verdade. Se o Brasil não está hoje no mesmo estado de São Domingos não é devido só ao tamanho e a riqueza da terra; é ao forte núcleo de gente branca no país, nacional e estrangeira, e à introdução constante deste fator pela imigração<sup>38</sup>.

A citação de Sílvio Romero, feita no início do século XX, doze anos após o fim da escravidão, é sintomática quanto ao sentimento relacionado ao Haiti. Ao abordar a nação, Romero deixa claro que entende aquela localidade como um dos exemplos da suposta degenerescência da raça. O Brasil, por sua vez, só não passaria pelo mesmo processo por causa do forte núcleo de gente branca e da constante introdução de imigrantes. Alguns anos depois, contudo, o intelectual sergipano indicaria que imigrantes estrangeiros também representariam um perigo à unidade nacional - como abordamos anteriormente. Nesse momento, contudo, a imigração permitiria evitar a repetição de São Domingo, algo valorizado pelo autor, criando uma relação proporcionalmente direta entre “brancos” e a salvação de “negros” vistos como marcados pela degenerescência ou pelo declínio.

Em um momento anterior, ainda na década de 1880 e antes do processo de abolição, o autor, no artigo *A questão do dia - a emancipação dos escravos*, havia reafirmado a perspectiva negativa sobre o Haiti, ao argumentar a respeito da suposta impossibilidade de uma civilização negra ter prosperado. Citando o Egito como exemplo, mesmo sendo uma civilização que Romero considera desenvolvida, e reiterando o fato dela ser africana, ele afirma que a principal característica desses indivíduos é que eles eram preponderantemente brancos, elucidando seu nível de civilização<sup>39</sup>. O principal fator disso, para o intelectual sergipano, é a impossibilidade do indivíduo negro “sair das trevas” mesmo quando teve um contato incisivo com a civilização europeia, ou seja, ele teve uma chance de fugir da escuridão mas não o fez por representar um elemento vencido

<sup>38</sup> ROMERO, Sílvio. *Martins Penna: ensaio crítico*. Porto: Livraria Chardron, 1901. p. 162-163.

<sup>39</sup> ROMERO, Sílvio “A questão do dia - a emancipação dos escravos”. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira*, ano 2, janeiro de 1881. p. 199.

na escala etnográfica, um indivíduo que, em alguns casos de exceção, poderia ser superior a alguns brancos, mas que, em regra, apenas reproduziria o que aconteceu no Haiti. Ou seja, o Haiti é uma espécie de comprovação da inferioridade do negro para Romero, e, mais do que isso, é a demonstração do caminho que não deve ser seguido.

A diferença temporal na argumentação do autor demonstra algumas transformações e algumas permanências. No caso das transformações, podemos citar sua variação em relação aos imigrantes. No entanto, as permanências são mais emblemáticas, pois demonstram a continuidade de uma postura negativa em relação ao Haiti. Assim, nos textos de 1881 e de 1901, prevalece a opinião negativa sobre a Revolução Haitiana, e seus resultados posteriores prevalecem totalmente atrelados aos aspectos do atavismo racial dos indivíduos negros, marcando seu posicionamento dentro desse debate. A discussão sobre o haitianismo nos dá espaço para entrarmos em um campo que ainda não foi aprofundado: como foi pensado o conceito de raça e os aspectos da colonização? Como se organizou a raça e o cientificismo? Quais foram as soluções pensadas para o Brasil no campo racial?

## 1.2

### **Reflexões sobre o conceito de raça e colonização**

Para darmos um importante passo no desenvolvimento do trabalho, precisamos realizar uma digressão sobre o conceito de raça e sua significação hegemônica adquirida no século XIX. No entanto, antes de alcançarmos o XIX seria interessante pensarmos como o conceito se desenvolveu, entendendo que ele sofreu diferentes transformações ao longo do tempo, contendo historicidade, podendo ser utilizado de diferentes maneiras e possuir vários significados em um mesmo espaço temporal. Para Kabengele Munanga, o conceito de raça deriva do italiano *razza*, que teria vindo do latim *ratio*, que significa categoria ou espécie. Partindo dessa premissa, sua primeira atuação seria no mundo das ciências naturais e estaria encarregado de separar e dividir espécies animais e vegetais na área da Zoologia e da Botânica, sendo utilizado, por exemplo, pelo cientista Carl Von Linné para separar 24 diferentes espécies de plantas.

No latim medieval, Munanga argumenta que o conceito de raça passa a ser utilizado para se pensar uma ideia de linhagem, grupos de pessoas que apresentem características similares. Já durante os séculos XVI e XVII, a raça passa a diferenciar classes sociais francesas, dividindo os francos associados à nobreza de gauleses ligados à plebe, o que faz com que os nobres passem a acreditar numa ideia de “sangue puro”. Ou seja, torna-se perceptível a transfiguração de um conceito aplicado nas ciências naturais para se pensar relações de dominação social anteriormente ao século XIX<sup>40</sup>. Marcos Chor e Ricardo Ventura Santos, corroboram a visão de Munanga ao trabalharem o conceito de raça como uma identificação de um grupo de descendentes em comum. No entanto, acrescentam que as questões de cor e/ou outros traços físicos tornaram-se mais relevantes no século XIX<sup>41</sup>.

Andreas Hofbauer historiciza o conceito a partir da Idade Média, afirmando que, naquele período, o critério de pertencimento ou não à uma sociedade seria o da religião cristã. Dividindo o mundo a partir de uma lógica entre bem e mal, Hofbauer elucida que o universalismo cristão traria a ideia de que todos poderiam receber a verdadeira fé, até mesmo povos não-europeus e geograficamente longínquos. A partir do início das Cruzadas, a cor preta apareceria como uma espécie de algo condenável sempre na perspectiva teológica, sempre atrelada aos aspectos morais e religiosos e não à cor de pele<sup>42</sup>. Ainda dialogando com o autor, foi se articulando uma ligação entre imoralidade, culpa, escravidão e cor negra, fazendo com que, já no século XV, alguns nobres possuíssem servidores africanos negros como símbolo de status e poder, e, no XVII, damas da corte evitassem o sol para ter uma distinção evidente com os mesmos servidores negros, ao tentarem deixar a pele mais clara, criando assim contrastes perceptíveis nas sociedades. Hofbauer lembra que, no idioma português, essa questão também é perceptível. Camões, no século XVI, por exemplo, utiliza o ideal de cor associado a aspectos geográficos e de clima, ao empregar a palavra negro como forma de se referir a povos indianos, africanos ou a povos que viviam próximos ao Equador, atribuindo aos portugueses uma cor

---

<sup>40</sup> MUNANGA, K.. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In A. A. P. Brandão (Org.), *Cadernos Penesb* 5 (pp.15-34) Niterói, RJ: EdUFF, 2004.

<sup>41</sup> MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 19.

<sup>42</sup> HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Fapesp, 2006. p.94-96.

mais clara que atestaria sua valorização. Mas como explicar tonalidades diferentes em uma mesma latitude geográfica? É partindo desse questionamento que começam a surgir as primeiras indagações referentes à ideia de que todos seriam provindos de Adão, começando a dar origem à possibilidade da existência de marcos de origens diferenciadas<sup>43</sup>. Em 1449, com o Estatuto de Toledo, são criadas leis que deliberadamente exigiam pureza do sangue, o que impedia que, aqueles que possuísem um ancestral mouro ou judeu até a terceira geração, exercessem cargos públicos. Hofbauer também questiona a ideia de que raça teria sido derivada de *ratio* e sugere que o conceito derivaria, na verdade, de *ra's*, termo árabe que indicava a descendência e os papéis sociais de um indivíduo. Ao ser associado à Península Ibérica no processo de Reconquista, nobres portugueses e espanhóis diferenciavam-se através do termo raça para destacar sua própria descendência e focalizar em sua própria linhagem<sup>44</sup>.

Um ponto fundamental em Hofbauer é a perspectiva das transformações econômicas influenciando ativamente no processo de racialização do conceito de raça, já que a categoria passaria a ser aplicada em grupos maiores, fazendo referência a humanos sem ligações genealógicas, ao mesmo tempo em que as burguesias locais europeias cresciam incisivamente. Com a burguesia mercantil se consolidando durante o século XVII, a ideia de raça passa então a ser utilizada como categoria de exclusão e/ou inclusão, para além de fatores religiosos ou morais, já que o homem passa a ser interpretado como um integrante do mundo da natureza, possuindo, desse modo, características físicas e naturais específicas. Isso permite divisões dentro de uma mesma espécie, algo realizado, por exemplo, pelo médico francês François Bernier que passa a dividir os seres humanos em quatro ou cinco espécies ou raças de homem<sup>45</sup>.

A perspectiva de Aníbal Quijano sobre o conceito de raça é também fundamental, pois adota uma temporalidade alongada. Assim, o autor argumenta que a raça seria o instrumento mais eficaz de dominação dos últimos 500 anos. Segundo Quijano, a ideia de raça nasceria juntamente com a ideia de América, permitindo identificar as diferenças fenotípicas entre os indígenas e os conquistadores, enquanto a ideia de cor, por sua vez, seria aplicada primeiramente

---

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 97-98.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.103.

aos escravizados africanos pensados como negros. Somente no século XVII, é que a ideia de cor sofreria um processo de racialização com a expansão da presença dos africanos escravizados nas Antilhas britânicas e na América do Norte, explicitando então que a questão da raça iria se impor mundialmente a partir do XIX<sup>46</sup>. Ou seja, para Quijano o racismo nasceu no continente americano e foi disseminado ao redor do mundo a partir do desenvolvimento do colonialismo.

Um ponto levantado por Quijano é o Debate de Valladolid, no qual se discute a existência de diferenças biológicas entre as diversas populações do planeta com ênfase nas populações indígenas. Em 1513, a partir da Bula papal, se estabeleceu que todos seriam humanos, corrigindo a ideia de uma suposta não-humanidade. Mas essa correção não criticaria de forma suficientemente contundente a possibilidade da existência de seres “não-humanos”. Ao contrário, as práticas de poder estariam centradas exatamente nesse critério de quem era ou não considerado humano, buscando legitimidade no momento de inferiorização de povos não europeus.

Em síntese, ao pensarmos a historicização do conceito de raça, percebemos que ele possui diferentes significados e caminhos que buscam explicar sua atuação no processo de hierarquização das populações mundiais, no entanto, os pontos em comum são mais importantes do que suas diferenças. Por exemplo, diversos autores e autoras reconheceram a importância do século XIX para a categoria de raça, mas, mesmo assim, é perceptível que a ideia de uma diferença biológica sempre rondou as diferentes interações entre as populações mundiais. Isso permite afirmar, como sugere Silvio Almeida, que “a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas”.<sup>47</sup> A partir disso, é possível recuperar as discussões sobre o tema da colonização.

A expansão comercial e burguesa do Renascimento transformou o homem europeu em um “homem universal”, criando o campo ideológico necessário para o processo de comparação e classificação dos diferentes grupos humanos, estabelecendo hierarquias a partir de características físicas e culturais que decidiriam quem é civilizado e quem é selvagem. Então, como lidar com o

---

<sup>46</sup> QUIJANO, Anibal. ‘Raza’, ‘etnia’ y ‘nación’ en Mariátegui: Cuestiones abiertas. In: *Juan Carlos Mariátegui y Europa*. La otra cara del descubrimiento. Amauta: Lima, 1992. p.6

<sup>47</sup> ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen; 2019. p. 19.

selvagem? Impondo a civilidade a partir do processo de colonização e das práticas colonialistas<sup>48</sup> é possível chegar a algumas conclusões: sem o colonialismo não existiria modernidade, e sem a hierarquização racial não existiria colonialismo, logo, o racismo é fundamental para a formação e o desenvolvimento da modernidade. Os mecanismos coloniais promoveram incessantemente essas hierarquias raciais, corroborando a ideia de uma deterioração daquele que é pensado como sendo o outro em relação ao colonizador. Os negros, vitimados pelo processo de colonização que sofreram com a escravização, viram os indivíduos que promoviam as violências escravistas serem lidos como civilizadores, enquanto lidavam com estereótipos de selvageria, sexualização ou violência.

Aimé Césaire, na obra *Discursos sobre o colonialismo* (1950), criada em um contexto de luta anticolonial de colônias francesas, faz uma análise fundamental sobre o processo do colonialismo. Em um primeiro momento, o autor afirma a incapacidade da Europa em resolver um problema criado por ela mesma: o problema colonial<sup>49</sup>. O que buscamos questionar aqui é: a Europa é realmente incapaz de resolver esse problema? Ou ela se aproveita da situação para tirar proveito desses mecanismos geradores do problema? O autor faz dois apontamentos fundamentais nesse sentido. O primeiro é que a postura da Europa é indefensável, seja moral ou espiritualmente. Além disso, Césaire questiona:

Equivale a dizer que o fundamental, aqui, é ver claro, pensar claro – entenda-se, perigosamente –, responder claro à inocente questão inicial: o que é, no seu princípio, a colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de Deus, nem extensão do Direito; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 20-21.

<sup>49</sup> CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, p. 13.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 13.

O grande avanço intelectual do autor é dismantelar a hipocrisia da colonização ao comparar o colonialismo e o Nazismo. Césaire diz que o continente europeu ficou tão horrorizado com o movimento nazista por ser ele uma reprodução do que a própria Europa fazia nas colônias, ou seja, a aplicação das práticas colonialistas e a humilhação do homem branco horrorizaram os cúmplices do colonialismo<sup>51</sup>. Para o autor, esse exercício da colonização é montado sobre uma estrutura na qual a Europa seria o sinônimo do progresso e da civilização, o que legitimaria o colonialismo já que existia uma obrigação moral de desenvolver o “primitivo”. Essa suposta obrigação moral seria então interpretada como sendo algo correto, ou até mesmo como sendo algo benevolente, universalizando os paradigmas europeus e os transformando em universais.

Enfim, o interessante é que se adotarmos essa perspectiva linear da própria Europa como sinônimo de civilização, perceberemos que, num momento em que o continente europeu era praticamente irrelevante para o mundo, já existiam civilizações grandiosas no continente africano e no continente americano, civilizações que diferentemente das europeias, passaram por um processo de desqualificação e invisibilização. Essa constante desqualificação foi e ainda é um dos principais mecanismos da colonização. Mesmo que o Brasil tenha deixado de ser uma colônia em 1822, o efeito desses mecanismos ainda não acabou, fazendo com que parte da estrutura colonial permaneça existindo, tal como a desigualdade social e racial.

### 1.3

#### **Raça e cientificismo no século XIX**

Encerrada a digressão sobre raça e colonialismo, é importante destacar o papel da ciência e suas interações com a questão racial e como Silvio Romero e outros intelectuais, no século XIX, lidaram com ela. O crescimento da legitimidade científica e as descobertas realizadas a partir do século XV, enfraquecem a explicação de uma diferença que se encontra em uma unidade pautada pela Teologia. Questionando a Teologia, os iluministas se veem encarregados de achar respostas para a diversidade humana, baseando as mesmas

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, p.18.

na razão e na linearidade da história. A hierarquização das raças se torna uma realidade e a ciência passa a ser mobilizada como uma forma de legitimação da superioridade europeia<sup>52</sup>:

O advento das ciências naturais fez emergir uma concepção de que a superioridade política e econômica dos europeus se deu devido à sua hereditariedade e ao meio físico favorável. Isso supunha que, enquanto os europeus do norte eram melhores por terem um clima ideal, os povos dos climas tropicais seriam aqueles considerados inferiores, incapazes de evoluir no meio político, social e econômico<sup>53</sup>.

A partir dessa hierarquização e da consolidação do conceito moderno de raça, se tornou impraticável a crença em uma origem única para toda a humanidade, ou seja, como se todas as raças tivessem passado pelo mesmo processo de criação. Por isso, os teóricos dividiram-se praticamente em dois grupos: os monogenistas e os poligenistas. Os monogenistas seriam aqueles que continuariam acreditando em uma origem única para diferentes grupos da humanidade, estando apenas em estágios de evolução distintos, possuindo a possibilidade de progresso a partir de velocidades que variavam de acordo com o grau de desenvolvimento da respectiva raça. Já os poligenistas seriam aqueles que acreditariam em mais de um centro de origem para a humanidade, hierarquizando os diferentes povos através de suas características permanentes que demarcaram os respectivos grupos, ou seja, se compara uma ideia de “bom selvagem” com inata maldade<sup>54</sup>. Sílvio Romero também estava atento à discussão e participou dela. O intelectual se posicionaria ao lado dos poligenistas, acreditando que a continuidade da crença em uma origem única para a humanidade, devido a uma espécie de “velho ortodoxo”, seria um exagero. Na sua perspectiva, a humanidade seria caracterizada a partir da multiplicidade de grupos humanos<sup>55</sup>.

Se, em um primeiro momento, a cor era o ponto fundamental na distinção das hierarquias, em um outro, questões físicas como tamanho dos lábios, do nariz, do crânio e do ângulo facial, também influenciavam dentro dos aspectos hierárquicos. Essa estruturação que chegaria ao Brasil através do constante

<sup>52</sup> MUNANGA, K. *Op. cit.*, 2004, p. 18.

<sup>53</sup> RANGEL, P. S. *Op. cit.*, 2015, p.13.

<sup>54</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 45-46.

<sup>55</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p. 94

endosso à ciência, apareceria como a justificativa para as práticas imperialistas de dominação. O que afetaria o país numa busca pelo progresso seria exatamente a grande quantidade de pessoas negras que habitavam a nação e o incisivo processo de miscigenação já em curso pelos diferentes aspectos que levaram ao seu acontecimento, impossibilitando a formação de características físicas harmônicas que moldassem uma identidade.

Essa tentativa de colocar o Brasil nos trilhos da civilização demonstrando um acurado senso científico, buscando pautar uma ideia hegemônica sobre a identidade do povo brasileiro sem desestruturar as hierarquias sociais e raciais, irá preparar todo um terreno para os teóricos racialistas do século XIX<sup>56</sup>. Essa tríade, inclusive, aparece na obra de Sílvio Romero, quando o autor tenta entender o processo formativo do povo brasileiro como sendo uma formação *sextiária*, ou seja, dotada de seis elementos principais. Articulada com uma ciência inspirada no darwinismo social, os seis elementos seriam: o português, o negro, o índio, o meio e a imitação estrangeira, sendo o sexto aspecto a predominância da mestiçagem. Isso revela a importância da miscigenação para Romero: fundamental na constituição do povo brasileiro, é impossível negá-la ou inviabilizá-la e nem agregar um caráter positivo ou negativo. A preocupação com essa questão se explica pela busca por um real entendimento sobre o estágio e a condição do povo brasileiro, sendo necessário, de acordo com Romero, analisar todos os fatores que participaram da formação da identidade nacional. A mestiçagem então é incontornável, já que para o intelectual, todo brasileiro seria “um mestiço”, seja no sangue ou seja nas ideias<sup>57</sup>.

Dentro dessas diferentes teorias, um ponto em comum para esses racialistas era sua crença no sentido moderno de raça, criando uma já abordada hierarquia que sustentava e era sustentada pelo ideal eurocêntrico. Esse ideal fazia com que os teóricos nacionais buscassem uma caracterização aproximada dos padrões europeus nos trópicos<sup>58</sup>. Podemos argumentar então que o racismo estaria pautado por alguns aspectos fundamentais: a crença na existência da raça, a

---

<sup>56</sup> AMORIM Diego Uchoa de. Teorias raciais no Brasil: um pouco de história e historiografia. *Revista Cantareira*, n. 19, 2013. p. 69.

<sup>57</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p. 39.

<sup>58</sup> COSTA, Hilton. *Horizontes raciais: a ideia de raça no pensamento social brasileiro – 1880 – 1920*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p.27.

continuidade entre o físico e o moral e a ação do grupo sobre o indivíduo<sup>59</sup>.

Dois autores que podem nos auxiliar na análise de Sílvio Romero são Herbert Spencer e Hippolyte Adolphe Taine. O primeiro foi um importante filósofo e um dos maiores divulgadores do evolucionismo. Afastando-se do Positivismo de Comte - escolha que também foi realizada por Romero – Spencer procura transitar em diversas disciplinas com a aplicação de suas leis universais, sendo muito bem recebido por intelectuais brasileiros. Em *O Progresso, sua lei e sua causa* (1857), o autor atrela o progresso aos aspectos biológicos, argumentando que tal processo aconteceria em todas as camadas do universo, inclusive nas relações sociais da humanidade. Partindo de uma perspectiva etnocêntrica, Spencer argumentava que nessa marcha em direção ao progresso, os menos aptos ficariam pelo caminho, ou seja, utilizava ideias biológicas para pensar a sociedade<sup>60</sup>.

Sílvio Romero adotaria essa perspectiva ao pensar o processo de mestiçagem das três raças, utilizando o trabalho de Spencer como forma de analisar a busca pelo progresso e afirmando que a raça branca iria sobressair ao mesmo tempo em que as raças indígena e negra iriam desaparecer. Mas como Romero explica esse desaparecimento? O primeiro argumento é pautado em uma base estatística, ao alegar que existiam três milhões de indígenas e que, naquele momento, o número havia caído drasticamente. Em um segundo momento, Romero explicita que as pestes e as guerras atingiram o índio da mesma maneira que a escravidão atingiu os negros:

A consequência é fácil de tirar: o branco, o autor inconsciente de tanta desgraça, tirou o que pôde de vermelhos e negros e atirou-os fora como cousas inúteis. Foi sempre ajudado neste empenho pelo mestiço, seu filho e seu auxiliar, que acabará por suplantá-lo, tomando-lhe a cor e a preponderância<sup>61</sup>.

Romero ainda chega a afirmar que a relação de uma raça superior com as duas raças inferiores tem duas características específicas: as relações são externas, ou seja, o português que é o mais civilizado não poderia modificar sua vida

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 40-41.

<sup>60</sup> SOUSA, Ricardo. *Capistrano de Abreu: História Pátria, Cientificismo e Cultura a Construção da História e do Historiador*. Tese de doutorado, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012. p. 59-65.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 86.

intelectual, apenas adquirir um hábito ou outro; já a segunda característica é que as relações eram de sangue e tendiam a formar o mestiço, ou seja, a ação dos negros e índios sobre o português não teve nada de profundo, e, além disso, a produção do mestiço ofuscava as duas raças inferiores, funcionando como uma espécie de aliado dos portugueses. O autor argumenta que:

De tudo que fica dito é fácil tirar a conclusão. Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima.<sup>62</sup>

É evidente que não há espaço para os negros e para os indígenas no futuro do Brasil, ou melhor, na identidade nacional brasileira de acordo com Romero. O futuro seria marcado pela presença de um povo misto, mais apto e capaz por já estar acostumado ao clima e ao cotidiano do país, que teria em sua essência uma mestiçagem embranquecedora, seja ela física ou cultural.

Hippolyte Taine seria outro autor fundamental para entendermos o pensamento de Sílvio Romero. Com sua obra *História da Literatura inglesa* (1864), o autor desenvolveria uma ideia de determinismo literário. Com uma intenção parecida com a de Romero, Taine buscava pensar a alma humana através de um entendimento amplo sobre a literatura, levando-a a caminhos de conexão com questões filosóficas, religiosas e afins. O autor afirmaria que alguns meios potencializariam ou anulariam determinadas características inatas da raça.<sup>63</sup>

Sendo assim, a escolha do diálogo com Taine se deu pelo fato de que Romero lida com a raça de forma inata, não permitindo uma ação tão drástica do meio em relação à raça. O autor afirma de forma contundente o fato de que o meio não funda uma raça, apenas a modifica, dando ênfase ao que ele chama de fator humano. Seu principal aspecto de negação se encontra no seu diálogo crítico com a obra de Henry Thomas Buckle, no qual o intelectual sergipano argumenta que a teoria sobre a história do Brasil de Buckle prioriza muito a ação do espaço físico

<sup>62</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.49.

sobre os indivíduos, sendo uma teoria “demasiada cosmográfica”<sup>64</sup>

Romero assim mostra-se atento aos debates do final do século XIX e as discussões sobre raça e ciência em voga realizado pelas gerações anteriores. A vinda da família real para o Brasil mudou a realidade de forma drástica, incluindo, diferentes aspectos culturais. A criação do Banco do Brasil, pavimentação de ruas, a missão artística francesa, foram algumas das inúmeras transformações que aconteceram no país. A partir de 1808, ocorreu uma intensificação no processo de vinda de intelectuais ou artistas europeus para estudar o Brasil. Indivíduos como Johann Baptist von Spix, Carl Friedrich Von Martius, Jean-Baptiste Debret, faziam parte de um bojo de incentivos civilizatórios tomados pela coroa. Entre esses viajantes, devemos dar um protagonismo ao conde Arthur de Gobineau.

Gobineau teve um papel central na criação do racismo a partir do racialismo. Com sua obra *Ensaio sobre as desigualdades da raça humana* (1853), o autor sacralizou a ideia da raça como essência do ser humano<sup>65</sup>, significando e influenciando tudo o que é feito pelo indivíduo e afirmando que a qualidade do sangue estaria totalmente ligada a questões hereditárias. O autor adota uma postura pessimista, dando a entender que alguns povos não poderiam nem se locomover em direção ao progresso da civilização. A crença do autor na ideia de degeneração da raça se baseava no processo de miscigenação, no qual o resultado seria prejudicial pelo fato de que a “raça inferior” contamina a “superior”. Ou seja, a degeneração das raças seria explicada diretamente pela mistura de sangue, sendo aquele que possuísse uma maior pulsão civilizatória absorveria mais características do “sangue estranho” e sua raça decairia. Gobineau argumentava que a raça negra pertenceria ao degrau mais baixo das civilizações, traçando instintos de animalidade ao mesmo tempo em que pintava a raça branca como sendo o ápice civilizacional. Desse modo, o autor se posicionava de forma contrária a todo tipo de miscigenação, já que a “mistura” daria origem a um indivíduo que degeneraria o branco.

Entre 1869 e 1870 o conde foi enviado para o Brasil em uma missão diplomática, nomeação que o mesmo tentou evitar pela distância em relação à família e pelo material humano que saberia que encontraria aqui<sup>66</sup>. Gobineau

---

<sup>64</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p.54.

<sup>65</sup> HOFBAUER, A. *Op. cit.*, 2006, p.125.

<sup>66</sup> PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas Francesas e o Pensamento Racial Brasileiro (1870-

partiu de uma concepção marcada de forma incisiva pelo determinismo climático-racial, pois argumentava que a natureza dava poucas chances à ação do homem. No entanto, o ponto central para o francês seria o alto nível de degeneração do povo brasileiro, resultado da mestiçagem<sup>67</sup>. O espanto de Gobineau é tanto que o autor chega a prever que a população brasileira iria desaparecer num recorte de duzentos anos; a única solução para evitar isso seria o aumento do fluxo de sangue europeu e a tomada de medidas que não permitissem que o “sangue puro” fosse corrompido<sup>68</sup>.

Outro viajante cientista que se deslocou para o Brasil foi Louis Agassiz. O naturalista pensou o Brasil como sendo a comprovação perfeita de que a miscigenação é um processo que degenera a raça, convocando a todos que duvidaram dessa informação a visitarem o Brasil para comprovarem a tese. Sílvia Romero dialoga com Agassiz quando defende o poligenismo, tal como indicado anteriormente. Esse constante diálogo com autores europeus e a defesa do “embranquecimento” permite questionar: como os intelectuais brasileiros que pensavam a raça se apropriaram de teorias racialistas que inviabilizavam a própria nação? Como utilizar Gobineau como um referencial teórico se o autor afirma a impossibilidade da existência de uma civilização no Brasil? Como utilizar teorias que foram criadas como forma de legitimação do domínio colonial em um país marcado por ter sido uma colônia?

Precisamos tocar em alguns pontos para responder essa questão. O primeiro deles é o contexto de que no momento em que essas teorias estão se proliferando no Brasil, a escravidão ainda existia. Logo, o pensamento é sobre a necessidade de adotar novas formas de hierarquização que sejam aparentemente naturais já que a possibilidade do fim da escravidão começa a aparecer em um “horizonte de expectativa”. Ou seja, adotar uma teoria racialista no contexto de formação da identidade nacional é dar um grande passo na preservação das hierarquias, já que a elite branca no contexto nacional se entende como não sendo parte integrante dessa população condenada pelos racialistas.

Partindo da primeira resposta, entendemos então que as teorias racialistas

---

1930). *Estudos Sociedade Agricultura*, nº 7, UFRRJ, 1996. p.135.

<sup>67</sup> RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Op.cit.*, 2010, p. 31-32

<sup>68</sup> RANGEL, P. S. *Op. cit.*, 2015, p.17.

passam por um processo de reinterpretação e adaptação, nas quais se torna fundamental que ganhem um sentido de utilidade, mantendo as hierarquias de classe e raça e permitindo um processo de viabilização para uma nação considerada mestiça. Conforme sustenta Hilton Costa:

A partir desse quadro, pode-se perceber que os autores brasileiros não apenas deixavam de trabalhar com uma noção definida de raça como valiam-se de uma miscelânea de conceitos e elementos conceituais, efetuando uma seleção criteriosa de elementos extraídos das teorias raciais em voga de modo a identificar aqueles pontos que melhor pudessem expressar suas opiniões e ambições e adaptar-se aos problemas propriamente nacionais.<sup>69</sup>

Ou seja, se utilizando de categorias como o *meio* e a *raça*, constrói-se um modelo de nação desejado pela elite, a partir da supressão da diversidade cultural. A adoção de teorias racialistas permitiam omitir todo um passado conflituoso estruturado pelas hierarquias que queriam se esconder. Um último ponto que também podemos tocar é o fato de que essa visão sobre as teorias racialistas se tornou hegemônica, mas não foi incontestável. Autores como Araripe Júnior e Manoel Bonfim discutiriam frontalmente com o próprio Sílvio Romero sobre a temática do significado das ciências racialistas. Bonfim e Júnior explicitariam que, por trás de uma base científica, existe na verdade uma base ideológica, utilizada para legitimar o expansionismo das nações dominantes que condenavam as raças não-brancas e a miscigenação, funcionando assim como uma espécie de “sociologia de encomenda”, encomenda feita pelos “filósofos do massacre” que adaptaram à ciência para a exploração<sup>70</sup>.

Araripe Júnior em “Sílvio Romero polemista” introduz críticas contundentes direcionadas ao intelectual sergipano, com argumentos como esse:

[..] aliás visível para os menos instruídos, de que no momento atual as nações civilizadas ou europeias são as que mais se acirram no patriotismo, que outra coisa não é senão a tendência cada vez mais crescente, em cada uma delas, de se individualizar no concurso feroz da apreensão das riquezas produzidas pelos povos ditos coloniais. É verdade que essas injustas nações, enquanto se conservam dentro do próprio território, que a história lhes assinou, não se descuidam de ler os

<sup>69</sup> COSTA, Hilton. *Op.cit.*, 2004, p.80.

<sup>70</sup> VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, 1991, p. 65.

seus filósofos e pregar a utopia do humanitismo, sem a qual já se teriam entredorado; mas o que é revoltante é que elas no momento em que montadas em suas esquadras, se afastam do Mediterrâneo e das costas do Atlântico, não escrupulizem construir essa teoria inominada, de que os povos transoceânicos não têm humanidade, e portanto, na qualidade de provisórios, deverão ser varridos da face da terra, ou melhor escravizados.<sup>71</sup>

Júnior faz um processo importante de desconstrução da suposta neutralidade e cientificidade, ao mesmo tempo em que torna visível a questão do projeto ideológico de colonização de outras nações através de uma suposta legitimidade científica. Manoel Bomfim, por sua vez, em sua obra *A América Latina: males de origem* (1905), trazia uma análise pautada pela lógica da espoliação das colônias realizada por suas metrópoles, entendendo que a educação seria o principal caminho como forma de superação do atraso e fugindo dos diferentes determinismos que existiam naquela época. Quando Bomfim utiliza a metáfora da espoliação metropolitana como sendo algo pautado por uma espécie de parasitismo, ele faz com que Romero reconheça que sua análise era falha, já que se assentava em uma desproporcionalidade e era marcada por seu sentido metafórico<sup>72</sup>.

Sílvio Romero também criticava Bomfim e argumentava que sua obra tentou imitar a análise da *História da Literatura Brasileira*, no entanto, com um quadro menos vasto. O que realmente incomodava Romero era o fato de que Bomfim se negava a utilizar a questão determinista como chave explicativa para o atraso, focalizando na questão de que a partir do parasitismo europeu impossibilitou-se o desenvolvimento das colônias e isso acabou gerando sua pobreza, ou seja, a busca por riqueza da metrópole é culpa das incapacidades das colônias<sup>73</sup>.

Romero alegaria que Manoel Bomfim não teria base científica suficiente para pensar essa questão, o que era uma atitude recorrente nas polêmicas romerianas. De acordo com Costa Filho:

<sup>71</sup> JÚNIOR, Araripe. “Sílvio Romero polemista”. In: *Araripe Júnior – teoria, crítica e história literária*. Org: BOSI, Alfredo. São Paulo: Ed. USP, 1978, p. 379.

<sup>72</sup> COSTA FILHO, Cícero João da. Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvio Romero e Manoel Bomfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira. *Intelligere*, n. 6, 2018. p.74.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p.75

Alegava Romero que Bomfim era um invejoso, afirmando que: “coitado do Invejado! Tanta sandice! Que curto é esse demônio! Como dá trabalho, como é aborrecido lidar com um rapaz tão tapado! Bomfim não sabe nada de Ciência alguma e exatamente nas Ciências Naturais é que ele é completamente zero. Tudo aquilo está errado<sup>74</sup>.”

Essa querela nos é interessante, pois ao mesmo tempo que aflora o caráter político das mobilizações de teorias racialistas e demonstra o seu papel social, ela também transparece a existência de vozes não hegemônicas que acusavam a exploração colonial fantasiada de civilização benevolente. Buscamos então, nessa seção, desenvolver alguns dos principais teóricos racialistas e as diferentes maneiras encontradas para se pensar o racismo científico no Brasil. Dialogando constantemente com Romero, podemos agora desenvolver as principais discussões que formaram o contexto do século XIX: os debates sobre a escravidão, nos quais o que se pensava teoricamente passava a ser utilizado na prática.

#### 1.4

#### **Os debates sobre o fim da escravidão**

As discussões sobre o conceito de raça e sua concepção moderna, sobre como os racialistas pensaram o futuro e as soluções para o Brasil devem ser contempladas com uma seção direcionada para se pensar somente a escravidão. Mais do que pensar a escravidão, essa seção tem três principais objetivos: entender um pouco sobre o posicionamento de Romero em relação ao tema, já que isso pode contribuir de forma incisiva para o nosso objetivo de entender a forma como autor pensava o negro, entender o contexto de atuação da Geração de 1870 em um momento de crescimento e consolidação do movimento abolicionista e introduzir a necessidade da formação de uma identidade nacional que excluísse a população negra de sua composição ao mesmo tempo em que discutia sobre como lidar com essa escravidão.

A escravidão era permeada por um contexto histórico no qual o indivíduo negro não havia recebido o benefício da dúvida, sendo interpretado como um artefato econômico fundamental para a realidade da colônia e para a nação

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 80.

independente. Diferentemente dos indígenas, a escravização foi legitimada por completo no campo religioso e no campo econômico, começando a receber críticas mais contundentes apenas no século XIX. Ricardo Salles argumenta que o africano escravizado passou por um processo de coisificação e animalização que legitimava o seu processo de escravização<sup>75</sup>.

O indivíduo negro é despido de qualquer vestígio de humanidade, o continente africano é considerado a idealização da barbárie, os mecanismos coercitivos continuavam existindo não só para os escravizados, mas, concomitantemente para os libertos que possuíam inúmeras dificuldades de exercer a sua sociabilidade dentro de uma sociedade escravista:

Esta realidade não permitia maiores idealizações sobre o “continente negro” e seus habitantes. Ali cedo surgiu a imagem da natureza inóspita e do nativo selvagem, portador de uma resistência física correspondente à rudeza do meio físico e de uma certa incapacidade para a civilização cristã, ainda mais se fosse considerada a penetração do islamismo em diversas áreas do interior africano<sup>76</sup>.

Uma possível transformação que ressignifica a importância da escravidão no contexto do XIX seria o crescimento incisivo do movimento abolicionista após o momento da independência. Não iremos abordar o processo de independência, no entanto, devemos ressaltar que pensar a emancipação política do Brasil relacionando à questão abolicionista pode funcionar como uma chave interpretativa profícua. Após D. Pedro I aderir à causa do Brasil, o processo de independência traria novas urgências para a realidade da nação. As pressões inglesas que exigiam o fim da escravidão e o crescimento do movimento abolicionista traziam à tona questionamentos sobre qual seria o destino da população escravizada.

Argumentações, planos, discussões sobre o fim da escravidão sempre entravam em pauta quando movimentos antiescravistas buscavam uma transformação da realidade de forma brusca<sup>77</sup>. Mais do que um possível

---

<sup>75</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. SP: Topbooks, 1996. p.79.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p.79.

<sup>77</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Op. Cit.*, 2018 p.51. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Op.cit.*, 2018, p.51.

reconhecimento dos malefícios de um sistema escravocrata, o temor sobre a segurança das hierarquias sociais que poderiam ser afetadas fez com que o fim da escravidão se tornasse algo a se alcançar:

Enquanto o quilombo foi uma forma de resistência coletiva que atravessou toda a longa história da escravidão no Brasil, as revoltas foram mais comuns no século XIX. A escravidão brasileira alcançou seu clímax nesse período, espalhando-se ainda mais do que na época anterior pelos diversos setores da sociedade e da economia rural e urbana. Foi durante a primeira metade do século XIX que o Brasil mais recebeu escravos africanos<sup>78</sup>.

A entrada massiva de escravizados no Brasil, o temor haitianista - como já desenvolvido anteriormente - e a própria historicidade do enfrentamento dos escravizados para com a escravidão, fizeram com que os debates se acalorassem. Outra necessidade que surge a partir do processo de independência é a indispensabilidade de encontrar uma homogeneidade do povo brasileiro, uma espécie de identidade nacional. Essa identidade deveria estar o mais afastado possível do elemento negro, principalmente por sua caracterização de barbárie e pelos malefícios que essa suposta condição traria para um povo ainda em formação.

No entanto, como agir nessa busca por uma identidade nacional homogênea e fundamentalmente afastada de elementos que tenham ligação com as populações negras, enquanto a nação concomitantemente continua recebendo a massiva entrada do elemento negro nessa mesma sociedade? Como abrir mão de um sistema considerado estruturante do progresso material de um país escravista? Esse paradoxo irá gerar contínuas discussões sobre qual seria a melhor forma de lidar com a escravidão. É sobre essa perspectiva que diversas teorias buscam solucionar os problemas dessa equação. João Severino Maciel da Costa criticaria amplamente o sistema escravista e a entrada massiva de indivíduos arredios em relação ao trabalho livre, marcado por sua condição de africanidade que agregaria a falta de civilidade, argumentava então sobre a necessidade de introduzir os indivíduos escravizados na cultura do trabalho livre, forçando-os a isso se

---

<sup>78</sup> REIS, João José. *Op. Cit.*, 2018. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Op.cit.*, 2018.

necessário<sup>79</sup>.

José Bonifácio de Andrada e Silva, ator político fundamental no processo de articulação da independência - agindo como o principal aliado de D. Pedro I naquele período - também alertava para a necessidade do fim do trabalho escravo, dado que esse era um dos maiores empecilhos em relação à formação da homogeneidade nacional, ou seja, buscava consolidar uma identidade nacional que era incompatível com a coexistência do trabalho escravizado, incentivando uma imposição do trabalho livre e entendendo que o escravizado possuiria um nível mental inferior<sup>80</sup>. Devemos ressaltar que essa problematização não se dava devido a uma espécie de humanização do indivíduo em condição de escravização, muito pelo contrário, ela era motivada pela concepção de Bonifácio que se escorava na hierarquização racial que, antes, representava um pilar da colonização lusitana e que passa a representar o principal problema no período pós-independência para se pensar a população do Brasil - algo que trataremos mais à frente. Partindo dessa premissa, Bonifácio ficaria temeroso em relação aos efeitos que o escravismo poderia gerar e à quantidade de indivíduos que estariam abaixo do nível civilizatório aceitável para o intelectual, sendo necessário elaborar estratégias para transformar os povos bárbaros em sujeitos minimamente civilizados e que continuassem sendo subalternos às classes dirigentes brancas<sup>81</sup>.

José Eloy Pessoa da Silva - político que chegou a exercer o cargo de Presidente da província do Sergipe - introduziria uma solução que se tornaria uma espécie de tradição. Silva argumentaria que nada de positivo poderia sair da escravidão e reafirmaria o perigo representado pelos escravizados na sociedade ao explicitar a necessidade de acabar com o tráfico. Além disso, defenderia a abolição da escravidão de forma gradual, endossando a vinda de trabalhadores europeus para exercer o trabalho livre<sup>82</sup>, alegando que os escravizados seriam os culpados pelo processo de contaminação da sociedade com sua imoralidade, fruto dos vícios que se encontravam e do estado de miséria em que viviam. Ou seja, estar em uma condição de miséria e conviver com a violência seria culpa dos

---

<sup>79</sup>AZEVEDO, Célia M.M. de. *Onda negra medo branco: o negro do imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 40.

<sup>80</sup>*Ibidem*, p. 41.

<sup>81</sup>DIAS, Fabiana Rodrigues. *A retórica racialista da branquitude nas disputas pela definição da ideia de brasileiro (1820-1847)* Tese (Doutorado em História Social da Cultura) —Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. 2020. p. 34-37.

<sup>82</sup>AZEVEDO, Célia M.M. de. *Op. cit.*, 1987, p. 42.

escravizados, e não da escravidão. Essa tradição de culpabilizar os escravizados enquanto se ameniza os efeitos do processo de escravização seria recorrente no pensamento político-social ao longo do século XIX.

Analisando a posição de Sílvio Romero nessa questão, podemos reafirmar a dualidade de posturas que aparecem frequentemente nos escritos do autor. Romero cita um conjunto de casos durante o século XIX no qual a questão da abolição retornava antigas “soluções” sob uma nova roupagem, como, por exemplo, a do *status-quo* liderado por Paulino de Sousa e Andrade Figueira, a abolição por um prazo liderada por Joaquim Nabuco e a abolição imediata liderada por José do Patrocínio. O intelectual sergipano, mesmo tendo exercido críticas às pessoas que se colocavam como sendo as personalidades mais importantes da abolição, acaba se colocando como o indivíduo que conseguiu organizar essas três vertentes abolicionistas a partir de uma postura realmente científica, afirmando que as três estariam erradas e que seria necessário um processo de emancipação autônoma e popular, que não dependesse em nada do governo, já que a questão é econômica e social<sup>83</sup>. Sendo assim, Romero se distanciava das ações tomadas pelo movimento abolicionista, acreditando que a situação escravista se encerraria naturalmente, sem a necessidade da elaboração de leis antiescravistas. Pelo contrário, para Romero, as leis se tornariam “inúteis” a partir da concorrência do trabalho livre, mais barato e mais fácil<sup>84</sup>. A solução da importação de trabalhadores livres estaria atrelada à crença inicial de Sílvio Romero - antes de enxergar o imigrante como um perigo para a unidade nacional - na qual esse processo poderia auxiliar na formação étnica que aproximaria o povo brasileiro dos padrões europeus, ou seja, aproximaria a nação brasileira da civilização<sup>85</sup>.

Quando, em 1888, o processo de abolição ocorre, Sílvio Romero aborda os festejos em comemoração do fim da escravidão. Se recusava a abolição por meio de uma nova legislação e Romero não deixou de perceber que os responsáveis diretos pelo processo não foram devidamente mencionados, ou seja, o *silêncio* continuava a perdurar. O intelectual então argumentou que diversas pessoas estavam tomando a glória da abolição para si e deixavam os verdadeiros

---

<sup>83</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p. 26-27.

<sup>84</sup> SCHNEIDER, A. L. “Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, raça e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880)”. *ALMANACK*, n. 18, 2018. p. 472.

<sup>85</sup> COUTO, Bruno Gontijo do. *Op.cit.*, 2016, p.104.

indivíduos que promoveram a abolição nas sombras:

Singular destino da raça negra no Brasil! Alimentou o branco, deu-lhe dinheiro durante quatro séculos e agora por último dá fama aos gananciosos da nomeada fácil, da glória aos espertos que não se pejam de declamar! Singular destino em verdade<sup>86</sup>!

Desse modo, Romero tece críticas sobre o processo de invisibilização da atuação negra na construção da abolição. Para ele, a raça negra foi liberta pois merecia e por ter contado com a ajuda e o apoio do povo brasileiro, sendo um feito no qual toda a nação colaborou. Ele também reconhece que, desde o início, o processo de colonização havia sofrido com fortes contestações à escravidão. Ou seja, nesse momento o intelectual parece trazer o protagonismo para o povo brasileiro e para a ação das pessoas negras. No entanto, se buscarmos a discussão de Romero com José do Patrocínio e Vicente de Sousa, na qual o autor traça caracterizações racistas para criticar os mesmos - dois homens negros que compunham o movimento abolicionista - os caracterizando como sendo “zulus de baixa demagogia”, se percebe a clara tentativa de retirar o papel de centralidade dos negros no movimento abolicionista. Assim, em *História da Literatura Brasileira*, Romero exalta a figura do negro no processo de abolição, mas, em outros textos, sua postura é diferente e ele faz exatamente o que critica, ou seja, reivindica para si o protagonismo de uma ação que não foi sua, tal como faz quando afirma sua solução, por ser “científica” é melhor que as três versões de abolição possíveis<sup>87</sup>.

Além disso, a negação de Romero em não acabar com a escravidão de forma imediata para que não afetasse a força produtiva, permite a visualização de qual é a importância do negro escravizado para o intelectual, que quase sempre é “elogiado” por sua força de trabalho. O autor chega a afirmar que o processo de abolição deveria ocorrer de uma maneira no qual não se inverta a história da nossa civilização que foi criada pelos brancos e não inventadas pelos negros. Ou seja, por mais que pareça que, num primeiro momento, ele quer recuperar exatamente a importância do negro para esse processo, isso rapidamente fica em segundo plano.

Essa posição do autor pode ser explicada por algumas vertentes: a primeira

<sup>86</sup> ROMERO, S. *Op. cit.*, 1949, p. 23.

<sup>87</sup> SCHNEIDER, A. L. *Op. cit.*, 2018, p. 471.

é seu endosso à defesa da propriedade privada e a um fim gradual da escravidão que protegesse esses mesmos ideais dos proprietários escravocratas, a segunda, seria fundamentalmente sua posição ambígua entre encerrar a escravidão como ponto positivo no sentido econômico, sendo movido por ideais liberais, enquanto ao mesmo tempo endossava perspectivas racialistas com a vinda de imigrantes de raça europeia:

Os mananciais negro e caboclo estão estancados, ao passo que a imigração portuguesa continua e a ela vieram juntar-se a italiana e a alemã. O futuro povo brasileiro será uma mescla afro-indiana e latino germânica, se perdurar, como é provável, a imigração alemã, ao lado da portuguesa e italiana<sup>88</sup>.

Delineando as proposições realizadas nesse contexto, podemos argumentar que elas giravam em torno de duas ideias fundamentais: a incorporação do negro ex-escravizado como trabalhador livre, ou o endosso da vinda massiva de imigrantes. A grande diferenciação entre essas duas vertentes é que as proposições de incorporação pautavam-se - em sua grande maioria - em explicações de cunho sociopolítico através de um repertório liberal, enquanto as visões imigrantistas explicavam-se através de critérios racialistas que se tornaram hegemônicos ao longo do século XIX e endossaram a entrada dos imigrantes brancos no Brasil como possibilidade de “melhoramento” de uma raça marcada pela indesejável “mancha negra”<sup>89</sup>. Essa diferenciação é o que faz com que a posição de Romero seja tão peculiar, pois de alguma maneira sua proposição representa as duas vertentes.

A década de 1880 foi fundamental para demonstrar que a proposição imigrantista consolidou-se como sendo a hegemônica. Enquanto a população negra que já visualizava um “horizonte de expectativa” para o término da escravidão teria que lidar com uma legislação que, como a Lei de Terras<sup>90</sup>,

<sup>88</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p. 21.

<sup>89</sup> AZEVEDO, Célia M.M. de. *Op. cit.*, 1987, p. 140-162.

<sup>90</sup> A Lei de Terras, n. 601 de 18 de setembro de 1850, indicaria que a terra só poderia ser adquirida através da compra, retirando a possibilidade da concessão de sesmaria e da ocupação de terras, sendo permitida a venda das terras devolutas. A terra para além de um privilégio, tornou-se uma espécie de mercadoria que gera lucros. Uma das utilizações do lucro com as terras era o financiamento da imigração, buscando a substituição do tipo de mão de obra. Isso se tornou uma urgência a partir da Lei Eusébio de Queirós, n. 581 promulgada no dia 4 setembro de 1850, que fundamentalmente proibia o tráfico negreiro de escravizados, construindo um horizonte no qual o fim da escravidão se torna uma realidade. CAVALCANTE, José Luiz. “A Lei de Terras de 1850: e

dificultariam o seu porvir, os imigrantes possuíam diferentes leis que facilitavam o processo para adquirir essas mesmas terras. A imigração, além disso, priorizava a vinda de imigrantes europeus de raças consideradas superiores, envolvendo preocupações com a manutenção do lucro e com o processo de branqueamento da população<sup>91</sup>.

Diferentes proposições eram realizadas com o intuito de solucionar a equação partindo de diferentes abordagens. No entanto, o ponto em comum que se tornou hegemônico foi a assunção que:

o verdadeiro povo brasileiro ou só se constituiria em um futuro, quando, de uma forma ou de outra, os efeitos da escravidão estivessem superados, ou teria suas características constitutivas associadas apenas à parcela livre e europeizada da população, não afetada por tais efeitos<sup>92</sup>.

Logo, o processo de constituir um povo homogêneo que representasse a identidade nacional estaria condicionado pela necessidade de apagamento da herança africana, e, isso só seria alcançado através de um possível desaparecimento físico e cultural da população negra. Joaquim Manuel de Macedo, deputado e romancista durante o Segundo Reinado, argumentava que em conjunto com a Lei Eusébio de Queirós e a Lei do Ventre Livre, fazia-se necessário o incentivo da imigração dos europeus representantes da civilização em oposição aos negros escravizados e indígenas que seriam refratários dessa mesma civilização<sup>93</sup>. O destino da escravidão vinha então sendo influenciado pela gradual hegemonia das teorias racialistas, que acreditavam no inatismo da raça e que cresciam ao longo do século XIX.

Tão urgente quanto a busca por uma identidade nacional, foi o processo de conquistar o monopólio efetivo do conceito de “liberdade”. Indo além, o próprio conceito de escravidão era mobilizado nos diferentes embates políticos, sendo no caso do Brasil-colônia referente à sua então metrópole portuguesa, ou, até mesmo o liberalismo dos exaltados que buscava a ampliação dos direitos de brasileiros livres. Ou seja, o conceito de escravidão era utilizado de forma metafórica ao mesmo tempo em que esses indivíduos reafirmavam a necessidade e a importância

---

a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra”. *Histórica*, São Paulo, n.2, 2005.

<sup>91</sup> AZEVEDO, Célia M.M. de. *Op. cit.*, 1987, p. 140-162.

<sup>92</sup> SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 1996, p.82.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p.84.

do trabalho escravizado<sup>94</sup>. Ao se utilizarem de metáforas sobre a escravidão em busca da ampliação de sua liberdade, cerceavam a liberdade dos escravizados e até mesmo de suas aspirações, temerosos, pois entendiam que a plena liberdade dos escravizados representaria o fim dos seus privilégios.

Lidar com o conceito de raça, com os aspectos racialistas e como os mesmos influenciaram a sociedade brasileira é imprescindível para abordarmos o nosso objetivo central de pensar o negro na obra de Sílvio Romero. Demonstramos que enquanto uma possível liberdade da população negra entra no campo da possibilidade, o racialismo era mobilizado como forma de criar, comprovar ou reforçar desigualdades consideradas inexoráveis, ou seja, que iriam além da condição do indivíduo ser livre, escravizado etc. Sílvio Romero dialoga com essa tradição racialista para realizar grande parte de sua atividade intelectual, possibilitando diálogos e rupturas entre o autor sergipano e outros intelectuais do século XIX. A postura de Romero, assim, por vezes torna o silêncio sobre os negros mais espesso, por vezes ajuda a denunciar esse mesmo silenciamento.

---

<sup>94</sup> MATTOS, Hebe M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

## 2.

### A identidade nacional: história, literatura e ciência no XIX

Em a *História da Literatura Brasileira* (1888), Sílvio Romero não se restringiu apenas aos fatores literários, pensando temáticas da nação através e em função do que o autor entendia como sendo sua metodologia da crítica moderna, buscando explicações pautadas pelo cientificismo para tentar analisar o Brasil em um tratado de sociologia sobre o país<sup>95</sup>. Uma das primeiras frases do livro tem um caráter pessoal: a obra foi feita com amor por um homem que, há mais de vinte anos, sente todo ódio colocado sob sua pátria<sup>96</sup>. O intelectual sergipano cita outros autores que o criticam por sua postura excessivamente ácida, mas responde afirmando que esse tipo de comportamento havia ficado para trás a partir das transformações sociais da nação, como o fim da Guerra do Paraguai, o fim da escravidão e com a mudança do próprio autor – já que ele divide sua produção em três fases: a primeira juventude, o pessimismo radical e a terceira seria a da crítica imparcial.

A última fase dominaria a produção da *História da Literatura Brasileira*, agregando maturidade necessária para se prestar serviços à pátria<sup>97</sup>. Fica claro que pensar a questão da nacionalidade e de uma identidade nacional para o Brasil era o que ditava sua atividade literária e o que o guiava na querela contra outros tipos de produção, que também se mobilizaram em prol dessa questão identitária só que de maneiras diferentes em relação ao autor. Partindo desse objetivo, pretendemos, neste capítulo, abordar as correntes intelectuais com as quais Romero e a Geração de 1870 rivalizaram, como o Romantismo, e analisar o tratamento oferecido aos indígenas nas primeiras décadas do século XIX. Além disso, iremos discutir o papel atribuído à população negra no processo de constituição da nacionalidade, ou melhor, sua suposta inexistência nesse processo. Esses temas são importantes, porque Romero se mostra atento – e crítico – em relação a esses debates e sua obra incorpora e dialoga diretamente com essas tradições prévias.

Pensar a construção de uma identidade nacional em um país escravista

---

<sup>95</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX”. *Projeto História*, nº 42, 2011. p. 167.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.20.

<sup>97</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p.20.

talvez seja um dos principais pontos a serem abordados nesse capítulo. Algo trabalhoso principalmente pelo incisivo tempo de colonização nos quais essa ideia de uma unidade ou de uma identificação nacional eram sempre desencorajadas pela metrópole portuguesa. Entendido como uma espécie de apêndice de Portugal, o Brasil estava longe de idealizar - na acepção moderna que trataremos aqui - a imagem de um Estado Nacional. Ao contrário, se analisarmos, por exemplo, alguns dos movimentos separatistas do período colonial, entenderemos que, em sua grande maioria, o sentimento dissidente só abarcava a própria região, ou seja, era fomentado por um regionalismo, comprovando a ainda inexistência do nacionalismo.

Parte disso se dá pelo fato de que os mecanismos coloniais tinham o intuito deliberado de impedir o crescimento de um sentimento nacional, dado que poderia ser perigoso para seus próprios interesses na posição de metrópole. “Nesse sentido é importante salientar que antes que fruto do mero acaso, a fragmentação era propositalmente engendrada: os funcionários da Coroa referiam-se a América Portuguesa como Brasil, mas jamais a seus habitantes como brasileiros”<sup>98</sup>. Atenta-se para a caracterização de que o incentivo ao regionalismo fazia parte do cotidiano coercitivo na relação entre a metrópole e colônia e se reafirmava principalmente pela extensão territorial, pela diferenciação das regiões econômicas – a prosperidade de uns e a precariedade de outros não permitia uma atitude de reconhecimento mútuo – e, principalmente, pela desigualdade racial e social que estruturavam a sociedade colonial. Como desenvolver um sentimento de pertencimento em relação às populações africanas que forçosamente habitavam o território com sua cultura de diferenças consideráveis e com sua constante desumanização? Como reconhecer os diferentes povos nativos?

Com o desenvolvimento do processo de Independência, a necessidade por uma identificação nacional se fez ainda mais urgente. Ilmar Rohloff de Mattos cita Antônio Menezes Vasconcellos Drummond, quando o diplomata afirma que aquela revolução foi a que mais preservou privilégios das que ele já tinha visto<sup>99</sup>. Ou seja, a manutenção dos privilégios, a continuidade de um projeto monárquico

---

<sup>98</sup> KHALED JR, Salah H. *Horizontes Identitários*. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 27.

<sup>99</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (Org.). *Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos*. Porto: Universidade do Porto, 2004. v. 2, p. 732.

centralizador e conservador foram pilares que fundamentaram a construção da nacionalidade. Para criar a nação, era preciso lidar com as chamadas “nações africanas” e “nações de cor”<sup>100</sup> que, por mais que fizessem parte da sociedade brasileira, não poderiam estar presentes na identidade nacional.

## 2.1

### A construção da nacionalidade na figuração do outro

A ideia de nação foi fruto de diferentes debates ao longo do século XIX. Para Bernardo Ricupero, ela seria o fator de maior mobilização política dos últimos duzentos anos<sup>101</sup>, mobilizando alguns fatores importantes, como o sentimento de um pertencimento a uma comunidade política maior, um todo coletivo<sup>102</sup>. O que não podemos perder de vista é que a construção de uma identidade nacional no Brasil estaria atrelada à concomitante construção de um Estado, encarregado de forjar seus cidadãos no movimento que levaria ao Império. E esse processo de forjar os brasileiros não poderia ser algo explícito, pois não poderia romper com a ideia de naturalidade que se desejava. Os diferentes construtores da nacionalidade tentam demonstrar que a sua nação existe há um tempo considerável, promovendo heróis e suas respectivas lições para o presente.

Benedict Anderson, numa análise contemporânea, busca demonstrar o caráter político da edificação da nação, criticando as narrativas idílicas sobre o conceito. Em sua obra *Comunidades imaginadas* (1983), sua contribuição é fundamental<sup>103</sup>, pois demonstra o processo de construção política de uma nação, desnudando uma suposta naturalidade. Pensando o contexto brasileiro, pode-se argumentar que “As atuais nações ibero-americanas, assim como muitas africanas e asiáticas são a confirmação cabal do caráter artificial da nação”<sup>104</sup>. Isso se dá principalmente pelo fato de que a nação no Brasil seria entendida como um

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 735.

<sup>101</sup> RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 7.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>103</sup> John Breuilly em “Abordagens do nacionalismo” tece críticas à concepção teórica de Anderson. No entanto, o próprio Breuilly argumenta que a teoria de Anderson funciona como chave de análise para a América Latina. Ou seja, a utilização de Anderson teve como intuito explicitar o processo da construção nacional. BREUILLY, John. “Abordagens do nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 155-184.

<sup>104</sup> RICUPERO, Bernardo. *Op.cit.* 2004, p. 26.

projeto para o futuro posterior à independência, então, o passado seria mobilizado para explicar o presente e para orientar o futuro, reafirmando a unidade perante uma visível e perigosa diversidade.

Fez parte do projeto nacional a produção de um discurso sobre o outro, tornando racional e emocionalmente aceitável a conquista e a destruição daqueles com os quais não se compartilha uma identidade<sup>105</sup>. A construção desse projeto nacional iniciado de forma esquematizada a partir da independência, considerou tanto a população negra – escravizada ou não – como as populações indígenas, como sendo a alteridade que sacralizava a identidade, “sou assim por não ser como eles”, somos mais civilizados pois não compartilhamos da raça “deles”. Ou seja, a nomenclatura de tratamento para com o outro sempre indica uma questão de distanciamento espacial mesmo compartilhando a presença física no espaço. Era papel dos mecanismos de poder através dos aparatos institucionais, construir uma distância metafórica para com o outro, mesmo entendendo que ele está mais próximo do que nunca.

Essa possibilidade de distanciar o que está perto foi facilitada pelo processo de desumanização que é intrínseco à denominação do outro. Gayatri Chakravorty Spivak argumenta que um dos exemplos mais visíveis de violência epistêmica é o projeto de se constituir o sujeito colonial como “outro”<sup>106</sup>, no entanto, esse conceito pode ser ampliado para além do campo epistemológico, se estendendo ao campo da violência institucional e estrutural que se aplicava deliberadamente contra a população negra escravizada ou liberta e com as populações indígenas. As populações que passam por essa violência institucional e estrutural são culpabilizadas por supostamente buscarem desestabilizar a sociedade. Cria-se a ideia de “nós” e “eles”, na qual “eles” seriam representados por negros e indígenas, os intrusos que transformam os cidadãos que moldam a identidade – representantes do “nós” – em supostas vítimas<sup>107</sup>.

Essa clara subversão na relação entre oprimido e opressor pode ser explicada pela recusa da branquitude em se reconhecer como portadora da violência e da espoliação direcionadas aos negros e indígenas, projetando então suas próprias ações e características no “outro” como forma de fuga e definindo

<sup>105</sup> ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Op.cit.*, 2019, p. 79.

<sup>106</sup> SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 47.

<sup>107</sup> KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 38-39.

não o que esses “outros” são, mas sim o que deveriam ser<sup>108</sup>. O “outro” torna-se aquilo que se movimenta dentro de uma fronteira representada por um exterior sem horizonte que, ao mesmo tempo, é um interior continuamente recalçado, do qual se adquire uma distância devido à inquietante proximidade, delimitando o modelo cultural hegemônico e delegando ao esquecimento e constante silenciamento àquilo que não se adequa.<sup>109</sup> Como afirma Ricardo Salles:

Deste modo, o aspecto selvagem, bárbaro, americano e africano da sociedade era identificado com um outro que, ainda que fisicamente próximo e, neste sentido, um componente interno desta sociedade, era externo à civilização portada pela elite identificada com os padrões europeus<sup>110</sup>.

A designação de toda uma diversidade de indivíduos do continente africano através do termo “negro”, por exemplo, tornou-se um desses mecanismos que através da ideia de “outro” reforçava uma identidade calcada na diversidade, relegando toda uma pluralidade étnica e cultural a uma simples concepção definidora, reduzindo – ou praticamente anulando – a potencialidade desses povos se portarem como componentes ativos daquela sociedade em formação. Essa articulação que inferiorizou os não brancos nesses três séculos da colonização, pautava como pilares fundamentais da identidade nacional a monarquia, a branquitude e a religiosidade católica. O que se diferenciava disso era caracterizado como “outro”<sup>111</sup>:

Esse negro coisificado, destituído de qualquer traço de dignidade, apartado da própria ideia de humanidade, é o mesmo negro que chega ao século XIX, assiste às disputas pela conformação do Brasil independente, mas não se vê, pelo menos até 1831, qualquer mudança político-jurídica no sentido de humanizar sua experiência no mundo<sup>112</sup>.

## 2.2

### O período regencial: uma ameaça para a ordem hierárquica?

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 38-39.

<sup>109</sup> FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “O duplo e a falta: construção do outro e identidade nacional na literatura brasileira”. *Revista brasileira de literatura comparada*, v.1, Niterói, 1991. p. 53.

<sup>110</sup> SALLES, Ricardo. *Op.cit.*, 1996, p.88.

<sup>111</sup> DIAS, Fabiana Rodrigues. *Op.cit.*, 2020, p. 116.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p.117.

Demonstramos aqui o processo inicial de uma construção nacional que tinha como principal desafio fazer isso em um país marcado por uma ordem escravocrata, um temor haitianista e o constante crescimento do movimento abolicionista. No entanto, como se deu de fato essa construção? Um ponto central para começarmos a responder esse questionamento é o fato de que a permanência de D. Pedro I como monarca após o processo de independência, significou uma importante continuidade em um momento de ruptura, representando um papel de escudo para as elites regionalistas que dependiam dos antigos mecanismos de poder coloniais para preservar seus privilégios<sup>113</sup>.

A Independência do Brasil ocasionou o surgimento de um novo Estado-Nacional, representado principalmente por um corpo político organizado, alicerçado pelo sentimento de natividade que possuía uma suposta relação intrínseca com o território - território esse que definia que são brasileiros aqueles que no Brasil houvessem nascido desde que fossem ingênuos ou libertos - enquanto silenciava aquilo que não estivesse dentro do prisma de lealdade nacional. Esse silenciamento, no entanto, não era algo explícito, já que essa identidade deveria possuir um caráter de naturalidade, não despejando mais sua lealdade a fatores regionalistas, e sim, à ideia de ser brasileiro. Essa ideia tinha um papel dualmente contraditório, já que possuía uma postura agregadora para as elites regionais - incorporava os indivíduos, mas negavam seu regionalismo - e excludente ao não estender o título de “brasileiro” aos setores escravizados<sup>114</sup>.

A questão da propriedade, as respectivas projeções econômicas e a raça seriam os fatores que ditariam as definições de ser brasileiro ou não. Diferenciando o mosaico entre cidadãos ativos ou não ativos, a “nata” da nacionalidade seria composta por aqueles que poderiam votar e/ou serem votados, representantes então da “boa sociedade” e os que participavam do “mundo do governo”, em posição totalmente oposta àqueles que se pretendia excluir.<sup>115</sup> Se o projeto de uma construção de identidade nacional estava assentado na centralidade que seria dada à “boa sociedade”, as relações do campo estritamente político causaram um revés inesperado. O projeto incisivamente centralizador do Primeiro

<sup>113</sup> BARBATO, Luis Fernando Tosta. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 8, n. 15 – UFGD – Dourados, 2014. p. 2.

<sup>114</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.25-26.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p.27.

Reinado marginalizou as elites brasileiras das principais relações políticas do Império, fazendo surgir um sentimento de antilusitanismo, alegando-se que o Imperador ainda seguia os interesses de Portugal. O envolvimento político de D. Pedro I na questão dinástica de Portugal, o recebimento de soldados e civis que fugiam de Portugal e eram mantidos pelos cofres públicos, a recuperação de uma preocupação em relação a um processo de recolonização e a perda da província da Cisplatina contribuíram para uma situação insustentável para D. Pedro I<sup>116</sup>.

A abdicação de D. Pedro I em prol do seu filho príncipe regente abriu precedentes múltiplos para os projetos políticos que disputavam a hegemonia. Enquanto D. Pedro I abdica do poder em prol da continuidade de um projeto monárquico de nação, o período regencial passa a representar um momento no qual a fragmentação política tornava-se um perigo efetivo, tendo como um exemplo próximo à fragmentação das diferentes repúblicas da antiga América espanhola. Durante as regências, a construção de um sentimento de alteridade para com as nações republicanas se torna mais eficaz, reafirmando o compromisso com um modelo monárquico de nação por parte das elites dirigentes. As páginas antes reservadas à questão do haitianismo tinham exatamente o intuito de ilustrar o contexto temeroso desse período regencial, marcado pelo medo de uma possível revolução escrava impulsionada por uma mobilização mais radical e mais acelerada dos conceitos de “revolução” e “liberdade” que colocaria em xeque todo o processo de construção identitária elaborada desde a independência.

Somado ao fator imprensa, diferentes movimentos de rebelião ocorreram ao longo do período regencial, contendo demandas diferenciadas e sendo influenciados por inúmeras vertentes políticas. O que pode chamar a atenção foi a eclosão de três revoltas escravas - Malês, Carrancas e Manuel Congo – que, por mais que tenham sido em localidades diferenciadas e não tenham causado conflitos mais intensos, ativaram o repertório temeroso do haitianismo. A Revolta do Malês seria considerada uma das maiores revoltas escravas do meio urbano, significando uma dupla ameaça pelo seu caráter político-racial, mas simultaneamente por seu elemento da religiosidade dos muçulmanos.

Assolado por essa conjuntura de efervescência política, Diogo Feijó renunciaria ao seu cargo de Regente Uno. Araújo Lima o substituiria em 1837,

---

<sup>116</sup> MOREL, Marcos. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003. p. 7-19.

dando início a um período fundamental para a identidade nacional e para as relações políticas das regências e as que estariam por vir. A presença de Araújo Lima seria então, o início do período no qual os regressistas assumiram a direção do “Carro da Revolução”, o qual precisava frear, mas não estagnar. Era fundamental que enquanto se impusesse novamente os pilares que garantiriam a ordem e a preservação da integridade político-territorial, ocorresse a concomitante introdução da nação brasileira no panteão das nações civilizadas. O rompimento político com Portugal não poderia significar o rompimento com a Europa, muito pelo contrário, reafirmava-se a necessidade de recuperar os laços com o continente da civilização.

Logo, buscando os mecanismos para viabilizar a manutenção da ordem regressista sem representar o abandono da relação com a civilização, em 1838 seria criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o qual se buscava demonstrar o nível civilizacional da nação enquanto construía-se um passado que seria totalmente capaz de explicar o presente e oferecer um sentido para o futuro. Arelado à ascensão regressista, o IHGB seria encarregado de trazer legitimidade histórica para o projeto de nação que se formava.

Antes de pensarmos na construção de uma história imperial, precisamos indicar o que Romero pensava sobre a regência. O intelectual sergipano era um crítico ferrenho do período regencial, argumentando que foi nesse momento que a indisciplina se aflorou devido ao fato de que a liberdade ainda era inexperiente, gerando um momento de separatismo, algo que o intelectual abominava em sua essência<sup>117</sup>. Para Romero, o período é caracterizado como um momento de anarquia na capital e nas províncias, representadas nas diferentes revoltas que colocavam a unidade nacional em risco<sup>118</sup>. Ao mesmo tempo, o autor introduz a figura de Antônio Diogo Feijó, classificando-o como um dos grandes heróis nacionais. Ele o faz, demonstrando diferentes momentos biográficos de Feijó nos quais ele mostrou seu patriotismo, no entanto, o ápice de sua atividade política em prol da nação teria ocorrido exatamente no momento que se tornou regente e lidou com a fase conturbada que citamos anteriormente. Sua ação, assim, teria sido fundamental para conter a desordem e garantir o progresso. Na obra *Brasil Social*

---

<sup>117</sup> ROMERO, Sílvio. *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890. p. 70.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 88.

e outros estudos sociológico (2001) o autor teceu comentários bem contundentes contra à regência, a representando como sendo um momento de esmagadora decepção, que só não se tornou ainda mais decepcionante devido às ações de homens meritosos que conseguiram fazer com a população brasileira escapasse de diferentes “loucuras”<sup>119</sup>. Essas “loucuras” seriam representadas pela quantidade de revoltas que eclodiram no país naquele contexto. Então Romero teria preferido a permanência do Primeiro Reinado? Mesmo com as constantes defesas do projeto republicano? De forma alguma. Romero critica o excesso de liberdade após o processo de Independência, no entanto, defende a ação dos indivíduos que lutavam contra a tirania imperial, a entendendo como uma reação benéfica.

### 2.3

#### **O discurso etnográfico e o benefício da dúvida para os indígenas: o campo historiográfico.**

Táise Tatiana Quadros da Silva argumenta que a vontade de escrever uma História que compreendesse a integridade do Brasil era algo presente desde o primeiro discurso de Januário da Cunha Barbosa no período de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, a questão material pautada principalmente por boa parte dos documentos serem do período colonial causava o perigo de transparecer uma imagem de um Brasil subordinado para sua antiga metrópole<sup>120</sup>.

Partindo dessa premissa, em 1840 o IHGB lançou um concurso para premiar aquele que elaborasse o melhor plano para escrever a história do Brasil. Um dos participantes foi Carl Friedrich Philipp Von Martius, que chegou ao Brasil fazendo parte da comitiva da arquiduquesa D. Leopoldina. Encarregado dos estudos sobre a produção natural brasileira, passaria a ser considerado um dos pais da etnografia ao propor uma ampla divisão dos grupos indígenas para além da dualidade entre tupis e tapuias.<sup>121</sup> O então sócio correspondente do IHGB e

<sup>119</sup>ROMERO, Sílvio. *O Brasil social e Outros Estudos Sociológicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. p. 110.

<sup>120</sup> SILVA, T. T. Q. *A Reescrita da Tradição: A invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 21.

<sup>121</sup> VON MARTIUS, Karl Friedrich e RODRIGUES, José Honório. “Como se deve escrever a História do Brasil”, *Revista de Historia de América*, n. 42, 1956. p. 433.

membro da Academia de Ciências de Munique, concorre com Julio Wallestein. O plano de Wallestein seria caracterizado como sendo um “plano de redação bastante pálido”<sup>122</sup>, fazendo com que Martius saísse vitorioso e fosse premiado em 1847 com o seu texto intitulado de *Como se deve escrever a Historia do Brasil*, no qual ele tenta pensar quais os caminhos a escrita da história deveria seguir sendo considerado um dos primeiros autores a tomar como foco de análise a relação entre as três raças formadoras da história brasileira e como sendo um dos fundadores do mito da democracia racial.

“Qualquer que se encarregar de escrever a história do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem”.<sup>123</sup> Esses elementos seriam as três raças formadoras, “o branco ou caucasiano”, cor de cobre ou americana” e a “preta ou etiópica”. O encontro dessas três raças foi o que formou a população. Martius, no entanto, já deixa claro que cada uma dessas raças compete a sua índole inata, se desenvolvendo em momentos característicos e particulares. Ou seja, por mais que aborde a relação das três raças ele já estabelece prontamente a existência de hierarquias entre as mesmas enquanto oculta os mecanismos de violência que moldaram esse contato:

Cada urna das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada urna dessas raças. Disso necessariamente se segue que o Português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para com todos os princípios da Historiografia pragmática, se se desprezassem as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população<sup>124</sup>.

Essa citação de Martius ilustra parte da sua fundamentação teórica,

<sup>122</sup> “Na ocasião, Martius disputa o prêmio com apenas um concorrente. Julio Henrique Wallestein apresentaria ao IHGB um plano de redação bastante pálido, diante das proposições posteriores de Martius” SILVA, T. T. Q. *Op.cit*, 2006, p. 45.

<sup>123</sup> VON MARTIUS, Karl Friedrich e RODRIGUES, José Honório.” *Op.cit.*, 1956, p. 441.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 442.

enquanto se reafirma a necessidade de se analisar as três raças formadoras que foram essenciais para os diferentes desenvolvimentos na sociedade, solidifica-se concomitantemente as hierarquias entre essas raças e a centralidade da figura do português. Martius também introduz o caso da miscigenação, no entanto, um ponto de diferenciação é que o autor entende a questão da mestiçagem como sendo uma vontade da Providência. E, ao acontecer, promoveria a formação de um grupo de indivíduos que seriam as classes superiores dos elementos inferiores. Em um segundo momento do texto, o intelectual começa a descrever as três raças que levaram ao desenvolvimento do homem, começando então com os povos indígenas. Argumenta sobre a necessidade de se analisar de forma mais profunda sua vida e história, já que a mesma se encontra envolta em obscuridade, e, por essa razão, ela deve receber um maior enfoque. Essa obscuridade só se encerraria através do ofício do historiador, que traria esses fatos à luz. Em outro momento, Martius introduziria sua crença em uma condição de decadência dos indígenas, não os entendendo como seres primitivos, mas como povos que por razões ainda desconhecidas - envoltas em obscuridades - encontram-se em situação de decadência.

Após descrever os povos indígenas, Martius se atém a traçar a parte dos portugueses na História do Brasil. A ênfase ao português se dá em diferentes frentes, pensando o estado das escolas no Brasil para analisar como está a educação, como se desenvolveram as artes, a ciência, os ramos da literatura, a história da legislação e estado social de Portugal<sup>125</sup>. Por último, Martius discute a questão do que ele irá chamar de “Raça Africana”. O autor argumenta que a entrada dos africanos no contexto brasileiro afetou totalmente o desenvolvimento da sociedade colonial, não sabendo, no entanto, se essa influência seria algo positivo ou negativo. Diante desse desconhecimento, seria tarefa do historiador analisar as influências que os escravizados tiveram nas áreas do desenvolvimento civil, moral e político das populações daquele período.<sup>126</sup> Nessa perspectiva, Martius reafirma na parte final do texto que a história do Brasil é fundamentalmente a história do ramo de portugueses, mas que para ser completa precisa explicitar a sua relação com os indivíduos negros e indígenas. O autor sempre elabora a necessidade da busca por uma história que seja nacional e não

---

<sup>125</sup> *Ibidem*, p.451.

<sup>126</sup> *Ibidem*, p. 454.

provincial, que tenha e possa despertar patriotismo, agindo como um autor deliberadamente monárquico-constitucional<sup>127</sup>.

Destas reflexões, três principais pontos podem ser levantados. O primeiro é que Martius claramente idealiza um projeto que tem força para agir em consonância com o projeto regressista que queria parar o “carro da revolução”. Não existe nenhuma possibilidade no modelo de Martius de que o fator português, suposto representante da civilização, perdesse seu caráter hegemônico. Ou seja, é necessário que se fale dos negros e dos indígenas, mas sem tirá-los de seus respectivos lugares.

O segundo ponto é a constatação de que Martius inicia, de forma mais sistematizada, uma tradição para lidar com as relações raciais partindo de uma suposta harmonia que oculta e silencia os processos de violência dentro dessas “sociabilidades múltiplas”. Principalmente em uma sociedade de ordem escravocrata, reafirmar a mescla das três raças como um destino da Providência é contribuir para a manutenção dos privilégios do escravismo. O terceiro ponto nos demandará mais tempo. A “obscuridade” que Martius associa aos indígenas e, ao mesmo tempo, é entendida como sendo aquilo que irá incentivar o historiador a tirá-lo daquela situação. Desse modo, é transmitida uma imagem na qual a figura do indígena possuía uma ligação com a ideia de um eterno presente, dado que não aparentava quase nenhum vestígio de historicidade, fazendo com que os métodos do historiador iluminassem esse processo de obscuridade. Nessa perspectiva, seria tarefa do historiador a inserção desses indivíduos no tempo ao agir como um etnógrafo.

A atuação do historiador como etnógrafo dependeria exatamente do povo com o qual ele estivesse lidando. Se, por exemplo, os indígenas não conseguissem apresentar vestígios de sua historicidade, seriam considerados como um objeto de estudo da área etnográfica. Logo, “A sustentação de um juízo acerca da possibilidade ou não de integrar as populações indígenas a um projeto de nação, e por conseguinte à sua história dependia do passado que fosse trazido à luz”<sup>128</sup>. Esses esforços “intelectuais” para recuperar parte da historicidade desses grupos indígenas tem como fundamento solucionar o debate entre a ideia da decadência,

---

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 457.

<sup>128</sup> TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.32.

que creditava à figura do indígena a posição decaída ou que se encontrava em um permanente “Estado de natureza”<sup>129</sup>.

Os intelectuais que defendiam a postura de uma suposta decadência dos indígenas manifestavam-se a favor da possibilidade da catequização, algo que para os partidários da vertente do permanente “Estado de Natureza” era impensável, dada a impossibilidade dos indígenas de saírem dessa condição. As duas vertentes aparecem, por exemplo, na contenda entre Francisco Adolfo de Varnhagen e Gonçalves de Magalhães. Varnhagen, que foi considerado como uma espécie de “Heródoto brasileiro”<sup>130</sup>, isto é, o “pai” da história no Brasil, aborda, em *A História Geral do Brasil*, a figura do indígena através de uma postura de abominação. Um dos argumentos elaborados pelo autor é o de que as populações indígenas travaram lutas intensas contra os colonizadores, dificultando ainda mais a ação civilizadora dos portugueses. Os indígenas são assim considerando “selvagens” e “invasores nômades”, ou seja, não pertenciam ao território.<sup>131</sup>

“Essas gentes vagabundas que guerreando sempre, povoam o terreno que hoje é do Brazil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação”<sup>132</sup>. Essa argumentação do historiador era respaldada por seu entendimento da não necessidade de um aprofundamento sobre as diferentes populações indígenas, dado o tédio causado pelos diferentes catálogos que ressonavam as vozes bárbaras e por sua respectiva irrelevância<sup>133</sup>. O posicionamento de Varnhagen nessa obra é moldado por uma virada intelectual interessante, na qual a partir da década de 1850, ele passa a endossar a impossibilidade da catequização e/ou inserção do indígena na sociedade, dado que aqueles que não estivessem aptos para receber a civilização portuguesa deveriam ser excluídos. Interessante pensarmos então que, assim como Sílvio Romero,

<sup>129</sup> Por mais que essa dualidade de posições seja a hegemônica dentro das discussões do Instituto, devemos entender que outros posicionamentos também surgiam com frequência. Para exemplificarmos, podemos elucidar nosso argumento com a proposição de Januário da Cunha Barbosa, que acredita que o “estado de natureza” dos indígenas não era estritamente da sua “natureza do selvagem”, mas sim uma condição momentânea. O autor baseava sua teoria na continuidade entre os povos, explicitando então que as práticas nômades indígenas tenham influenciado no processo de adquirir outra natureza caracteriza como “selvageria”, sendo necessário direcionar o desenvolvimento das populações indígenas para projetá-las um estado de civilização. Ou seja, era uma espécie de junção das duas teorias que se contrapunham no Instituto, demonstrando as diferentes formas de interpretação desse discurso etnográfico. *Ibidem*, p. 51-52.

<sup>130</sup> REIS, José Carlos. *Identidade do Brasil: De Varnhagen a FHC*. 9 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p.24.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 15-18.

Varnhagen mobilizava o discurso científico, alegando imparcialidade e buscando uma verdade que desconstruísse a visão idílica do indígena, nos colocando em uma posição de reafirmar que os foros da cientificidade, ou seja, um repertório em comum era mobilizado por diferentes indivíduos em posições políticas contrárias.

No artigo “O indígena perante a história” publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1860, Magalhães dialoga diretamente com a obra de Varnhagen que, de acordo com o autor, funcionava como uma espécie de amálgama das posições contrárias sobre as populações indígenas no campo etnográfico<sup>134</sup>. Então, baseando sua argumentação na tentativa de validar sua posição como hegemônica, Magalhães inicia sua empreitada no processo de problematizar as informações proporcionadas pelos europeus sobre os indígenas do continente americano, explicitando que a real intenção é de reabilitar a figura do nativo que faz parte da diversa população do Brasil.<sup>135</sup> Assim como Varnhagen, Magalhães recupera a concepção moderna de história, no entanto, o faz exatamente como forma de afirmar sua imparcialidade pela parcialidade de Varnhagen ao argumentar que o historiador é um juiz reto e que seu esforço é movido por seu amor pela humanidade e pela voz da verdade que ecoa em sua alma<sup>136</sup>.

Nessa perspectiva, o debate etnográfico fez com que autores como Varnhagen e Magalhães se utilizassem de um mesmo repertório, buscando um mesmo objetivo, mas fazendo-o de maneiras diferentes. Mesmo que os dois intelectuais reafirmassem em suas obras o compromisso com a verdade, era impossível pensar em uma espécie de veracidade dos fatos compartilhada pelas diferentes vertentes. Varnhagen acreditava que a objetividade de sua imparcialidade morava exatamente na tentativa de romper com um pensamento idílico sobre o indígena, enquanto Magalhães buscava pensar a veracidade como sendo algo que rompesse com a falsa visão negativa sobre o indígena.

O debate é importante porque impacta a posição de Romero. Isso aparece, por exemplo, quanto o autor sergipano, na *História da literatura brasileira*, traça críticas direcionadas à produção intelectual de Varnhagen. Em um primeiro

<sup>134</sup> TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de História*, edição especial, São Paulo, 2010.p. 136.

<sup>135</sup> MAGALHÃES, D. J. Gonçalves. Os indígenas do Brasil perante a história. *RIHGB*, tomo XXIII, 1860. p. 3-4.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 5.

momento Romero cita Varnhagen como sendo um dos poucos intelectuais nacionais que se dispuseram a produzir um material sobre a literatura nacional, no entanto, mais à frente o autor critica incisivamente a teoria de Varnhagen de que os indígenas teriam descendido dos carios, argumentando que estes seriam produto do continente americano<sup>137</sup>. Outras críticas de Romero a Varnhagen serão abordadas na sequência dessa dissertação.

Esses diferentes posicionamentos nos permitem formular duas deliberações: a primeira seria que a ampla camada de debates sobre as populações indígenas explicitaria o silenciamento gritante direcionado à questão da população negra, pois os indivíduos negros não conseguiriam adquirir nem o benefício da dúvida empregado aos indígenas, condicionando-os para uma possível centralidade nos debates sobre identidade, por exemplo. E essa seria a principal condição da população negra no campo literário do século XIX: o silenciamento gritante. A segunda deliberação é que, de acordo com Kaori Kodama, essa produção etnográfica realizada pelo IHGB e o estabelecimento do debate sobre o índio na história tendo como pilares as vertentes da assimilação e/ou do extermínio, tinha o desaparecimento do indígena como finalidade comum, dado que, quando não exterminados, deveriam ser assimilados pela sociedade e gradualmente desapareceriam.

Abordando esse campo de discussão, Sílvio Romero tem a intenção de buscar um processo de desconstrução. O autor demarca de forma direta sua negação de que diferentemente do que pensariam os membros do romantismo, a história do Brasil não seria dedicada única e exclusivamente aos “tupis”. O intelectual sergipano inicia um esforço recorrente de retirar o “protagonismo” atrelado ao indígena pela “geração romântica”, buscando romper com uma visão que não corresponde com a realidade, reafirmando o local do indivíduo ariano como sendo o protagonista dentro dos diferentes fatores que deram origem ao “produto nacional”.<sup>138</sup> Um dos mecanismos utilizados por Romero para alcançar seu objetivo é o de diminuir a importância do indígena perante os indivíduos negros, dado que eles poderiam viver ao lado dos brancos, se aliar a eles, não possuindo a desconfiança marcante dos indígenas<sup>139</sup>. Além disso, na obra

---

<sup>137</sup> ROMERO. Sílvio. *Op.cit.*, 1949, p. 117.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 103.

*Literatura Brasileira e a crítica moderna* (1880), o autor argumenta que os indígenas estavam atrasados temporalmente, sendo ainda pertencentes à Idade da Pedra<sup>140</sup>. O posicionamento de Romero perante o indígena indica a sua negação quando à ideia de que os mesmos seriam o ideal de brasilidade e isso se dá fundamentalmente através de uma literatura crítica munida de caráter étnico que demonstraria a inconsistência da argumentação da “geração romântica”.

## 2.4

### A missão literária: a identidade nacional e o romantismo

A partir de 1822 a autonomia passa a representar um sentimento inegociável, dado que, com o rompimento político surge a necessidade de uma ruptura também intelectual. Consolidando o fim da condição de colônia, os elementos que formam uma nação deveriam ser colocados em prática para que as coesões territoriais e política se mantivessem intactas, e, mais do que isso, era preciso que a recém-nação tivesse condições de fazer parte do conjunto de nações civilizadas. O Brasil precisava apresentar um processo duplo de, ao mesmo tempo, em que se espelha na Europa e demonstra semelhanças em relação ao “continente do progresso”, era preciso tornar visível suas próprias peculiaridades, aquilo que o distingue das demais nações, mas que não o separa permanentemente do continente europeu, sendo a existência de uma literatura autônoma a comprovação dos níveis de civilidade.

Partindo dessa percepção da busca por uma relação autônoma, encontramos ao longo do século XIX, diversos trabalhos que tinham em seu cerne uma fundamentação direcionada para a afirmação de uma história literária brasileira. O resgate literário que daria o entendimento de uma patrimônio cultural propriamente nacional<sup>141</sup> complementaria o processo de emancipação no sentido político, só que agora, o faria no sentido cultural. No entanto, mesmo que essa produção intelectual tivesse um objetivo em comum, ela apresentava caminhos e critérios diferentes para se pensar e consolidar o passado literário.

Na obra *A História da Literatura Brasileira* (1888), Sílvio Romero se

<sup>140</sup> ROMERO, Sílvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa de João Ferreira Dias, 1880. p. 26.

<sup>141</sup> DE MELO, Carlos Augusto. "As histórias literárias pioneiras no Brasil oitocentista". *História e Cultura*, n. 3, 2014, p.52.

encarrega de também contribuir de forma decisiva para a autonomização da cultura brasileira. E como o faz? Através da junção de diferentes textos, lidando com aspectos biográficos dos próprios autores - já que em sua concepção literária isso influenciaria na produção artística. Romero argumentava que a pobreza literária seria ainda maior em relação a nossa pobreza histórica, fazendo “estrangeiros no-la ensinassem a escrever”<sup>142</sup>, ou seja, Romero dá um protagonismo às obras estrangeiras em relação às produções nacionais que seriam, por sua vez, marcadas pela permanente pobreza literária, fazendo um caminho alternativo pela busca da autonomia.

A argumentação de Romero pode, em um primeiro momento, parecer dúbida, já que inicialmente ele agrega o pioneirismo às obras estrangeiras e, em seguida, as desqualifica. Além disso, ao pensar a condição nacional, Romero chega a argumentar que “A autores nacionais só devemos alguns pequenos ensaios, parcas monografias, noções destacadas de uma ou outra época de nossa literatura, ou análise por acaso de algum escritor predileto”<sup>143</sup>. Então se Romero retira importância dos dois lados da equação, como pensar essa autonomia? É necessário entendermos que, mesmo quando o intelectual sergipano desqualifica autores estrangeiros e nacionais, ele reconhece a importância dos mesmos em um plano geral, afirmando que sua história literária seria ministrada para estudos anteriores<sup>144</sup>, tornando possível a construção de uma historicidade da autonomia. Indo além, podemos pensar que essa desqualificação dupla pode ser explicada pela postura política de Romero de se entender como um precursor. Ou seja, o autor sergipano não negava a existência de uma autonomia literária, pois a negação da mesma inviabilizaria sua própria atuação intelectual. Então, qual seria o projeto de Romero?

O membro da Escola de Recife buscava essa autonomia ao mesmo tempo em que se colocava como o grande realizador da mesma, já que ninguém ainda havia feito uma história literária munida de cientificismo e que realmente alcançasse um caráter nacional. Entendendo esse projeto político, acreditamos na necessidade de dialogar com obras que Romero cita, e que também possuíam a intenção de consolidar uma história literária. Um autor já citado anteriormente

<sup>142</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p.37.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p.37.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p.38.

nessa dissertação, mas que aqui retornará por sua tentativa de construção identitária no campo literário é Varnhagen. *O florilégio da poesia brasileira* (1850) foi dividido em dois tomos. Logo no prólogo, Varnhagen deixa clara a intenção de repartir com o público diferentes poesias inéditas e raras, criando uma coleção, na qual, mesmo que não se pudesse demonstrar todas as poesias existentes, era possível dar ênfase àquelas que tratassem de aspectos brasileiros, demonstrando todo entusiasmo por autores que não tomavam Grécia ou Roma como matéria<sup>145</sup>.

O autor rompe com uma perspectiva de Parnaso, buscando se afastar da ideia adotada por Almeida Garrett e escolhendo um florilégio no qual poderia seguir uma ordem cronológica dos autores, trazendo uma biografia dos mesmos e agregando um sentido de unidade ao livro. Para Varnhagen, o critério central para que determinados autores e poesias pudessem entrar em sua obra era a questão do nascimento, ou seja, era fundamental que o indivíduo tivesse nascido no Brasil para poder pertencer à obra<sup>146</sup>. O florilégio, contudo, seria bastante criticado por Sílvio Romero na obra *História da Literatura Brasileira*. O intelectual sergipano recusa a ideia de que Varnhagen seria o pioneiro da história literária e argumenta que ele apenas havia copiado Norberto e Barbosa, por exemplo, já que possuía uma incapacidade teórica e filosófica. O autor chega a argumentar que:

De certo tempo a esta parte, é de notar a insistência com que se tem andado, com evidente preocupação, a proclamar Varnhagen o criador da história da literatura brasileira!... Criador... como e por quê? Se a própria história geral, Varnhagen não a criou, como poderá ter criado a história da literatura? Varnhagen não fez mais do que, sem plano, sem sistema, sem doutrina, sem filosofia, sem análise, sem síntese, escrever meia dúzia de biografias destacadas de poetas e escritores e a introdução da seleta a que pôs o nome de Florilégio da poesia brasileira: pouco mais fez do que repetir Barbosa Machado, Januário Barbosa, Norberto Silva, Pereira da Silva e outros mais. Varnhagen não tinha capacidade teórica e filosófica, e pouco além ia de pesquisas puramente eruditas<sup>147</sup>

Fica claro que Sílvio Romero faz críticas incisivas ao Florilégio mais do

<sup>145</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilegio da poesia brasileira*; ou, coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos d'elle. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1946. p. 4.

<sup>146</sup> *Ibidem*. p.5.

<sup>147</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p. 303.

que em relação a outras obras do período. Nosso argumento é o de que seu projeto político de ser pensado como sendo o pioneiro de uma história realmente científica e literária no Brasil fez com que o autor elaborasse críticas mais contundentes à Varnhagen. Além disso, devemos recordar que o intelectual sergipano não possuía uma ligação política tão privilegiada em relação ao projeto imperial como Varnhagen, promovendo um embate que não se restringia somente ao campo teórico mas também ao campo político.

Se a “forma”, como as histórias literárias estavam em disputa interessavam Romero, os conteúdos e temas também eram objeto de debates. O Romantismo aparece assim como uma resposta extremamente necessária para os anseios e problemas políticos da época, permitindo a afirmação de particularismos necessários para a viabilidade da oposição em relação à antiga metrópole<sup>148</sup>. A busca por essa autenticidade fez com que os românticos interpretassem sua produção sob uma ótica missionária, ou seja, não só para garantir uma literatura autêntica, mas também para exprimir a realidade da nação. Segundo Ivo Barbieri:

Comungando dos mesmo sentimento nacionalista, poetas e prosadores trabalhavam comprometidos com o objetivo de plasmação de uma literatura que se diferenciava frontalmente da portuguesa a que vivera atrelada durante o período colonial. Para tanto, buscavam inspiração em temas localistas, como a exuberante natureza dos trópicos, a vida tribal, a vida nômade e independente dos primitivos habitantes da terra e os choques culturais provocados pelo contato do invasor alienígenas com os indígenas<sup>149</sup>.

Autores como José Basílio da Gama e José de Rita Santa Durão eram interpretados como indivíduos que, já no século XVIII, começaram a construir o processo de autonomia ao apresentarem poemas que não eram românticos, mas que possuíam uma temática indianista. Com a publicação de Ferdinand Denis e com as respectivas necessidades políticas, o nacionalismo ganha um terreno fértil para impactar as diferentes manifestações culturais<sup>150</sup> e políticas da nação, sendo o Romantismo a manifestação que não só abraçava o sentimento de exaltação nacional, como o propagava nas suas diferentes frentes de atuação. Sendo assim,

<sup>148</sup> CANDIDO, Antonio. *Op.cit.*, 2002, p.20.

<sup>149</sup> BARBIERI, Ivo. “Iracema: a tupinização do português”. p.540. In: ROCHA, J. C. de C. *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*, Rio de Janeiro, EdUERJ/ Topbooks/UniverCidade Editora. 2003.

<sup>150</sup> SERA, Tânia. *Op. cit.*, 1992, p.42.

se reconhece que as respostas às perguntas elaboradas pelo nacionalismo literário seriam a exaltação constante da natureza brasileira e o entendimento do indígena como fator de inspiração por ser o habitante original. A partir disso, visualiza-se um protagonismo atrelado ao índio e suas respectivas práticas culturais, considerando-o o modelo ideal de brasilidade. Para Antonio Candido:

Entre a publicação do *Resumé* e a data oficial de início do Romantismo brasileiro, 1836, estende-se uma fase durante a qual foram amadurecendo entre os intelectuais os tópicos que ele pôs em discussão ou sugeriu: consciência de autonomia; verificação do passado literário; reconhecimento da posição central dos temas nativistas; inclinação para os lados das novas tendências estéticas...<sup>151</sup>

A vertente indianista começa a ter ainda uma ênfase maior a partir do ano de 1836, com dois acontecimentos fundamentais considerados por muitos autores como sendo os fatos que deram origem ao Romantismo. O primeiro deles seria o surgimento da revista *Niterói*, patrocinada por Manuel Moreira das Neves e criada, em Paris, por Gonçalves de Magalhães, Manuel Porto Alegre e Francisco de Sales Torres Homem. O segundo seria a produção da obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, também elaborada por Magalhães em 1836. O indígena ganha protagonismo como sendo a principal inspiração para se idealizar o mito da fundação nacional<sup>152</sup>. A escolha pelo mesmo pode ser explicada por um fato já citado anteriormente na dissertação: diante de seu desaparecimento iminente na sociedade, seria muito mais problemático escolher o “elemento negro” ainda visto como um *outsider*.

Gonçalves de Magalhães também possuiria um papel fundamental no indianismo através de sua obra *A Confederação dos Tamoios* (1856) que trata da resistência dos indígenas tamoios que se aliaram aos franceses contra os portugueses colonizadores. Em sua conclusão, apesar da derrota dos indígenas, o poema traria o surgimento do Rio de Janeiro, o coração de uma nova nação. A conclusão de Magalhães explicita ainda mais o processo de uma produção literária ligada ao projeto imperial do Segundo Reinado e a tentativa de construção de uma identidade. Para Vera Figueiredo:

<sup>151</sup> CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, 2002, p. 22-23.

<sup>152</sup> RICUPERO, Bernardo. *Op. cit.*, 2004, p.154.

Os escritores românticos impuseram a tarefa de escolher um ponto de partida para a marcha em direção ao progresso, definindo um começo histórico e inventando uma tradição que nos imprimisse um perfil de nação como essa. Para entender melhor esse movimento, torna-se necessário inseri-lo no contexto do mundo ocidental no século XIX, considerando-se que, ao se engajar no projeto de invenção da nação brasileira, a nossa elite intelectual estava em perfeita consonância com que se passava no velho continente ou seja, a construção das identidades nacionais era, por várias razões, inclusive razões de ordem econômica (necessidades do capitalismo liberal), uma demanda da modernidade naquele momento<sup>153</sup>

José de Alencar também teve uma atuação importante no movimento, porque seus esforços vão de instituir uma língua nacional através da mistura de uma linguagem indígena com a forma falada pelo povo proveniente de uma espécie de poesia popular. Em *O Guarani* (1857) e em *Iracema* (1865), Alencar trabalha com um glossário que elucida determinados termos indígenas, promovendo o que Ivo Barbieri chama de “tupinização da língua portuguesa”, já que a determinação de uma língua e uma literatura que fossem distintas da Metrópole era fundamental para a consolidação da Independência de acordo com Alencar<sup>154</sup>. Buscava-se uma linguagem genuinamente brasileira que tivesse a língua portuguesa como base, mas que seria diferente da língua matriz. “Realizando um apagamento de todas as línguas indígenas faladas em seu presente, Alencar deu um salto até um passado remoto, figurado como um lugar de origem, berço da nacionalidade”.<sup>155</sup> Pensando em *O Guarani* (1857), obra composta por um constante jogo de oposições, entre honra e aventura, natureza e civilização, América e Europa, um ponto que se faz evidente é que, para o autor, as qualidades positivas ou negativas dos povos indígenas envolvidos na obra se transformavam de acordo com a relação dos mesmos com povos brancos<sup>156</sup>. Isso diz muito sobre a produção indianista e o quanto ela pode e deve ser problematizada.

<sup>153</sup> FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. Revisitando os mitos românticos da nacionalidade. *Alceu*, Rio de Janeiro, n.1, 2000. p.92.

<sup>154</sup> BARBIERI, Ivo. *Op.cit.*, 2003, p.540.

<sup>155</sup> DE ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca. José de Alencar: o povo, a língua e a literatura. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, n. 27, 2020. p. 9.

<sup>156</sup> RICUPERO, Bernardo. *Op. cit.*, 2004 p.170.

Sendo assim, o indianismo teve um papel fundamental na construção identitária de uma nação que queria consolidar sua autonomia após a separação política. No entanto, se pensarmos que um dos objetivos do capítulo é demonstrar como os indivíduos negros eram representados pela intelectualidade anterior à Geração de 1870, talvez o leitor esteja se questionando se não falhamos com nosso intuito. Devemos afirmar que não, de forma alguma. Apenas estamos reproduzindo a forma que os indivíduos negros eram tratados: com o silêncio. Tratamos do indianismo e da forma que os índios foram pensados nessa busca por uma autonomia literária exatamente porque isso representa a exclusão da população negra. Sendo assim algumas questões ainda precisam ser respondidas e serão objeto da próxima seção: qual era o papel dos negros nesse Romantismo? Como Sílvio Romero concebe o movimento?

## 2.5

### A ausência dos negros e o parecer de Sílvio Romero

Devemos esclarecer que o negro foi totalmente invisibilizado no movimento do Romantismo. A predileção pelo indígena ocasionou automaticamente a exclusão do negro como possível fator da brasilidade, e, essa exclusão pode ser explicada através de alguns aspectos. O primeiro deles é que, ainda que seja uma rara exceção, a questão da escravidão aparece na Revista *Niterói*. Torres Homem escreve o artigo “Considerações econômicas sobre a escravatura” argumentando que a escravidão teria um aspecto deletério no sentido de impedir a vinda de imigrantes, ou seja, seguindo uma lógica de pensar no fim da escravidão por questões econômicas e não humanitárias<sup>157</sup>. Além disso, culpabiliza o escravizado pelos males da escravidão, introduzindo o negro no Romantismo, como mais uma vez, estando atrelado à escravidão.

O aspecto do aparecimento de uma discussão sobre o negro está sempre pautada como uma espécie de exceção perante à regra. A produção literária de Alencar que, em muitos casos, lida com o tema da miscigenação, no qual aparecem diferentes personagens indígenas e brancos, ou frutos da mestiçagem dos grupos citados anteriormente, explicitam a total ausência de personagens

---

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 92-93.

negros. De acordo com Manoel de Alencar:

No que diz respeito aos afrodescendentes, é visível um projeto de completo silenciamento de sua cultura. Não havia estudos, no período, cujo interesse fosse as línguas africanas. José de Alencar, considerado praticamente um dos inventores da literatura nacional, simplesmente não tocou no assunto. Em seus diversos estudos linguísticos, nos quais elaborou propostas de investigação da fala do povo, e da sua importância para a nacionalização da língua, as línguas africanas foram completamente esquecidas. O escritor não escreveu sequer algo se posicionando contra considerar as línguas e a cultura africanas como elementos formadores da língua e da literatura nacional. Era como se elas não existissem<sup>158</sup>

O interessante é pensarmos que a insignificância da cultura afrodescendente é tanta que Alencar não aborda a questão da linguagem africana nem para depreciá-la, o que demonstra que é mais profícuo para sua produção dar a entender o fato de que ela não existe. A moldes de informação, Alencar chega a tratar da questão da escravidão em algumas peças, como na obra “O demônio familiar”, adotando uma postura de senhor na qual o escravizado seria o elemento desagregador da paz presente na família brasileira, ou seja, o escravo seria o demônio familiar, sendo a sua libertação a maior punição que ele poderia receber, o que enfatiza a preocupação do autor no que a escravidão pode fazer com o senhor de escravos, e não o que ela pode causar no próprio escravizado<sup>159</sup>.

Como forma de demonstrar uma exceção perante a regra, devemos abordar a obra *Úrsula* (1859) escrita por Maria Firmina dos Reis. A maranhense não fez parte do movimento indianista, no entanto, ela é pensada como sendo integrante do Romantismo do século XIX. Na obra, ela introduz indivíduos negros em sua história com certo protagonismo, rompendo com a visão indianista que reproduzia o silêncio e com imagens constantemente negativas, cercadas de estereótipos. Reis elabora uma visão na qual consagra a humanidade dos negros, escolhendo a africanidade em detrimento da inferiorização pautada pela escravidão e rompendo com o senso comum da época:

Os personagens, de Maria Firmina dos Reis, Túlio, Preta Susana

<sup>158</sup> DE ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca. *Op. cit.*, 2020, p. 2-3.

<sup>159</sup> RICUPERO, Bernardo. *Op. cit.*, 2004, p.176.

e Antero, estão indiscutivelmente fora dos padrões romanescos do Romantismo brasileiro, por eles representarem não a marca da escravidão, mas ao contrário, por expressarem a dimensão da africanidade em uma época em que nem era discutida a África no Brasil, pelo menos em termos de reconhecimento cultural e humano. Os personagens rompem com os estereótipos de que o africano não tinha cultura, de que não tinham alma e que a escravidão, inclusive, a ele era uma dádiva de Deus. Coube, a Maria Firmina dos Reis, a tarefa de trazer para o romance brasileiro o negro integrado na condição de ser humano, com identidade cultural própria que depois foi negada pelo nacionalismo brasileiro<sup>160</sup>.

Retornando ao nosso autor, devemos nos perguntar: qual é a relação de Romero com o Romantismo? Desde o primeiro momento da dissertação afirmamos que intelectual sergipano busca uma diferenciação em relação à tradição romântica, e realmente o faz. Na *História da Literatura Brasileira*, Romero deixa claro que pretende adotar uma postura mais branda em relação às suas críticas e posturas polêmicas, o que não impediu que o autor continuasse se posicionando de forma “ácida” em diferentes momentos, buscando afirmação ou negação de algo. Assim, em muitos momentos, Romero elabora a crítica de forma mais incisiva ou até mesmo se aproxima do Romantismo, reconhecendo seus méritos. No primeiro tomo, o autor explicita que a história literária do Brasil não é um exclusivismo dos portugueses na América nem dos tupis, citando o Romantismo nesse caso, nem dos africanos, e sim, a formação de um tipo novo marcado por cinco fatores específicos - português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira- que daria origem à mestiçagem<sup>161</sup>. Já citamos essa passagem anteriormente, mas aqui ela ganha um outro sentido, pois demonstra o processo de crítica de Sílvio Romero em relação à invisibilização da população negra e com a exaltação indígena. O autor o faz por acreditar ser impossível pensar a gênese da nacionalidade sem pensar em todos os elementos que a formaram, algo que o Romantismo deixa de fazer ao “esquecer” os indivíduos negros.

Romero vai totalmente contra essa perspectiva. Ainda abordando o movimento Romântico, o autor argumenta que, a partir de 1836, viu-se um

<sup>160</sup> NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. *A construção do negro no romance Úrsula*. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/data1/autores/102/mariafirminaartigojulianocarrupt.pdf>> Acesso em 17-07-2022.

<sup>161</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p. 39.

processo de invasão do mesmo para o campo político, transbordando também para os campos literários<sup>162</sup>. E qual seria a análise do autor sobre a forma que o Romantismo lidou com as influências estrangeiras? Para Romero, existia um processo de imitação tumultuária na qual as ideias europeias foram adaptadas de forma inconsciente, sendo o ponto de virada a sua própria ação de interpretar essas ideias de forma crítica, através de uma literatura pautada pelo darwinismo, ou melhor, pela darwinização da crítica. Uma frase que define o pensamento de Romero sobre o Romantismo seria:

Se é uma cousa ridícula a reclusão do pensamento nacional numas pretensões exclusivistas, se é lastimável o espetáculo de alguns escritores nossos, atrasados, alheios a tudo quanto vai de mais palpitante no mundo da inteligência, não é menos desprezível a figura do imitador, do copista servil e fátuo de toda e qualquer bagatela que os paquetes nos trazam de Portugal, ou de França, ou de qualquer outra parte.<sup>163</sup>

Ou seja, o exclusivismo dado aos indígenas e a suposta relação não crítica com ideias estrangeiras, fez com que Romero continuasse seu julgamento ao Romantismo. No diálogo com H.T. Buckle que citamos anteriormente, o autor argumenta que Buckle havia sido vítima de uma descrição irreal e exagerada sobre o conteúdo de nossa natureza, natureza esta marcada por um inventário dos obstáculos impostos por nossa condição natural. Para Romero, o que Buckle apresenta como prejudicial aos românticos aparece como sendo uma “excepcional vantagem”. Exemplo disso seria a ideia de rios mais largos que, para o autor, é uma mera invenção romântica, ou seja, não se aplica à realidade. Resumindo sua argumentação, Romero explicitaria:

É mister acabar de uma vez com estes inventos, favoráveis ou desfavoráveis, com que há sido costume iludir-nos. Temos sido sempre vítimas da exageração: os nossos rios, montanhas, matas, feras... são sempre os mais gigantescos do mundo, o que é uma vantagem, dizem os patriotas; o que é um empecilho, diz Buckle; o que é um erro, digo eu<sup>164</sup>

Adotando uma postura menos ácida, Romero reconhece o Romantismo

---

<sup>162</sup> *Ibidem*, p.44.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>164</sup> *Ibidem*, p.72.

como sendo o grande protagonista da literatura do século XIX, argumentando que seria ainda necessário apreciá-lo de maneira correta já que saiu vitorioso em relação à luta contra o Classicismo e outras teorias adversárias<sup>165</sup>. Aqui, já podemos enxergar uma contradição, pois para o intelectual o grande mérito do Romantismo brasileiro é o de fugir do processo de uma imitação portuguesa, aproximando-nos de nós mesmos e do mundo civilizado. Além disso, o autor divide o movimento em fases, começando pela indianista e pela análise de Gonçalves de Magalhães. Romero traz uma biografia do autor, abordando sua atuação política e atuação literária. “Nenhum escritor brasileiro fez tão rápida e tão brilhante carreira; nenhum teve tanta fama, tão fácil nomeada e nenhum caiu tão depressa e tão profundamente. Hoje é preciso reabilitá-lo, fixando-o num lugar definitivo”<sup>166</sup>. Com essa frase, Romero demonstra qual a sua intenção com Magalhães. Não é alçá-lo ao panteão dos maiores nem fazê-lo cair em um esquecimento, mas averiguar qual a sua importância para a história da literatura brasileira, deixando claro que houve injustiça no processo do amplo endosso, da mesma maneira que houve injustiça no processo de esquecimento.

Magalhães é lido por Romero como sendo um intelectual que sempre escolhia com louvor os seus assuntos de estudo, no entanto, a grandiosidade e acerto na escolha das temáticas conflitavam com a incapacidade do mesmo de entregar uma execução à altura do tema escolhido. Mesmo não conseguindo entregar uma obra comparável a grandeza das temáticas, Romero indica a necessidade de estudá-lo por ter sido um trabalhador que amou este país, não pertencendo a um grupo comum de charlatões que acreditavam que a grandeza morava no processo de multiplicar livros e livros<sup>167</sup>. Um ponto compartilhado entre autores contemporâneos e Sílvio Romero é o de que a obra de Magalhães teria diversas características clássicas dentro do movimento romântico, sendo a forma e o fundo de sua poesia uma espécie de classicismo, contendo três características “emprestadas” do Romantismo: o seu apego pela religiosidade, a crítica ao presente e divinação da missão do poeta<sup>168</sup>.

Para encerrarmos a análise de Romero sobre Magalhães introduziremos aqui o que acreditamos ser a parte mais importante de sua crítica. Sílvio Romero

<sup>165</sup> ROMERO, S. *História da Literatura Brasileira*. vol.III, Cultrix: São Paulo, 1989. p. 94.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p.105.

<sup>167</sup> *Ibidem*, p.106.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p.107.

afirmaria que Gonçalves de Magalhães teria tido um empenho falsíssimo de criar uma literatura nacional. A falsidade estava empregada no fato de que o processo de nacionalizar uma literatura não deveria ser feito a partir de um programa com regras a serem seguidas. O intelectual sergipano elogia a escolha do episódio de Tamoios por ser um evento histórico que colocou frente a frente o conquistado e o conquistador e por demonstrar o momento de fundação do Rio de Janeiro. No entanto, tudo foi feito de forma falsa e com um estilo literário que não agrada Romero<sup>169</sup>. O poema torna-se tão desagradável que o autor alega ser praticamente impossível ir até o fim. A escolha por uma abordagem épica também gera um incômodo, já que o Brasil seria uma recém-nação, ainda sem mitos, sem tradições, sem heróis populares, “nação burguesa de outro dia”. Ou seja, o autor critica fundamentalmente o processo de heroicização do indígena empreendido pelo Romantismo indianista.

A partir das críticas de Romero, devemos pensar alguns pontos que permitem encerrar nosso tópico sobre Romantismo indianista nesse segundo capítulo. O primeiro é que mesmo Romero busque uma diferenciação total e plena em relação aos românticos, ela não existe. A preocupação com a questão nacional e até mesmo, por exemplo, a polemica como forma de alçar maiores voos dentro de um meio intelectual restrito e marcado por uma literatura atrelada a projetos políticos, são fatores que constroem uma similaridade entre Romero e a tradição romântica. A maior diferença mora no fato de que o autor sergipano buscava atingir a questão nacional partindo de um referencial teórico dos racialistas, de um cientificismo que busca a verdade. O segundo elemento de diferenciação é que mesmo que o Romantismo indianista não tenha perdido de vista a questão da verdade, por estar no campo literário ela flexibiliza essa perspectiva usando muitos aspectos criados pela imaginação, o que faz com que a crítica de Romero sobre uma ideia de falsidade diga muito mais sobre a sua própria concepção de literatura que extrapola aspectos literários.

Um ponto fundamental para compararmos com outras produções literárias que aqui já foram citadas é pensar qual o critério que Sílvio Romero adotava para introduzir determinados autores em sua obra? Era simples. Para além de uma questão de nascimento, Romero afirmava que tudo aquilo que havia contribuído

---

<sup>169</sup> *Ibidem*, p.113.

para a diferenciação nacional, quanto mais o autor buscasse determinar o nosso caráter nacional, maior o seu merecimento em ser estudado. Ou seja, o entendimento de Romero de que a execução dessa obra era uma espécie de ação patriótica, impactou até mesmo na forma com a qual ele lidava com seus aspectos literários. Logo, os indivíduos que, de acordo com Romero, ficaram “perdendo tempo” ao escrever versos em latim, sem possuir consciência da pátria, não mereciam um processo de "ressurreição histórica"<sup>170</sup>. Fica claro que Sílvio Romero busca construir uma teoria da história para o Brasil, principalmente quando ele desqualifica a tentativa de Martius por ser bastante etnológica, a de Buckle por ser bastante cosmológica e a de Comte por ser focada estritamente em aspectos sociais<sup>171</sup>. Mas qual seria a sua própria teoria? O autor acredita na necessidade de elaborar uma teoria ampla e compreensiva que elucide toda a marcha evolutiva de um povo, desvendando segredos do passado que auxiliam no direcionamento do futuro.

Assim, o objetivo do segundo capítulo foi delinear o que o romantismo representou para o cenário intelectual do século XIX, entendendo sua escolha pelo indianismo e pelo silenciamento sobre os indivíduos negros. Agora que trabalhamos essas temáticas, precisamos fazer os seguintes questionamentos: como era a Geração de 1870 da qual Sílvio Romero foi um ativo participante? Como se deu o processo de mudança da ideia do autor em relação à mestiçagem? Como o negro aparece na obra do autor? Esses pontos serão desenvolvidos no terceiro capítulo, no qual o intelectual ganhará tudo aquilo que ele mais apreciou em boa parte da sua vida: todo o protagonismo possível.

---

<sup>170</sup> ROMERO, S. *Op.cit.* 1949, p.42.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p.54.

### 3.

## A Geração de 1870 e a Escola de Recife: o papel do negro

O terceiro capítulo da dissertação vai se encarregar principalmente de refletir sobre dois aspectos: a Geração de 1870 e as questões centrais das obras de Sílvio Romero que nos permitam chegar a um entendimento sobre qual era o papel do negro na produção intelectual do autor sergipano. Para isso, pensaremos a forma que o referencial teórico do racialismo - já desenvolvido nos outros capítulos - foi mobilizado por essa geração para propor intervenções na sociedade brasileira. Isso ocorre em um contexto no qual se percebe um sentimento de inadequação temporal atrelada ao Império, que vinha sendo progressivamente criticado por uma nova cultura que buscava o progresso e reproduzia um culto à ciência, dentro de um panorama em que se necessitava pensar sobre uma identidade nacional em um país com infinitas relações raciais. Apropriando-se de diferentes metodologias de análise como Darwinismo social, Positivismo, criminologia biológica etc., o movimento conhecido como Geração de 1870 surge com o intuito de provocar uma revolução das ideias ao desestabilizar os pilares de orientação do Império, representados pelo Romantismo e pelo pensamento religioso, contribuindo assim para o processo de desmonte da cultura imperial.<sup>172</sup>

Sendo assim, para sanar nossa necessidade de lidar com esse processo de mobilização de um repertório científico europeu, neste capítulo discutiremos a Geração de 1870 e a Escola de Recife, os inserindo em um contexto intelectual marcado pelas polêmicas, nas quais Sílvio Romero foi o grande protagonista diversas vezes. Após delinear esses pontos, introduziremos a obra romeriana para discutirmos qual o papel do negro nas mesmas, dividindo sua produção em três fases que são totalmente influenciadas pelo contexto político que rondava o autor.

Esse grupo que se intitulava *um bando de ideias novas*<sup>173</sup>, era defensor da modernidade e naquele momento se encontrava marginalizado em relação a um status imperial que negava o acesso ao bojo do cenário intelectual. Para Angela Alonso, esse cenário intelectual imperial estaria focado em dois centros: o poder da sociedade da corte e o poder político, representados nas instituições de

---

<sup>172</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*. Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), v.13, n.26, 2009. p.20

<sup>173</sup> ROMERO, Sílvio (Org.). Explicações indispensáveis. In: \_\_\_\_\_. *Tobias Barreto: vários escritos*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900. p. 24.

comando do Império nas quais se possuía a hegemonia do partido conservador<sup>174</sup>. Ou seja, os membros dessa geração “modernizante” tinham que lidar com uma conjuntura na qual, a partir da conciliação realizada no Segundo Reinado no ano de 1840, entre Luzias e Saquaremas, a sociedade hierárquica de poder e a monarquia eram aspectos entendidos como naturais.<sup>175</sup> Essa postura mais cautelosa de naturalizar essa estrutura se explica pelo contexto de um Segundo Reinado que criou uma espécie de “aversão ao novo”, ainda temeroso por toda efervescência política do Primeiro Reinado e do Período Regencial.<sup>176</sup>

Então qual espaço se deu para um movimento que buscava a modernização, dentro de um contexto de rejeição ao novo? Como visualizar os cenários de ação de indivíduos que, por mais que tivessem uma proximidade com os intelectuais relacionados ao Império, ainda detinham uma posição secundária? Para isso, precisamos realizar uma pequena digressão. Anteriormente argumentamos sobre a necessidade das elites dirigentes realizarem uma dupla ação de parar o “carro da revolução” sem negar o contato com a civilização europeia. Nesse contexto, buscando a consolidação de elementos que permitissem ao Brasil concorrer ou se comparar com nações civilizadas, viu-se o processo de criação da Faculdade de Direito de Olinda através da Lei 11 de Agosto de 1827, juntamente com a Faculdade de São Paulo. Em 1854, a Faculdade foi transferida para Recife e se consolidou com uma área de atuação específica:

[..] a Escola de São Paulo tendeu mais ao modelo liberal da política, priorizou em sua grade curricular o Direito Civil; enquanto a do Recife desenvolveu uma áurea mais doutrinadora, analisando de forma mais racional e neodarwiniana o Direito, o enfoque curricular esposou mais o Direito Penal e a Antropologia Criminal. De qualquer forma, ambas deixaram-se influenciar por vertentes do positivismo<sup>177</sup>

Essas criações idealizavam a construção de uma nova realidade política e a necessidade de uma nova mentalidade após a libertação do país. Além disso,

<sup>174</sup> ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. IN:GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) *Brasil imperial, Volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 5.

<sup>175</sup> ALONSO, Angela. *Op.cit.*, 2002, p.52.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>177</sup> KLEMI, Albene Miriam Menezes. *Intelectuais da Primeira República: a raça como problema nacional da modernização do Brasil*. In: IAMASHITA, Léa Maria Carrer. (org.). *Nação e modernização no Brasil Republicano: Narrativas plurais*. Brasília: Verbena Editora, 2016, p. 94-95.

devemos argumentar que essas universidades tiveram um papel fundamental no processo de desenvolvimento do pensamento das humanidades e de sua aplicação na sociedade brasileira, gerando uma classe de intelectuais que atuavam em diferentes áreas<sup>178</sup>. Além da criação das faculdades de Direito de Recife e São Paulo, devemos lembrar que, durante o século XIX, vimos diversas transformações que mudaram o contexto sociopolítico brasileiro do século XIX. Angela Alonso, retoma as medidas realizadas pelo gabinete Rio Branco para demonstrar que mesmo de forma indireta, elas baratearam os custos para se publicar um jornal, permitindo então que rivais de longa data pudessem se manifestar<sup>179</sup>. Ou seja, nos periódicos vemos a ação desses intelectuais que eram potencializadas pelo fato de que os mesmos se organizavam em grupos unidos não só pelo quesito ideológico de sua intelectualidade, mas por suas relações e posições políticas.

Aspectos como o regionalismo também poderiam afetar a querela entre esses grupos. Sílvio Romero rivalizava constantemente com a centralidade que era agregada à rua do Ouvidor, dado que aquela localidade era pensada como centro da vida intelectual da então capital Rio de Janeiro que, durante o século XIX, se firmou de forma contundente como o centro político, comercial, literário e financeiro do Brasil. A convivência na rua do Ouvidor supostamente proporcionaria uma ambiência “real” do cenário intelectual do XIX, sendo que os intelectuais relacionados ao projeto imperial, como Machado de Assis, José Veríssimo, Visconde de Taunay e outros, eram privilegiados em relação à intelectualidade no geral. Isso gerou um certo desconforto em Romero, porque sua Escola de Recife não recebeu o mesmo protagonismo, o que era inconcebível para o autor<sup>180</sup>.

Entendendo o contexto de ação dessa Geração de 1870, devemos indicar pontos em comum e algumas particularidades que cercaram o movimento. Essa necessidade se explica pelo fato de que o movimento é dividido em diferentes correntes políticas, como os liberais republicanos, os positivistas abolicionistas, os federalistas científicos, os núcleos de Recife e São Paulo, sendo que todos eles

---

<sup>178</sup> RAGO, Maria Aparecida de Paula e VIEIRA, Rosa Maria. *Escola do Recife*. Disponível em: <[ESCOLA DO RECIFE.pdf \(fgv.br\)](#)>. Acesso em: 17/07/2022.

<sup>179</sup> ALONSO, Angela. *Op.cit.*, 2009 p.5.

<sup>180</sup> PEREIRA, Milena da Silva. *Insultos e afagos: Sílvio Romero e os debates do seu tempo*. Curitiba: Editora CRV, 2017. p.40-41.

estavam inseridos no contexto do dissenso imperial. Ou seja, compartilham aspectos em comum, mas também apresentam suas particularidades por estarem em posições similares, mas não idênticas:

A nova estrutura de oportunidades políticas, portanto, constituiu um espaço público, ampliou o número de participantes potenciais dele e delineou uma nova agenda de temas e problemas. Nesse cenário, grupos sem acesso às instituições políticas imperiais puderam exprimir seus dissensos. Vários deles escreveram panfletos e artigos de jornais, fizeram comícios e manifestações a partir de fins dos anos 1870. Os “intelectuais” da geração 1870 foram parte dessa agitação<sup>181</sup>.

A posição da Geração de 1870 partiu da interpretação de um repertório europeu contemporâneo que permitiu elaborar críticas aos pilares imperiais, construir formas de intervenção que a colocasse em uma posição de protagonismo na transformação da sociedade. Assim, existia ali um processo duplo de reconhecer o problema da sociedade brasileira e concomitantemente demonstrar como resolver o mesmo, através de uma leitura utilitária desse repertório que funcionaria como referencial teórico das críticas direcionadas à tradição imperial. Para além dessa ação interpretativa, os membros da Geração de 1870 buscaram referências dentro da própria tradição nacional, ressignificando e reinterpretando símbolos que, até então, haviam adquirido um caráter negativo dentro da conceituação da perspectiva imperial<sup>182</sup>.

Esse processo de ressignificação da tradição nacional pode ser pensado através do entendimento de que, desde o momento da construção do IHGB, de uma identidade e de uma autonomia nacional, o passado ganha um novo sentido no qual pode ser instrumentalizado de acordo com os projetos políticos que estavam sendo disputados. Ou seja, esse processo de agregar um sentido específico ao passado, está em total consonância com a formação de uma identidade nacional, que como já falamos, deve aparentar um sentido de naturalidade. Torna-se necessária a existência de um passado bem estruturado para agregar uma ideia de longevidade identitária. Partindo dessa premissa, entendemos que essa disputa de um passado entre a geração romântica atrelada ao

---

<sup>181</sup> ALONSO, Angela. *Op.cit.*, 2009 p.5.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 13.

projeto imperial com a Geração de 1870, faz todo sentido, dado que, ele seria pensado ou para servir ao império, ou para desestabilizá-lo e assim construir uma sociedade pautada pelos novos referenciais.

Juliano Francesco Antonioli consegue demonstrar que essa construção de um passado envolve também as outras temporalidades, já que, sua ação de reinterpretação acontece no presente, tendo como horizonte de futuro a possibilidade da conclusão de um projeto, como a própria consolidação da república, por exemplo. Para os membros da Geração de 1870, é como se o espaço de experiência legitimasse o horizonte de expectativa<sup>183</sup>, não como uma relação direta entre causa e consequência, mas como uma relação inversa, isto é, a negatividade atrelada à monarquia imperial justificaria os anseios da geração pela transformação que buscavam. A independência, por exemplo, movimento fundamental para a existência do IHGB, passa a ser criticada por apresentar um aspecto de falsidade, na qual não haveria transformado de fato as relações político-sociais do momento. Já a Inconfidência Mineira, que seria caracterizada de forma totalmente negativa pelo repertório imperial, ganharia uma outra significação, demonstrando o processo de embate entre diferentes projetos intelectuais<sup>184</sup>.

Sílvio Romero, em *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heroes* (1890), realiza também esse processo de reconstrução e/ou de disputa pelo passado através da figura de Tiradentes. Abordando o indivíduo como um herói, Romero argumenta que Joaquim José da Silva Xavier tinha a generosidade de um grande coração, tendo uma vida simples e marcada pelo excesso de trabalho e pela falta de sorte. O intelectual sergipano indica que, no momento em que o movimento dos Inconfidentes foi descoberto, Tiradentes demonstra sua grandeza, não tendo delatado outros participantes da conspiração. Como resposta para os atos de Tiradentes, a Coroa o esquartejou e expôs suas partes em praça pública no Rio de Janeiro. Partindo dessa punição, o intelectual sergipano elabora críticas à Coroa portuguesa, e demonstra que aquele que buscava liberdade recebia essa

---

<sup>183</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUCRio, 2006. p. 306.

<sup>184</sup> ANTONIOLLI, Juliano Francesco. Um passado republicano para chamar de seu: a reescrita da história nacional pela geração 1870 da Faculdade de Direito de São Paulo (1870-1880). *HistóriaUnisinos*, v. 24, n. 1, 2020. p. 57.

forma de tratamento.<sup>185</sup> A Revolução de Pernambuco em 1817 também pode ser pensada como um exemplo dessa disputa pelo passado de projetos políticos distintos. Um exemplo disso seria a obra *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão* (1847) de Gonçalves de Magalhães, na qual o membro do Romantismo afirmaria que a repressão das tropas imperiais em relação ao movimento foi fundamental para lidar com a barbárie das massas brutas, atrelando a ideia de revolução a questões como desordem e imoralidade, demonstrando que esse campo também estaria em disputa<sup>186</sup>.

Uma outra demonstração dessa disputa pelo passado é o perfil que Sílvio Romero dedica a Manuel Deodoro da Fonseca. O autor dedica um parágrafo a ele deixando claro que esse seria o único homem vivo que teria um espaço em seu livro. E por qual razão isso acontece? Pelo fato de Deodoro ter sido o proclamador da República, sendo este um ato de puro patriotismo e magnitude. Ou seja, independentemente de ter feito um bom governo ou não, Deodoro mereceu seu espaço por ter sido um dos precursores do processo republicano contra o despotismo da coroa<sup>187</sup>. Sendo assim, conseguimos visualizar que a disputa pelo passado era algo que estava na pauta das ações da Geração de 1870, representando uma das diferentes reformas estruturais que divergia da estrutura imperial.

Sendo assim, para além de suas particularidades, o movimento contestatório de 1870 surge em um contexto de crise da ordem imperial, buscando intervir na realidade social através de análises que levariam o Brasil ao encontro da civilização, em um caminho pautado pelo cientificismo e por uma tentativa de alinhar o país com a “marcha da civilização” dos países ocidentais<sup>188</sup>, logo:

Na primeira etapa, procurou diagnosticar a realidade histórica singular do país, tentando identificar as possíveis causas do atraso e os impasses que provocavam as crises de transição. Na segunda, a partir do diagnóstico feito, propôs uma série de caminhos possíveis para que o Brasil se constituísse como um país civilizado, um conjunto de reformas sociais e políticas necessárias para superação do estágio de atraso e transformação do país. Os intelectuais do movimento de 1870, movidos por essa visão de mundo e de sociedade, assumiram então sua

<sup>185</sup> ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, 1890, p. 50-52.

<sup>186</sup> MOREL, Marco. “Nação e Revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX”. In: CHAVES, C.M.G.; SILVEIRA, M.A.(orgs.). *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, v. 1, 2007. p. 181-206.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>188</sup> COUTO, Bruno Gontyjo do. *Op.cit.*, 2016, p. 95-96.

missão civilizatória, procedendo ao diagnóstico da realidade política, social e econômica do país com o objetivo de desvendar o que mantinha o país em posição tão distante dos países europeus e o que obstaculizava o avanço do processo de civilização<sup>189</sup>.

Dentre as particularidades da Geração de 1870, lidaremos com a Escola de Recife, a corrente da qual Sílvio Romero foi um dos participantes e principais defensores. Inserido nesse contexto de transformação nacional com a criação das Faculdades e com a intensificação das formas de contestação da ordem imperial, a Escola de Recife - que antes ficava em Olinda - se consolida na década de 1850 com um sentimento antilusitano, buscando diferentes formas de construir uma autonomia nacional que ainda não existia. Diferentemente da Faculdade de Direito de São Paulo, um dos pontos de atuação da Escola de Recife era o de disseminar ideias evolucionistas através de um repertório europeu de teóricos racialistas, como Herbert Spencer, Charles Darwin, Ernst Haeckel, que poderiam auxiliar na análise da sociedade brasileira através de aspectos do conceito moderno de raça.

Sílvio Romero seria um dos grandes defensores dessa Escola, abordando o pioneirismo ao lidar com o repertório europeu contemporâneo e argumentando que aquela localidade possuía uma posição preponderante no processo de inovação e de reflexões intelectuais no Brasil. Roberto Ventura entende a Escola de Recife como sendo responsável pela introdução da crítica literária munida de aspectos do evolucionismo e do cientificismo, mobilizando conceitos como raça e natureza para agregar um ideal de imparcialidade nos estudos literários<sup>190</sup>. E quem eram os membros dessa escola? Além de Sílvio Romero, temos Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua, Araripe Júnior e outros. Dentre esses vários nomes, Tobias Barreto era o intelectual que recebia a maior admiração de Romero, pois o intelectual sergipano acreditava que ele não recebia o reconhecimento que merecia principalmente na região do Rio de Janeiro, local tomado pelos grupos de apoio da Associação Brasileira de Letras, por exemplo. Tanto Sílvio Romero como Tobias Barreto eram indivíduos que não participavam de grupos sociais modernos em ascensão, muito pelo contrário, eram membros de grupos considerados estacionários ou decadentes, sendo a Escola de Recife um movimento contestatório fruto das mudanças econômicas que deslocavam o eixo

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 97-98.

<sup>190</sup> VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, 1991, p.11

econômico do Norte para o Sul<sup>191</sup>. Sendo assim, o autor sergipano apresentava um caráter provincial em sua produção intelectual, em uma tentativa de recuperar a hegemonia da região Norte que marcou o período colonial.

Podemos visualizar que a rivalidade político-intelectual entre os membros mais próximos ao projeto imperial e o movimento contestatório de Recife também foi impactada por questões geográficas. O Rio de Janeiro adquiria centralidade enquanto regiões do Norte entravam em certo declínio econômico. Isso incomodava profundamente Sílvio Romero. Angela Alonso irá propor uma interessante problematização sobre a Escola de Recife, caracterizando-a como uma “tradição inventada”, ou seja, uma criação realizada pelo próprio Sílvio Romero e que se tornou uma convenção com o passar do tempo. Um dos argumentos utilizados pela autora para problematizar a existência desse movimento e a utilização do conceito de “Escola”, é que tanto Tobias Barreto como Sílvio Romero não estavam mais em Recife no final da década de 1870, fazendo com que o próprio intelectual sergipano não tenha tido um protagonismo nas principais ações do movimento, como se verifica na produção dos periódicos, nas articulações políticas, ou seja, nas diferentes ações que contribuíram para consolidar ainda mais o grupo<sup>192</sup>. Logo, por mais que Romero tenha sido o encarregado de agregar uma espécie de notoriedade para o grupo, ele não foi seu principal membro no sentido efetivo das ações políticas, sendo visível uma diferença na condição de Romero, fazendo com que nosso protagonista tenha uma posição de instabilidade maior que outros intelectuais de Recife. Sendo assim, buscamos explicar os pontos em comum dentro dessa Geração de 1870 marcado por seus diferentes setores. Mas o que explicaria essa maior instabilidade?

### 3.1

#### O Polemismo de Romero e a recepção do repertório europeu

Essa posição mais instável atribuída a Romero é explicada por alguns autores por seu caráter polemista. Grande parte das obras que buscam pensar sua atuação intelectual, abordam esse aspecto do intelectual sergipano e retratam parte de suas polêmicas. Araripe Júnior tomaria o polemismo como sendo algo

---

<sup>191</sup> ALONSO, Angela. *Op.cit.*, 2002, p.135.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p.135.

constitutivo da própria produção de Romero, uma característica que estaria presente em boa parte da obra do autor, criando uma metáfora na qual comparava Romero a uma "cascavel peçonhenta" que rondava a rua do Ouvidor<sup>193</sup>. Uma das polêmicas mais emblemáticas de Sílvio Romero aconteceu na sua defesa de Doutorado, na Faculdade de Direito de Recife. Quando questionado sobre o caráter do seu trabalho e a falta de uma perspectiva metafísica, o autor argumenta que a metafísica estaria morta, iniciando uma discussão acintosa com Antônio Coelho Rodrigues, um dos membros da banca examinadora. O examinador então questiona quem a havia matado e Romero responde que havia sido o progresso e a civilização<sup>194</sup>. Após essa resposta, o autor não esperou o resultado da banca e prontamente saiu da mesma, sem ter o seu grau de Doutor.

Além desse evento emblemático, já citamos anteriormente que o próprio autor reconhecia sua postura de polemista. No entanto, ele também argumenta que teria deixado isso para trás ao alcançar o momento da crítica imparcial e da maturidade. Quando analisamos *Literatura Brasileira e a crítica moderna* (1880), Romero demonstra sua postura mais ácida ao argumentar que, naquele contexto, a crítica ainda não existia, sendo então um perigo publicar uma obra que buscasse introduzi-la no cenário intelectual, dado que os leitores eram burgueses que não gostavam de ser incomodados por estarem tranquilos com tudo aquilo que os cercava<sup>195</sup>. Além disso, Romero deixa claro que entende como algo positivo o fato de sua obra não ter sido recebida muito bem, com reações como indiferença ou indignação, dado que tudo aquilo que se recebe de forma muito positiva no contexto intelectual brasileiro supostamente não presta<sup>196</sup>.

Ou seja, é possível enxergarmos que Sílvio Romero, em boa parte de sua carreira intelectual, utilizou a polêmica como forma de metodologia para sua literatura crítica moderna, contudo, podemos fazer o seguinte questionamento: essa medida era tomada somente por Sílvio Romero ou seria uma prática recorrente do cenário intelectual do século XIX? Para responder a esse questionamento, dialogaremos com a ação de Quentin Skinner e sua respectiva ampliação do contexto histórico. Pensando sobre o modo no qual a História

<sup>193</sup> PEREIRA, Milena da Silva. *Op.cit.*, 2017, p.19.

<sup>194</sup> RABELLO, Sylvio. *Itinerário Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944. p.130-131.

<sup>195</sup> ROMERO, Sílvio. *Op.cit.*, 1880, p.5.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p.5-14.

Intelectual vinha sendo feita, Skinner propõe uma forma de ação na qual se faz necessário entender além do que o autor quis dizer, entendendo principalmente o que pretendia dizer e entender ainda o contexto no qual essa ação foi inserida. Assim “A questão que precisamos confrontar ao estudar tais textos, portanto, é o que pretendiam comunicar seus autores - ao escrever, no momento em que escreveram, para o público específico que tinham em mente - ao endereçar tais informações”<sup>197</sup>. Logo, essa ampliação de um contexto histórico proposta por Skinner pode nos auxiliar sobre se o polemismo de Romero era algo único ou recorrente naquele contexto.

Para isso, devemos retomar o aspecto de que, naquele momento, existiam redes de apoio entre intelectuais como, por exemplo, a própria Escola de Recife. Partindo dessa premissa, muitos dos membros da Escola de Recife buscavam se empenhar em suas carreiras profissionais, mas tinham grandes problemas na obtenção de cargos devido ao processo de marginalização política em relação ao Império, sendo quase unânime o fato de que esses indivíduos passaram diferentes dificuldades em suas atividades profissionais, seja na política ou no ensino. O crescimento incisivo no número de bacharéis com as reformas de ensino, juntamente às crises política e econômica da década de 1870, gerou a escassez de empregos públicos, levando a necessidade de possuir alguma proximidade com líderes de partidos políticos como forma de facilitar a obtenção de uma posição de destaque. Então, se o intelectual tivesse uma proximidade com algum membro do status imperial, maiores seriam suas chances de conquistar uma posição privilegiada nesse meio dos bacharéis, fazendo com que Sílvio Romero e Tobias Barreto, que não possuíam essa relação, fossem constantemente preteridos em relação aos outros candidatos. A carreira como docente também teve o acesso afetado por essa conjuntura do período, na qual os casos de apadrinhamento e das fraudes nos concursos, afastava a meritocracia dos processos seletivos e dificultava a estabilidade da carreira no campo intelectual, gerando, assim os argumentos necessários para as manifestações contra o status imperial<sup>198</sup>. Para além de uma restrição concebida para os intelectuais marginalizados em relação

---

<sup>197</sup> SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017. p. 395. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001.

<sup>198</sup> ALONSO, Angela. *Op.cit.*, 2002, p. 136-140.

ao projeto imperial, havia o entendimento de que, naquele momento, qualquer intelectual que quisesse se fazer presente precisaria ter uma crítica acirrada, uma postura polêmica, sendo essa uma das maneiras de disseminação das ideias e das obras entre o público. Desse modo, a polêmica era uma postura praticamente obrigatória:

Era constante, nesse tempo, a elevação de um intelectual a partir de contendas travadas com outros pares, o que tornava o discurso polêmico um meio de interação, apresentação e autoafirmação desses homens no palco das letras<sup>199</sup>.

As polêmicas do XIX começavam por causa de um tema específico mas sempre se estendiam para outras direções, fazendo com que a temática que gerou a discussão ficasse em segundo plano e os embates se desenrolassem para que fosse possível demonstrar a capacidade de erudição e da retórica dos intelectuais, marcados pelas inúmeras réplicas e pelos muitos revides<sup>200</sup>. A querela entre um ainda desconhecido José de Alencar e o já renomado Gonçalves de Magalhães acerca da escrita da *Confederação dos Tamoios* (1856)<sup>201</sup>, seria uma exemplificação desse polemismo não representar uma exclusividade em relação à Romero. Ou seja, tomando como exemplo esse embate entre românticos, podemos visualizar que o intelectual sergipano de uma maneira parecida, se jogou no mundo da polêmica buscando realizar a proeza feita por José de Alencar, ao criticar de forma incisiva autores de um romantismo já consolidado, buscando uma notoriedade em um meio intelectual marcado pelas redes de apoio e tentando garantir sua entrada naquele cenário de erudição. E por isso, dotado de uma literatura influenciada pelo repertório cientificista europeu do XIX, buscando inserir a verdadeira crítica, que havia passado por um processo de darwinização,

<sup>199</sup> PEREIRA, Milena da Silva. *Op.cit.*, 2017, p. 22.

<sup>200</sup> VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, 1991, p. 146.

<sup>201</sup> José de Alencar, quando ainda era um redator do *Diário do Rio de Janeiro*, abordou a incapacidade de Gonçalves de Magalhães em escrever uma obra indianista que representasse o grande poema nacional brasileiro. Alencar estava falando da *Confederação dos Tamoios* (1856), e elaborou críticas sob o pseudônimo de Ig alegando uma certa artificialidade no retrato criado por Magalhães para descrever o Brasil, já que Magalhães não se aprofundou muito mais do que um autor estrangeiro ao tratar somente de uma palavra indígena ou outra, não compreendendo de fato a realidade do país. Na defesa de Magalhães, veríamos por exemplo Dom Pedro II, assinando as respostas como "o outro amigo do imperador", demonstrando que as articulações políticas influenciavam drasticamente o cenário intelectual do momento. D. Pedro II argumentaria que só de já realizar a obra, Magalhães se fazia apto para propor o grande poema nacional, além disso, Alencar é acusado de demonstrar que sua crítica envolve questões mais sérias do que somente os aspectos literários.

no qual os mais aptos sobreviveriam ao cenário intelectual contemporâneo, que Sílvio Romero moldaria boa parte de suas leituras sobre Romantismo indianista. Na sua já referida obra *Literatura Brasileira e a crítica moderna* (1880), que é uma espécie de coletânea de escritos da juventude, podemos visualizar as críticas mais contundentes contra o movimento romântico.

O autor deixa claro que acredita ser inadmissível essa hegemonia dada ao índio, que ocorreria de forma concomitante ao esquecimento de outros fatores que foram fundamentais para a formação da identidade nacional. Além disso, para Romero, os membros do Romantismo promoveram a falsificação e jogaram trevas sobre os três primeiros séculos da existência do país<sup>202</sup>. Fica claro o processo de construção de um *exterior constitutivo* do autor sergipano em relação à geração Romântica, como se ambos constituíssem uma oposição. No entanto, podemos enxergar que essa diferenciação é relativamente frágil, dado que, tanto os membros do Romantismo, como Sílvio Romero e a Escola de Recife, estão mobilizando um repertório europeu enquanto buscam teorias para pensar a sociedade brasileira. Além disso, em muitos casos os argumentos apresentavam um conteúdo similar, fazendo com que as polêmicas ocorressem como forma de se autoafirmar no cenário intelectual. Um último ponto que podemos relacionar é a que as duas correntes intelectuais entendiam suas ações como sendo missionárias, no entanto, as “missões” possuíam finalidades diferentes. Ou seja, conseguimos visualizar que a polêmica era uma prática literária recorrente durante o XIX, entretanto, devemos ressaltar que ela era fundamental para Sílvio Romero por sua concepção de literatura atrelada à seleção natural, no sentido de que o combate entre intelectuais traria a vitória do mais apto, sendo algo necessário para aquele contexto.

E como os movimentos contestatórios de 1870 lidavam com o repertório europeu? O primeiro ponto é relembrarmos que os intelectuais de 1870 buscavam diagnósticos para a sociedade brasileira, a partir de critérios raciais e mesológicos que iriam auxiliar no entendimento sobre o que formaria a singularidade da realidade nacional<sup>203</sup>. Partindo dessa premissa, diversos autores racialistas europeus seriam mobilizados para se pensar no contexto social, seja a viabilidade ou a inviabilidade do país. Para muitos, o Brasil se encontrava em um estágio

---

<sup>202</sup> ROMERO, Sílvio. *Op.cit.*, 1880, p. 10-12.

<sup>203</sup> COUTO, Bruno Gontyjo do. *Op.cit.*, 2016, p.95.

inferior. No entanto, como pensar através de autores racialistas como Agassiz e Gobineau que condenavam a existência do Brasil? Como pensar um futuro viável para o Brasil a partir de autores que não acreditavam na nação?

A partir desses questionamentos devemos ressaltar que, por muito tempo, se adotou uma postura de que esses intelectuais simplesmente realizavam meras cópias das ideias europeias, realizando uma espécie de aplicação “torta” de teorias que não se encaixavam no contexto nacional, argumentando então que o principal pilar da ação desses intelectuais seria o processo de imitação. No entanto, seguindo a linha de Angela Alonso, devemos problematizar essa “ação imitativa”, dado que, se buscarmos uma leitura desses autores através de uma fidelidade doutrinária em relação às teorias estrangeiras chegaríamos à uma conclusão de que a mesma não existe, ignorando o processo de reinterpretação de ideias realizadas pelos intelectuais.<sup>204</sup>

Elias Palti visualiza um contexto de uma nova História Intelectual que se desloca de um entendimento reducionista e de uma dicotomia entre os conceitos que seriam considerados como corretos e os seus desvios, para uma nova perspectiva que entende a produção da intelectualidade da América Latina através de questões conceituais que transcendam a produção textual *stricto sensu*<sup>205</sup>. O autor quebra com a lógica citada anteriormente por Alonso em relação à ideia de cópia e desvio, para dar protagonismo aos intelectuais que promoviam essa reinterpretação, sendo uma espécie de ato político. Se faz necessário então a demonstração desse processo. Gobineau seria um dos racialistas mobilizados por Sílvio Romero e, como citamos anteriormente, o racialista francês condenava com veemência o processo de mestiçagem pelo fato de que o mestiço supostamente incorporaria as questões "negativas" das raças inferiores, gerando um desequilíbrio na articulação racial. Romero tinha total entendimento sobre isso, no entanto, buscou - no que chamamos de sua fase moderada - pensar a mestiçagem como a viabilidade da nação<sup>206</sup>, isto é, como o processo que levaria ao branqueamento da população e ao desaparecimento das raças inferiores.

Uma outra maneira de entender essa reinterpretação pode ser pensada através da obra de Charles Darwin. O cientista seria fundamental dentro dos

<sup>204</sup> ALONSO, Angela. *Op.cit.*, 2002, p. 33.

<sup>205</sup> PALTÍ, Elias. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. In *Revista de História Unisinos*, vol. 11, nº 3. São Paulo, 2007. p.303.

<sup>206</sup> Lembrando que abordaremos que o autor mudará de ideia em algum momento de sua carreira.

embates entre poligenistas e monogenistas com a publicação da obra *A origem das espécies* (1859). Darwin criaria então uma espécie de referencial teórico para os debates raciais: mesmo se declarando um monogenista, sua criação intelectual seria amplamente mobilizada também por poligenistas como Sílvio Romero. Assim, através da criação da ideia do darwinismo social, a sociedade passa a ser vista a partir de uma perspectiva evolutiva entre as diferentes raças. Ou seja, Romero utilizava um autor monogenista para mobilizar suas teorias poligenistas, unindo sua ação intelectual com sua ação política para discutir a realidade nacional, demonstrando que a leitura sobre a obra de Darwin é feita através de todo um processo político, no sentido de que alguns argumentos são subvertidos para justificar escolhas políticas e demonstrando que, para além das ideias, a ação dos intelectuais é que carrega um novo significado para as mesmas.

A questão da recepção das ideias foi motivo de debates não só para a intelectualidade posterior, mas também deu origem a uma importante contenda entre Machado de Assis e Sílvio Romero. Não iremos trazer toda a profundidade desse debate, no entanto, falaremos do mesmo por sua importância em juntar supostamente três aspectos que tratamos aqui no trabalho: o “polemismo” de Romero, as diferentes formas de se lidar com o repertório europeu e os embates entre as redes de apoio dos intelectuais do século XIX.

Machado de Assis escreveria um artigo sobre a Geração de 1870 na *Revista Brasileira* (1879), no qual argumentaria que o programa literário de Romero era marcado por uma fragilidade estruturada por uma terminologia mal absorvida<sup>207</sup>, sendo o grande problema dessa geração de acordo com Machado, o processo de recepção do repertório europeu por esses indivíduos, dado que, eles não possuíam a capacidade de realizar uma recepção que confrontasse esse repertório científico levando em conta as particularidades do meio brasileiro, fazendo com que o Brasil servisse como forma de comprovação das teorias europeias<sup>208</sup>. Sílvio Romero responderia essa produção de Machado de Assis criticando a ligação de Machado de Assis com o Romantismo, o considerando então um autor atrasado que não poderia mais contribuir para a evolução intelectual da sociedade brasileira, já que, possuía um anacronismo responsável

<sup>207</sup> VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, 1991, p. 96.

<sup>208</sup> PINHA, D. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870* [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. p. 27.

por mesclar duas correntes: Classicismo e Romantismo. Uma outra vertente da crítica de Sílvio Romero é a suposta negação de Machado de Assis em relação ao critério nacionalista, ou seja, para o intelectual sergipano, a contribuição para o entendimento e diferenciação do tipo nacional na obra de Machado de Assis teria sido praticamente nula<sup>209</sup>.

Sendo assim, abordamos a Geração de 1870 e a Escola de Recife, o cenário intelectual que esses movimentos contestatórios participaram, problematizamos a ação de Sílvio Romero, discutimos alguns de seus embates tentando compreender o porquê do seu envolvimento em constantes polêmicas. A partir dessas arguições, entendemos que com a recepção e apropriação desse novo repertório europeu, a Escola de Recife introduzia a questão do negro nos debates sobre a homogeneidade nacional, no entanto, o fizeram de uma maneira na qual a inferioridade da população negra fosse comprovada pelos autores racialistas. Partindo dessas análises, podemos enfim resolver o seguinte questionamento: qual o papel do negro na obra de Sílvio Romero?

### 3.2

#### **O papel do negro na obra de Sílvio Romero: o radicalismo inicial**

Para pensarmos o papel do negro na obra de Sílvio Romero, utilizamos mais uma vez a metodologia de Quentin Skinner e sua ampliação do contexto histórico, dado que reconhecemos que as transformações políticas que ocorrem ao longo dos séculos XIX e XX, influenciaram os posicionamentos de Romero. Isso porque os escritos do autor apresentavam uma atitude intervencionista e parte dessas ações tinha um prazo para acontecer. Ou seja, podemos analisar se as previsões do intelectual sergipano aconteceram ou não, se ele ainda as manteve ou abdicou delas, se os projetos políticos defendidos se realizaram e foram bem-sucedidos ou não. Um ponto que devemos ressaltar é que para pensarmos como a população negra é introduzida por Sílvio Romero é importante discutirmos o papel do branco e do indígena, dado que o autor compara a importância dos três na formação da sociedade brasileira. Mas então: o que faríamos de diferente? Ao invés de pensarmos as três raças para alcançar um maior entendimento sobre a figura do mestiço, pensaremos as três raças em prol do entendimento sobre o

---

<sup>209</sup> VENTURA, Roberto. *Op.cit.*, 1991, p.96-99.

papel do negro, ou seja, uma espécie de metodologia em comum com um objetivo final totalmente diferente.

Retomando a ampliação do contexto histórico realizada por Skinner, iremos dividir a análise em três fases. Citamos anteriormente que o autor argumenta que sua produção foi também dividida em três fases: a primeira juventude, o pessimismo radical e, por fim, a da crítica imparcial. Concordamos com a divisão em três fases, mas não com a denominação nem com a temporalização de cada uma delas. Nossa divisão será da seguinte maneira: a primeira fase como o momento do radicalismo – marcada principalmente pela *Literatura Brasileira e a Crítica Moderna* (1880). A importância dessa obra se dá pelo fato de que ela é uma coletânea de escritos do autor até a década de 1880, e nela, o membro da Escola de Recife desfere críticas acintosas contra tudo aquilo que ele concebe como uma oposição, principalmente contra o movimento romântico. O contexto dessa obra é marcado então por todas as transformações do século XIX e pela consolidação do movimento contestatário, no momento de início da crise imperial e da afirmação do movimento republicano, por exemplo. Sendo assim, explicamos a radicalidade dessa primeira fase como sendo uma necessidade do momento político: analisando o desmoronamento progressivo dos pilares imperiais, Sílvio Romero enxerga a urgência de radicalizar suas críticas como forma de aprofundar o efeito delas.

Na segunda fase da produção de Sílvio Romero, percebemos uma mudança de postura que se deve ao momento político do contexto nacional, dado que, a partir da década de 1880 e mais especificamente do ano de 1888 já em uma época de pós-abolição, o horizonte de expectativa da queda de um modelo imperial já não parece tão distante, muito pelo contrário. A conjuntura política demarcava e influenciava a atuação dos intelectuais durante o século XIX, fazendo com que Romero passasse a realizar críticas de forma mais moderada, entendendo que a ruptura mais efetiva já havia acontecido. Na terceira fase da produção de Sílvio Romero, entendemos que sua atividade intelectual é totalmente influenciada por sua descrença com o projeto republicano, fazendo com que o autor passe por um processo de reafirmação do ideal do atavismo racial da índole nacional como fator explicativo para os diferentes problemas sociais que eclodiram com o projeto republicano.

Iniciando a análise da obra *Literatura Brasileira e a crítica moderna*

(1880) no capítulo “A raça”, podemos visualizar a crença romeriana de que o conteúdo racial e geográfico de um país seriam dois aspectos centrais no processo da composição do caráter nacional. Devemos reafirmar a importância desse capítulo a partir do momento que o autor decide pensar o papel das três raças na composição nacional. O português estaria indubitavelmente no topo, tendo oferecido à formação do povo brasileiro sua língua “adiantada”, sua religião e suas instituições. Dado que os portugueses estariam em seu auge no nível civilizatório e, mesmo que, muitos intelectuais acreditassem que os primeiros habitantes da colônia fossem inferiores na escala moral, os mesmos não tiveram tempo para perder seu grau civilizatório<sup>210</sup>.

Em um segundo momento, o autor passa a analisar a figura do indígena, criando mais um diálogo crítico com a tradição intelectual romântica que escolheu os indígenas no processo de protagonismo da formação da sociedade. Para Romero, essa escolha demonstra o erro de análise dos historiadores ao pensar as origens do povo brasileiro. O intelectual sergipano ainda afirma que os indígenas estavam muito atrasados nos estágios civilizacionais, o que invalidaria as teses dos “indianistas” de uma crença em tribos desenvolvidas antes da chegada dos portugueses. Além disso, a própria religiosidade indígena na qual não se reconhecia um “ser-supremo”<sup>211</sup> constituiria a prova das teses de Romero. Sendo assim:

Umás tribus desgarradas pelos desertos e matas, vivendo da caça e guerreando-se, e outra reunidas em paupérrimas palhoças, sem uma industria assignalavel, usando da pedra para utensilios, como o homem das cavernas, sem tradições, sem herões, sem historia, não podiam possuir a noção da individualidade do Ser-Superior, como não podiam ter uma poesia<sup>212</sup>.

Outros elementos também poderiam ser indicados para a falta de importância do indígena para a diferenciação nacional: sua pouca influência na língua nacional, a rapidez e o “mistério” de seu desaparecimento - dado que para o intelectual sergipano esse processo não se deu em sua normalidade, como em casos de guerra ou afins - e as poucas fontes de estudo sobre essas populações.

<sup>210</sup> ROMERO, Sílvio. *Op.cit.*, 1880, p. 19-21.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p.24.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 24-25.

Em síntese, a heroicização da figura indígena não faria sentido.<sup>213</sup>

A partir do desencorajamento em relação a todo protagonismo dado ao indígena, Sílvio Romero introduz a análise da população negra no capítulo. Pensando na entrada de diversos africanos no contexto nacional, o intelectual sergipano argumenta que as populações negras tiveram um papel mais importante no processo de aumentar drasticamente a população colonial e o processo de mestiçagem seria a comprovação disso<sup>214</sup>. O autor ainda argumenta que existe uma lacuna a ser preenchida em relação à história da população negra e essa lacuna seria mais grave do que aquela dos indígenas. Mas por qual razão? Para Romero, o papel do indivíduo negro teria sido mais importante na formação do caráter nacional do que o do indígena. No entanto, esse reconhecimento também contém críticas, pois a população negra seria “rebelde” aos progressos intelectuais e sua inserção na fisionomia do povo brasileiro não teria sido vantajosa, dado que os negros seriam selvagens e perfeitos para exercer o papel de escravizados<sup>215</sup>.

No capítulo “A direção”, Romero discute o futuro da nação. Para ele, a raça que irá triunfar na luta pela vida será a branca. Enquanto os indígenas foram espoliados pela conquista, Romero afirma que a população negra teria sido embrutecida pela escravidão. A partir desse ponto, Sílvio Romero alega que pelo fato de que no Brasil se viu um processo de miscigenação mais centrado nas relações entre brancos e negros, seria um dever reestabelecer historicamente a parte que pertence ao negro, mas mais importante ainda, a parte que pertence ao “mulato” - que Romero entende como sendo o fruto da mistura entre o branco e o negro<sup>216</sup>. Como afirma o autor: “Uma cousa é para notar: eu desafio a que me mostrem em toda a historia brasileira de quatro seculos, um só typo nacional, mais ou menos notavel, que haja sido negro ou caboclo puro”<sup>217</sup>. Ou seja, para Sílvio Romero, todos os indivíduos mais importantes da nação possuem sangue branco, sendo impossível ver um “caboclo” ou uma pessoa negra que tenha se notabilizado na sociedade. Ao contrário, se alguma pessoa negra mostrar certa notoriedade, Romero deixa claro que ela provavelmente passou pelo processo de

<sup>213</sup> Outras críticas também aparecem no capítulo “A direção”, no qual Romero sugere que a raça indígena já estaria em pleno processo de desaparecimento, tornando-se uma espécie de vulto e argumentando que não poderíamos esperar mais nada da raça indígena já que a mesma estaria morta.

<sup>214</sup> ROMERO, Sílvio. *Op.cit.*, 1880, p. 27.

<sup>215</sup> *Ibidem*. p.30.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 49.

miscigenação, adquirindo a possibilidade então de se tornar notável por ter tido contato com o sangue branco<sup>218</sup>. Sendo assim:

A minha these pois, é que a victoria na lueta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco; mas que este, para essa mesma victoria, attentas as agruras do clima, tem a necessidade dae aproveitar-se de que de util as outras duas raças lhe podem fornecer, maximè a preta, com que tem mais cruzado. Pela selecção natural, todavia, depois de prestado o auxilio de que necessita, o typo branco irá tomando a preponderancia até mostrar-se puro e bello como no velho mundo. Será quando já estiver de todo acclimatado no continente. Dous fatos contribuirão largamente para tal resultado: -de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, e de outro a emigração européia<sup>219</sup>

Ou seja, podemos enxergar que, para o Brasil de Sílvia Romero, não existe espaço para as populações negras. Seu papel é o de auxiliar e facilitar o processo de desenvolvimento dos indivíduos brancos que, por serem mais evoluídos, irão sobreviver no processo de mestiçagem das três raças que formam o caráter nacional. Além disso, apesar dos constantes perigos que a vinda de imigrantes poderia representar para a unidade nacional, eles serão continuamente citados pelo autor como possível forma de embranquecimento da população brasileira. Então, se o objetivo central desta dissertação é problematizar o preenchimento da ausência da população negra no cenário intelectual do XIX realizado por Sílvia Romero, em um primeiro momento podemos indicar que o autor busca a retirada do silêncio para construir argumentos que promoverão um silenciamento permanente, dado que, seu prognóstico era a vitória da população branca em relação às raças “inferiores”.

No capítulo “A rotina”, Sílvia Romero faz um processo de crítica diferenciado, direcionado às mesmas em relação aos tipos de arianos. Ao entender a raça como sendo um dos motivos do nosso atraso, elabora-se que o grupo dos greco-latinos - o qual pertence o povo brasileiro - está bem distante do grupo mais elevado dos germano-saxônicos, afetando totalmente a qualidade dos indivíduos que aqui iriam se desenvolver. Indo além disso, Romero afirmaria que o intuito colonial dos portugueses no Brasil seria muito diferente do intuito dos ingleses na

---

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p.53.

América do Norte, e, além disso, enquanto os brasileiros foram influenciados pelo espírito católico e aventureiro que tinham raízes na tirania, de acordo com o autor sergipano, os povos ingleses seriam marcados pela sede de liberdade, fazendo com que o norte-americano tenha nascido livre e o brasileiro não<sup>220</sup>. Não temos aqui a pretensão de nos aprofundarmos na forma como Sílvio Romero pensa a genealogia do povo português e de como o mesmo influenciou na realidade nacional<sup>221</sup>, no entanto, trouxemos essa passagem para elucidar que nesse quesito a forma que o intelectual sergipano critica o elemento “branco” da formação nacional é sempre fazendo alusão a um “tipo de ariano superior”, deixando claro que por mais que ele acredite que não recebemos o melhor tipo de colonização possível dentro das inúmeras possíveis, não se deve equiparar a população branca com a população negra ou indígena. Ou seja, o que nos fica visível é que o intelectual quando quer depreciar a população negra cita as qualidades e a importância dos povos brancos, no entanto, quando sua intenção é criticar a população branca ele não faz o caminho inverso, e sim, um alternativo, citando um elemento externo que não afetaria a hierarquia racial dentro de sua própria nação.

Antonio Candido trabalharia com a ideia de que Sílvio Romero teve uma primeira fase em sua obra que se estende entre 1869 e 1875, na qual o conteúdo era composto por seus ataques direcionados ao Romantismo e por proposições modernas que transformariam o ambiente intelectual brasileiro. Candido, argumentaria que no momento da concepção da *Literatura Brasileira e a crítica moderna* (1880), a obra romeriana estaria fechada, dado que a formação crítica do intelectual sergipano estava completa, e que, no mesmo ano, como já abordamos na introdução, o autor alcançaria seu cargo de professor de Filosofia na escola Pedro II<sup>222</sup>. Sendo assim, essa primeira fase se encerra por sua iniciação em um momento mais “ameno”, “equilibrado”, mas ficaria marcada pela ação intelectual do autor em refletir o contexto político da época de desmobilização da cultura imperial e daquilo que legitimaria a mesma, sendo necessário então críticas mais contundentes para servir como uma espécie de contribuição com aquilo que se

---

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>221</sup> Sílvio Romero argumenta que a explicação para a literatura nacional ser uma espécie de imitação do estrangeiro, tendo então um nacionalismo literário que está “estacionado” é o fato de que os portugueses nunca foram “fecundo e original”. *Ibidem*. p. 63.

<sup>222</sup> CANDIDO, Antonio. *Op.cit.*, 2006, p. 53-55.

constrói relação de exterioridade.

Se pensarmos em uma pequena argumentação para a concluir a presença do negro na obra de Romero, podemos identificar que, em sua fase radical, o autor exalta a figura do negro ao depreciar concomitantemente os povos indígenas – tal como nas críticas ao Romantismo. No entanto, a todo momento, realiza prognósticos de que os negros irão desaparecer devido à seleção natural, já que representam uma raça inferior. Partindo desse ideal, devemos nos perguntar: essa postura será transformada na sua fase de maior moderação representada pela *História da Literatura Brasileira* (1888)? Para respondermos a isso, discutiremos sua principal obra e utilizaremos seus apontamentos sobre o mestiço como forma de auxílio para pensar a figura do negro.

### 3.3

#### **Sílvio Romero e sua fase moderada: a mestiçagem e a continuidade do desaparecimento do negro**

Nesta seção, discutiremos o que entendemos como a segunda fase da produção intelectual do participante da Escola de Recife, marcada ainda por algumas críticas ácidas, mas também por uma postura relativamente mais branda quando comparada às primeiras produções. Essa sua fase será representada pela sua principal obra, *A história da literatura brasileira* (1888). O que Sílvio Romero entende como sendo sua última fase - a que o autor chamaria de fase da “crítica imparcial” - entendemos como sendo somente o segundo momento de sua obra, no qual deliberadamente o autor explicita sua intenção de amenizar o tom e o vigor de suas críticas. Mas como isso impacta o seu pensamento racial?

Um dos principais capítulos para se pensar a questão racial é “A nação brasileira como grupo etnográfico e produto histórico”. O autor elabora que o povo brasileiro ainda não é um grupo étnico definido já que não possui uma feição ou características originais pelo fato de que o resultado da relação entre as três raças que formaram a sociedade brasileira não ter demonstrado ainda seu produto final. O autor focaliza na questão da “mistura” e da relação entre essas raças, já que a miscigenação da “raça ariana” - que seria a superior - com outras raças distintas e inferiores, formou uma sub-raça que seria “mestiça” e “crioula”, muito diferente da europeia. Pensando na formação etnográfica de outras nações,

Romero diferencia o povo brasileiro da população das repúblicas espanholas por causa do elemento negro, que seria um diferencial positivo nesse caso específico<sup>223</sup>.

A temporalização é um conceito muito caro para Sílvio Romero já que o autor está, a todo instante, fazendo previsões sobre o povo brasileiro. Quando pensa o processo de mestiçagem das três raças, utiliza o trabalho de Spencer como metodologia na busca pelo progresso, afirmando que a raça branca iria sobressair ao mesmo tempo em que as raças indígena e negra iriam desaparecer, dando origem ao mestiço que se confundiria com o branco. Mas como Romero explica esse desaparecimento? O primeiro argumento é pautado por uma base estatística, ao alegar que existiam três milhões de indígenas e que agora o número caiu drasticamente. Em um segundo momento, explicita que as pestes e as guerras atingiram o índio da mesma maneira que a escravidão atingiu os negros:

A conseqüência é fácil de tirar: o branco, o autor inconsciente de tanta desgraça, tirou o que pôde de vermelhos e negros e atirou-os fora como cousas inúteis. Foi sempre ajudado neste empenho pelo mestiço, seu filho e seu auxiliar, que acabará por suplantá-lo, tomando-lhe a cor e a preponderância<sup>224</sup>.

Na sequência, Romero chega a afirmar que a relação de uma raça superior com as duas raças inferiores tem duas características específicas: elas são externas, pois o português, que é o mais civilizado, não poderia modificar sua vida intelectual, apenas adquirir um hábito ou outro; já a segunda característica é que as relações eram de sangue e tendiam a formar o mestiço, ou seja, a ação dos negros e indígenas sobre o português não teve nada de profundo, sendo a produção do mestiço uma forma de ofuscar as duas raças inferiores, funcionando como uma espécie de aliado dos portugueses. O autor argumenta que:

De tudo que fica dito é fácil tirar a conclusão. Dos três povos que constituíram a atual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o português; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. À medida, porém, que a ação direta das duas últimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do tráfico dos pretos, a influência européia tende a crescer com a imigração e pela natural

<sup>223</sup> ROMERO, S. *Op.cit.*, 1949, p.8

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 86.

propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa vitória do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitá-lo aos rigores de nosso clima<sup>225</sup>.

No capítulo “Raças que constituíram o povo brasileiro - o mestiço”, o autor fala especificamente sobre as raças que formaram o meio brasileiro, dando o primeiro lugar ao português por ser o principal agente de nossa cultura no processo de composição da nacionalidade. Para pensar o povo português, é realizada uma digressão histórica sobre seu povo, argumentando sobre sua “complicadíssima” formação histórica, mas que, no geral, representou a grande contribuição da colonização por uma raça europeia, seu sangue, suas ideias, que nos conectaram à civilização ocidental. No entanto, ao mesmo tempo, também contribuíram de forma negativa por fazerem parte dos povos “ibero-latinos”<sup>226</sup>. Ou seja, Sílvio Romero crítica a formação histórica de Portugal, explicitando sua preferência em relação a outros povos europeus, entretanto, mesmo sendo um “país periférico” na escala civilizacional da Europa, ele continua superior e não se compara com os povos indígenas ou negros já que a civilização portuguesa conseguiu fazer com que o Brasil possa vir a se tornar um povo civilizado.

Sobre os indígenas, Romero exige que é necessário deixar as “teorias aventurosas” de lado para pensar o indígena como sendo um produto do meio americano, pensando suas indústrias, religiosidades, ideias políticas e sociais<sup>227</sup>. Sobre esse referencial teórico, o intelectual sergipano argumenta um suposto atraso das populações nativas que ainda se encontravam na idade da pedra polida, alegando que nem todos os povos passam pelas mesmas fases da inteligência em um mesmo tempo. Além disso, elabora que os povos indígenas viviam da caça e da pesca, sendo então um povo caçador, tendo armas e instrumentos de pedra, o conhecimento de algumas plantas e uma arte cerâmica ainda “na infância”. Ao pensar a religiosidade indígena, Romero recupera um estudo próprio de 1874, quando afirmou a incapacidade dos indígenas em reconhecer um *Ser Supremo* já que não tinham história, não tinham tradições, não tinham heróis, equiparando-os ao “homem das cavernas”<sup>228</sup>. Como conclusão, o intelectual sergipano chega a afirmar que os indígenas não possuíam uma verdadeira poesia pois ainda não

---

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 99-100.

tinham atingido o grau de cultura necessário para tê-la, alegando que os mesmos foram os povos que menos influenciaram a realidade e a cultura brasileira<sup>229</sup>.

E como Romero trabalha os negros no capítulo? Com dois parágrafos. Nada menos e nada mais. O autor argumenta que a maioria da população negra que entrou no Brasil era de origem Bantu e encontrava-se na fase do fetichismo sendo robustas e a mais apropriada para os trabalhos árduos. O intelectual sergipano chega a afirmar que o negro era adaptável ao meio americano, já que não possuía as desconfianças dos índios, podendo viver ao lado do branco e se aliar a ele, dando exemplo de indivíduos que na contemporaneidade de Romero já sabiam ler e escrever, criando um débito para a população brasileira muito maior que a do indígena, já que ele entra em todas as manifestações da nossa atividade.

No capítulo sobre “Tradições populares - cantos e contos anônimos - alterações da língua portuguesa no Brasil”, o autor lida com o negro de forma mais concreta. Ao analisar poesias, contos, cantos buscando entender as influências dos negros e dos indígenas, se visualiza que eles não eram donos de uma poesia, no entanto, reconhece que parte dos seus costumes fora passado à população brasileira, gerando então uma rede influência, na qual o autor acirra a importância negra no quesito do trabalho e do “cruzamento”, afirmando que na questão intelectual os indígenas influenciaram de forma mais contundente<sup>230</sup>. Partindo desse aspecto, o autor alega que é mais fácil reconhecer os méritos do negro no campo da economia e da política do que através da história literária, principalmente pelo fato de que o negro é fundamental para a formação do mestiço.

Mesmo que não se tenha nenhum indivíduo genuinamente negro notável em nossa história, se conhecem inúmeros mestiços que existem por causa da ação dos negros. Ao pensar a ação literária e seus efeitos no espírito do povo brasileiro, o autor afirma que por muito tempo sua contribuição permanecerá anônima, já que os indígenas e os portugueses tiveram vantagens que os negros não tiveram, como serem originários de um país culto - no caso dos portugueses - e devido ao grande número de obras produzidas sobre os indígenas<sup>231</sup>. Sílvio Romero esclarece que para ele, a falta de documentos não quer dizer que o negro não tenha influenciado

---

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 106-118.

<sup>230</sup> *Ibidem*. p.111.

<sup>231</sup> *Ibidem*. p.111.

na realidade brasileira, já que por serem escravizados não tiveram a chance de entrar na história, exclamando que até em fatos extraordinários como o do Quilombo de Palmares, o anonimato prevalece, exigindo então uma mudança de postura marcada pela necessidade de se afirmar um lugar na história para os negros. Indo além, o autor afirma que a raça africana tem um papel enorme no processo formativo do Brasil, sendo inferior somente à raça europeia, moldando boa parte da nossa psicologia popular. O aspecto do trabalho é sempre ressaltado no autor, principalmente em comparação ao indígena, ao falar sobre a “robustez” dos corpos negros e toda sua atividade fundamental para o país, sendo um auxiliar do branco.

Em resumo, a partir dessas afirmações, devemos debater a forma pela qual Romero introduziu os negros em *A história da literatura brasileira* e discutir qual foi a nossa solução. O autor elogiou muito a ação do trabalho do negro escravizado, como sendo fundamental para o desenvolvimento econômico do país e para a formação da nação através do processo de “cruzamento”, sendo este, central na origem do mestiço. O primeiro apontamento é que quando o negro é constantemente associado à sua importância no trabalho como escravizado, sua valorização se dá apenas pelo poder de enriquecimento ou prosperidade econômica trazida para os colonos. Em um momento, Romero chega a elaborar uma pequena crítica ao que o processo de escravização fez com o negro, no entanto, a todo instante, em sua obra o intelectual sergipano valoriza o quanto o negro escravizado foi eficiente em suas atividades, deixando claro que não se preocupa muito com o processo de escravização. Logo, a importância do negro foi o fato de que ele conseguiu alavancar a escravidão como forma de trabalho, e isso foi fundamental para o desenvolvimento da nação.

Pensando no elogio da ação do negro na formação do mestiço, podemos afirmar que Romero está elogiando aquilo que faria o próprio indivíduo negro desaparecer, ou seja, os mestiços. Quando o autor deixa claro que o tipo nacional é o mestiço, um indivíduo que praticamente é a prevalência de uma pessoa branca que se utilizou do que precisava das “raças inferiores” para se estabelecer no seu próprio meio nacional, automaticamente fica visível que o papel inexorável do negro no processo de branqueamento é o que o faz ser fundamental para a sociedade, ou seja, sua importância se materializa no processo que sacraliza o não- espaço para os negros e indígenas e seu conseqüente desaparecimento. Além

disso, podemos pensar que se o autor constantemente critica a posição do intelectual do indígena, mas posteriormente indica que, no campo da intelectualidade, a influência do indígena é maior que o do negro, Romero reafirma então uma suposta incapacidade do progresso intelectual das populações negras.

Nosso argumento é de que estamos aqui na segunda fase da produção intelectual do autor, a fase mais moderada, mas Sílvia Romero discordaria, afirmando que essa seria sua terceira fase, a da crítica imparcial. Então temos duas possibilidades: se o leitor endossar a nossa separação das fases, ele entenderá que essa perspectiva mais amena em relação à sua primeira fase radical se dá muito mais em relação à geração romântica do que em relação ao papel do negro em sua obra, dado que muito dos argumentos utilizados em sua primeira fase se repetem nesse momento, sendo o principal deles a ideia da inferioridade inata que, com a anuência de diversos fatores, levaria ao desaparecimento das raças inferiores. Se, por outro lado, o leitor endossa a separação feita pelo próprio intelectual da Escola de Recife, ele deve analisar que, mesmo estando no momento de crítica imparcial, a posição do negro não se altera em relação às fases prévias, ou seja, nas suas três fases o futuro trará o processo de branqueamento, o fim da população negra. Assim fica claro então que, independentemente do recorte de fases, a importância de Sílvia Romero é que ele realmente introduz os negros em sua obra, tirando-os do silenciamento. No entanto, isso também produz um novo problema, pois no mesmo processo Romero recoloca o negro em um silenciamento ainda maior, marcado por seu eterno desaparecimento.

### 3.4

#### **A mestiçagem como ponte: a fase pessimista de Sílvia Romero**

Durante a dissertação, desenvolvemos alguns pontos referentes à questão da mestiçagem na obra de Sílvia Romero, deixando claro que utilizaremos os escritos do autor sobre a miscigenação como auxílio no processo de entendimento sobre o nosso objetivo principal: a presença do negro. Com a intenção de debater o que acreditamos ser a última fase da produção intelectual do autor, com a adoção de uma postura pessimista, utilizaremos as discussões sobre a figura do mestiço como forma de demonstrar indícios de um novo momento do intelecto

romeriano. Discutimos aqui que para o autor, a principal característica do povo brasileiro seria o fato da homogeneidade nacional estar representada na figura do mestiço, através de um ideal darwinista de relações sociais no qual prevaleceria um “branco mestiçado”, que teria adquirido os aspectos necessários das raças inferiores para se adaptar ao meio brasileiro, enquanto os negros e indígenas iriam desaparecer. Mas o autor trata o processo de mestiçagem como sendo algo positivo ou negativo? Não, o trata primeiramente apenas como sendo uma realidade.

Esse retorno a alguns argumentos já introduzidos no trabalho, tem a intenção de averiguar se Sílvio Romero solucionou essa dúvida referente ao caráter da mestiçagem. A resposta encontrada pelo autor é um indício de uma transformação de uma fase mais amena, com algumas críticas sendo realizadas de forma menos ácidas para uma fase na qual o pessimismo toma conta da produção do autor. Pensando nessa transição, utilizaremos a obra *Martins Penna: ensaio crítico* (1901), na qual, de forma geral, Romero analisa a vida e a obra do dramaturgo Martins Penna. No texto, o autor argumenta que após trinta anos estudando a sociedade brasileira e suas criações, teria alcançado um entendimento sobre o papel da mestiçagem no contexto brasileiro. Respondendo seu próprio questionamento sobre o processo de miscigenação ser uma vantagem ou uma desvantagem, o autor afirma:

Respondemos agora: é uma desvantagem, e ella não provém, com o suppunha Abreu e Lima, no trecho que citamos d'elle, da falta de homogeneidade. Esta, com ser um mal, não é o maior d'elles, nem é, ao menos com o andar dos tempos, irremediável, quando não no todo, em grande parte. A grande desvantagem provém da fraqueza do producto, da inferioridade do resultado<sup>232</sup>.

Ou seja, o autor reconhece a suposta desvantagem da mestiçagem pela inferioridade do produto que seria fruto dessa mistura. Aqui já reconhecemos uma clara transformação, dado que, antes, o mestiço que era caracterizado como um possível indivíduo que significaria o desaparecimento das raças inferiores de acordo com o prognóstico romeriano, passa a representar a inferioridade da sociedade. Sílvio Romero argumenta que o processo de mestiçagem é um dos

---

<sup>232</sup> ROMERO, Sílvio. *Op.cit.*, 1901, p.159-160.

acontecimentos mais influentes nas sociedades ao redor do mundo, ocorrendo com bastante frequência nos últimos quatrocentos anos, sendo em parte, um grande mal, dado que isso aumenta a quantidade de pessoas, mas não a qualidade das populações<sup>233</sup>. Um ponto interessante, é que o autor traça uma diferenciação entre tipos de mestiçagem, deixando claro que o processo de miscigenação que aconteceu no Brasil tem uma caracterização negativa pelos elementos da mistura apresentarem uma distinção gigantesca nos aspectos culturais, raciais, psicológicos e afins, sendo considerado então um “disparate” que marcou o mundo moderno<sup>234</sup>.

Sendo o Brasil um local no qual essa “mistura de raças” ocorreu em grande quantidade e variedade, ele é utilizado como forma de comprovação de que o mestiço é marcado por sua inferioridade intelectual em relação apenas ao branco e inferioridade de robustez em relação ao negro e ao branco. Romero também introduz o contraponto de que a possibilidade da existência de um indivíduo que seja fruto da mistura de raças e que venha a ser considerado um “grande tipo” representaria apenas uma exceção da regra, dado que a condição da inferioridade racial dos negros estaria comprovada ao redor do mundo. Retomando o contexto nacional, o autor deixaria claro que a vitalidade do nosso povo estaria totalmente relacionada à preponderância dos elementos brancos. Para exemplificar sua fala, o autor cria uma relação na qual, ao pensar a história política do Brasil desde sua fase colonial, Romero consegue visualizar a existência da ordem e do progresso no momento em que um povo de mestiços era governado por uma minoria de brancos, no entanto, quando a miscigenação se espalha à níveis alarmantes num modelo democrático onde a maioria impera, o intelectual alega que era inevitável que os mestiços não tomassem o poder, gerando uma intensa desorganização que só seria revertida com a chegada de imigrantes estrangeiros e com a preponderância dos indivíduos do sul ao redor do país.<sup>235</sup>

Refletindo sobre essas passagens do autor, entendemos que sua classificação negativa da mestiçagem indica seu pensamento sobre as populações negras e sua influência no país. Em um primeiro momento, fica claro que o autor

---

<sup>233</sup> *Ibidem*. p. 160.

<sup>234</sup> *Ibidem*. p.161.

<sup>235</sup> *Ibidem*. p. 164.

acredita que a inferioridade do mestiço se explica pela inferioridade do indígena e principalmente do negro. Se faz evidente que Sílvio Romero defende a ideia de que se “a raça superior” se mantiver intacta em relação aos efeitos deletérios da mestiçagem, a mesma não seria afetada com a degradação e nem declinaria seu nível. Ou seja, em um primeiro momento, Romero toma a mestiçagem como uma incógnita, no entanto, de forma implícita, o autor deixa claro que a possibilidade de posituação da mestiçagem se encontra no processo de desaparecimento do negro e do indígena, mas, como essa possibilidade é algo que se concretizaria no futuro, a possibilidade permanece em aberto.

Treze anos depois, Romero indica seu veredito: a mestiçagem é algo negativo. E aqui, devemos pensar que caso ela fosse concebida como sendo algo positivo para a formação nacional, seria por ter proporcionado o desaparecimento das raças inferiores. No entanto, o intelectual a vê como negativa, e o faz, fundamentalmente por acreditar que a inferioridade da raça negra e indígena afetariam fundamentalmente a superioridade da raça branca, gerando um “produto” que seria consideravelmente inferior. Logo, nos dois cenários possíveis, a inferioridade racial dos negros aparece como aspecto fundamental das explicações.

Pensamos nas afirmações de Sílvio Romero sobre a mestiçagem como forma de ponte, entendemos que, no momento da criação da obra sobre Martins Penna, o autor ainda não se encontra no ápice do pessimismo. Inclusive, o próprio autor aborda a ideia de práticas pessimistas, condenando parte delas. O intelectual sergipano argumentaria que existem dois tipos de pessimismo: ao primeiro, Romero agrega um caráter positivo, pois implica lutar para transformar a sociedade. Esse tipo de pessimismo seria o que o autor teria adotado, a partir do momento em que está buscando um entendimento real do povo brasileiro, sem corroborar com as maravilhas do romantismo, mas concomitantemente sem endossar as ideias de que “nada presta” no contexto nacional<sup>236</sup>. O segundo tipo seria impertinente e corrompido, pois é marcado pela maledicência e não produz ideias de como resolver os problemas que estão sendo criticados<sup>237</sup>.

Claramente o autor tenta se colocar ao lado da postura pessimista que considera positiva, relatando sobre sua ação intelectual no processo de inserir a

---

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 131.

verdadeira crítica no contexto do intelecto nacional, negando então a alcunha de pessimista. Seus escritos sobre a mestiçagem são pequenos indícios da mudança de postura, numa fase na qual claramente o autor ainda possuía esperança em relação ao futuro da nação. Essa discussão sobre o pessimismo realizada pelo próprio autor é de suma importância para esse momento da dissertação, principalmente quando entendemos que, a partir do desenvolvimento da experiência republicana e com a conseqüente frustração do autor com a mesma, devido ao domínio das oligarquias, da incapacidade de resolver os problemas sociais, das práticas políticas de manipulação e pelas diversas revoltas que aconteceram, o intelectual adota uma postura mais pessimista do que nunca, através de diferentes escritos que pensam a sociedade brasileira.

Então qual o principal diferencial entre a primeira fase do radicalismo com a terceira fase do pessimismo? É que as críticas que eram elaboradas tinham como base de apoio a crença romeriana nos prognósticos concebidos para solucionar os problemas da sociedade brasileira. No entanto, com o passar do tempo, muitos desses prognósticos não se realizaram, fazendo com que o autor fosse obrigado a mudar sua postura e propor novas intervenções em um momento de total descrença em relação aos rumos políticos do país.

Acreditamos então que ao longo da primeira década do século XX é que Sílvio Romero passa a adotar sua postura de fato pessimista, não estando mais em uma posição de transição. A obra *Brasil Social e outros estudos sociológicos* (2001) tem uma certa semelhança com a *Literatura Brasileira e a crítica moderna* (1880), já que apresenta um compilado de escritos do autor, no entanto, já estando em um momento diferente, adentrando ao século XX e tendo a possibilidade de discutir o desenvolvimento do projeto republicano.

O capítulo “O Brasil na primeira década do século XX (1910-1911)” é de suma importância pela forma que o autor começa o mesmo: citando a Revolta da Chibata. Sílvio Romero argumenta que está elaborando esses escritos logo após as primeiras impressões do bombardeio da Ilha das Cobras e que nada seria mais fácil do que demonstrar os culpados do estado horroroso que se encontrariam as causas políticas no Brasil, retomando as críticas aos chefes oligárquicos e sua incompetência, e, por mais que as massas busquem os culpados por toda essa situação em diferentes momentos, nunca se busca compreender de fato os verdadeiros problemas: a índole da raça que geraria vícios profundos e o

travamento da vida social<sup>238</sup>. Escrevendo com o intuito de ser útil a sua pátria, o intelectual sergipano citaria um conjunto de problema marcantes do período republicano, indo da superprodução do café até a Guerra de Canudos, para ilustrar que todos esses acontecimentos só representam sintomas de uma causa maior que não se quer ou não se consegue ver, impedindo a possibilidade de se alcançar remédios que de fato solucionem o problema<sup>239</sup>. Se faz necessário então, enfrentar os problemas brasileiros em sua origem, em sua raiz, nos seus elementos formativos, naquilo que o molda, na busca pelo conhecimento da própria índole do povo, entendendo que isso não é uma crise passageira, é algo que marca a alma do indivíduo brasileiro.

Buscando formas de demonstrar essa marca da índole nacional, o intelectual da Escola de Recife argumentaria sobre o movimento da Revolta da Chibata, um movimento liderado por João Cândido e empreendido por marinheiros que tomaram dois encouraçados que se encontravam no litoral do Rio de Janeiro, tendo como estopim a crítica aos castigos físicos empreendidos pela instituição da Marinha representados nas chibatadas, sendo claramente uma herança do período escravocrata. Partindo dessa pequena contextualização, entendemos que Sílvio Romero despeja seu pessimismo para analisar esse acontecimento tendo como referência a base teórica do racismo. Para o intelectual era inadmissível a forma que as autoridades lidaram com o movimento, lhe concedendo o “perdão”, mas mais inadmissível ainda, eram os atos revoltosos, que agrediram oficiais, os disparos sobre as cidades etc. E aqui entra a questão racista, pois para o autor, tudo se torna ainda pior quando ao analisar o movimento ele percebe que sua composição se dá majoritariamente por pessoas negras sendo quase todos boçais, sem chefes ou ideias eletrizantes. Para o autor, antes de conceder o perdão era necessário dispor todas as fortalezas para derrotar o movimento. E qual a certeza que Sílvio Romero tem que isso daria certo? Pois em momentos de crise, o atavismo da raça se faz ainda mais urgente, fazendo então com que a população negra se apavorasse facilmente frente aos instrumentos que representam o direito e a lei, sem contar que nunca na história viu-se um grupo de três ou quatro centenas de marinheiros negros que tenham derrotado um povo constituído como o Brasileiro, mesmo com este sendo mal

---

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 107.

guiado<sup>240</sup>. Ou seja, Sílvio Romero criticaria profundamente o movimento revoltoso, mobilizando seu repertório racialista para desqualificar sua importância e seus componentes.

Nos aproximando de uma conclusão, analisamos que, em um momento posterior da obra o autor iria criticar profundamente a situação do ensino no contexto nacional, no entanto, essa situação mais uma vez se explicaria pela própria incapacidade nacional, no sentido da população não estar pronta para receber uma educação de qualidade. O íntimo da alma nacional seria totalmente mal educada, influenciada pelos vícios étnicos das três raças apáticas que compuseram a nação. Ou seja, o autor em um momento traça os diferentes problemas nacionais que se instauraram com o projeto republicano, questões do campo político, social e econômico são delineadas por Romero de maneira contundente ao longo dos capítulos no decorrer da obra, demonstrando que sua atividade intelectual tinha se voltado mais para questões realmente sociológicas direcionadas ao povo brasileiro do que questões do campo literário. A partir dessa transformação, nosso entendimento é que sua postura pessimista se aplica fundamentalmente quando o autor mesmo entendendo os diferentes problemas sociais que afetavam o povo brasileiro - nos quais concordamos com vários deles - continua apostando nas teorias racialistas para explicar os mesmos, problemas de composição social seriam lidos como sendo problemas herdados do atavismo racial e principalmente da suposta inferioridade da raça, ou seja, a formação racial do brasileiro e sua índole explicam as questões sociais que impedem o desenvolvimento do povo brasileiro. Aqui o elemento negro não aparece mais com tanta frequência, mas o autor deixa claro que continua acreditando em sua inferioridade ao abordar a Revolta da Chibata, reforçando o ideal de um atavismo e da incapacidade daqueles indivíduos em organizar um movimento revoltoso que possa oferecer perigo.

Em resumo, devemos ressaltar que dividimos a produção intelectual de Romero em três fases que foram totalmente impactadas pelo momento político em que o autor vivia, trazendo argumentos mais ácidos, mais equilibrados ou de caráter pessimista - mesmo com o autor recusando a alcunha - sempre em uma suposta busca pela introdução efetiva da verdadeira crítica no ambiente nacional.

---

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 119.

O que percebemos é que apesar da diferenciação das fases, a população negra sempre aparece em condição de inferioridade: em um momento, o que se visualiza é seu futuro desaparecimento; em outro, é o sua culpabilização no fator da deterioração do produto da mestiçagem ou sua importância inexorável à escravidão, além de seu baixo nível intelectual; e, por último, o reforço de seu atavismo, ao atestar que a índole nacional é a culpa de vários problemas existentes no Brasil naquele contexto do período republicano.

Enquanto alguns autores acreditam que, na estrutura das hierarquias raciais, o negro estaria acima do indígena e abaixo da população branca, nós discordamos disso, pois quando Romero introduz a figura da população negra de forma positiva, o faz como aspecto de diferenciação em relação ao indígena, para rivalizar com seus antagonistas no meio intelectual, isto é, com a tradição romântica. Ou seja, Sílvia Romero preencheu a ausência dos negros no cenário intelectual marcado pela predominância indígena dos românticos, no entanto, o fez criando estereótipos e paradigmas que afetam até os dias atuais a presença dos indivíduos negros no contexto nacional ainda marcado por mecanismos coloniais remodelados para a contínua estruturação de hierarquias raciais.

## Considerações finais

No decorrer da dissertação, buscamos entender qual era o papel do negro na obra de Sílvio Romero. A partir desse movimento, outra dúvida surgiu: Sílvio Romero apresentava ou não uma postura contraditória? Essa questão nos acompanhou no início da realização da pesquisa, dado que, essa suposta postura contraditória poderia afetar o entendimento sobre o papel do negro na obra de Romero. Essa inquietação quanto à postura de Romero surgiu devido ao amplo endosso de uma leitura reducionista de sua obra, na qual, o intelectual sergipano aparecia quase como o indivíduo que positivou a mestiçagem e a figura do mestiço. A partir disso, pensamos: se Romero supostamente positivou a ideia do mestiço em um contexto de ampla condenação da mesma, o que será que o autor pensou dos indivíduos negros?

Tomando esses questionamentos como base, decidimos então tentar pensar a ideia das contradições romerianas para entendermos o papel do negro em sua obra. Milena da Silveira Pereira abordaria que durante sua carreira, Romero foi acusado constantemente de contraditoriedade por autores como Lafayette Pereira Rodrigues, Laudelino Freire e José Veríssimo, os quais citariam a relação de Sílvio Romero com o Positivismo de Comte, o qual em um primeiro momento, foi endossado pelo autor, para posteriormente ser incisivamente renegado. Ou seja, para esses autores a ação de Romero era inaceitável, enquanto para o próprio Romero, ela era inevitável. A forma que o autor justificaria suas supostas contradições seria através do seu amadurecimento, tendo transformado sua opinião a partir da sua evolução, do seu progresso, não gerando conflito entre duas ideias em um mesmo espaço de tempo, já que o próprio teria alterado aquelas ideias. Ou seja, o intelectual sergipano claramente nega sua “alcunha” de contraditório, defendendo estar passando por um processo natural de evolução das ideias<sup>241</sup>. Percebemos então que essa negação é uma preocupação constante do autor, dado que, em diferentes momentos de sua obra, como no prefácio de *História da Literatura Brasileira* (1888), ele dividiria sua produção intelectual em fases, se blindando contra as possíveis acusações

---

<sup>241</sup> PEREIRA, Milena da Silva. *Op.cit.*, 2017, p. 136-138.

No entanto, o que nos chama a atenção, é que essas ideias antagônicas poderiam se chocar não só em um mesmo espaço temporal, mas principalmente no mesmo espaço das três fases da atuação intelectual romerianas que foram delineadas pelo próprio autor, o que acreditamos que mereça certa atenção. Em alguns momentos de suas obras, quando evocava um processo de elogio ao negro, por exemplo, e logo depois uma total desqualificação, era praticamente impossível não pensarmos nos aspectos gerais de uma possível contradição, ainda mais quando em um momento aborda claramente o aspecto degenerativo da raça negra, mas depois reclama sobre o processo de não se reivindicar uma história para a mesma. Tomados por essa indagação, chegamos a uma conclusão específica ao dividirmos sua produção intelectual em fases, entendendo que nestes momentos o autor apresentava argumentos e posturas hegemônicas, seguindo então uma certa coerência. Logo, como equacionar essas possíveis contradições dentro de um horizonte coerente?

Fizemos isso recorrendo mais uma vez ao contexto e a historicidade de Sílvio Romero. Entendendo o contexto polêmico do autor e sua crença na importância das mesmas para o desenvolvimento intelectual, argumentamos então que suas contradições nasciam exatamente em um momento de querela ou de necessidade de afirmação. Se em um momento, defendia mesmo que implicitamente, a positividade da mestiçagem como algo que fundamentaria a viabilidade da identidade nacional, no outro, utilizaria a mestiçagem como fator de negatividade, como o fez na querela contra Machado de Assis, na qual argumentaria que sua condição de mestiço determinaria sua condição de instabilidade psicológica, buscando claramente diminuir a importância de Assis. Da mesma maneira, ao tratar das populações negras, em alguns momentos o autor indicaria a sua importância acima do indígena e sobre a necessidade de pensarmos uma história para a população negra, no entanto, posteriormente declararia a sua inata inferioridade frente às demais raças. Ou seja, o que levaria essas pequenas contradições dentro de suas correntes hegemônicas de pensamento?

Nosso argumento é que as querelas, a necessidade de se diferenciar, de “vencer” a polêmica faria com que Romero introduzisse esses argumentos contraditórios, tentando achar alguma maneira de comprovar seu ponto através de argumentos extraliterários. Por exemplo, seus pequenos momentos de “elogios” à população negra se explicavam por sua necessidade de contraposição em relação

aos indígenas, o que significava de fato a contraposição em relação aos membros da geração romântica. Sua necessidade de apontar aspectos físicos em Machado de Assis mesmo quando publicamente não havia se decidido pela positividade ou negatividade em relação ao caráter da mestiçagem, se explica pela busca de caracterizações que possam desqualificar o rival. Ou seja, a necessidade de se sobressair nas polêmicas quase sempre fundamentava as contradições dentro dos momentos de coerência hegemônica das fases que criamos para pensar o autor.

No entanto, mesmo com três fases diferenciadas, acreditamos que sua maior coerência se encontra na maneira de se pensar a população negra. Nas duas primeiras fases, fica claro o processo de que o futuro dos indivíduos negros é um não futuro, dado o seu desaparecimento que aconteceria devido à vários aspectos, mas que fundamentalmente, se explicaria pela suposta inferioridade da raça. Na terceira fase, Romero passa a delinear explicações mais centradas por aspectos sociais, mas retorna com a ideia de um atavismo racial, ao pensar que os grandes problemas do Brasil estariam na índole da raça. Ou seja, essa é a coerência romeriana, a visão das populações negras ou em posições inatamente inferiores, ou, sendo comparada à outras raças com o intuito de servir como diferenciação em relação a projetos de literatura opositores do autor. Logo, podemos pensar que sim, existem incoerências, e não, elas não se explicam ou se adequam somente à um simples processo de amadurecimento e transformação das mentalidades. Se as pensarmos dentro do contexto do século XIX, essas incoerências se tornam algo a mais, como argumentos ou atos políticos dentro de um meio literário pensado como “arena de disputas”, no qual vencer o debate é mais importante do que manter a linha ideológica intacta, sem contar que as teorias racialistas mobilizadas pelo autor, já tinham perdido sua “originalidade teórica” para serem úteis para a realidade nacional.

Sendo assim, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero seria um dos autores mais importantes no processo de influência do campo literário nas questões raciais do Brasil ao longo dos séculos XX e XXI. Muito dessa importância se dá pelo processo de leitura acrítica da sua suposta positividade em relação à mestiçagem, aspecto que viria a ser no século XX algo central para se pensar uma ideia de brasilidade em diferentes projetos políticos. À moldes de exemplificação, podemos pensar na estruturação da ideologia da democracia racial, que seria criada por Gilberto Freyre na sua obra *Casa-Grande & Senzala*

(1933), na qual mais uma vez a questão da mestiçagem entra em cena. Indo além, no projeto político de Getúlio Vargas no século XX, a figura do mestiço também adquire toda uma notoriedade, sendo quase que pensado de forma homogênea ao cidadão que representaria o exemplo de “ser brasileiro”, gerando uma não necessidade em debater sobre aspectos raciais e suas respectivas diferenças. Mas no que esses dois casos se ligam à Sílvio Romero? Pois isso demonstra que a leitura acrítica da opinião do intelectual sergipano sobre a mestiçagem deve ser pensada como algo proposital, por estar inserida em uma cultura de valorização da mestiçagem com o intuito de preservar e legitimar as desigualdades raciais que foram frutos da estrutura colonial escravocrata.

Ou seja, essa cultura de “valorização” da mestiçagem como característica central da população brasileira, afeta totalmente a presença do negro na sociedade nacional. Qual era a principal motivação de valorização da mestiçagem para Romero? A possibilidade do branqueamento da população e o respectivo desaparecimento do negro. Quando a mestiçagem é totalmente negatizada por Romero? Quando esse branqueamento automático não acontece. Qual o principal ideal político de valorização do mestiço e da relação entre a democracia racial com o governo varguista? Inibir a necessidade de transformações profundas na realidade de populações negras, através de um discurso de mistura racial que representa um ideal harmonioso e uma das características da “brasilidade”. Logo, o processo de preenchimento da ausência das populações negras realizado por Sílvio Romero, gerou outros silenciamentos, novas ausências que afetam o cotidiano das populações afrodescendentes até a contemporaneidade.

## Fontes:

ROMERO, Sílvio. **A literatura brasileira e a crítica moderna**. Rio de Janeiro: Imprensa de João Ferreira Dias, 1880.

ROMERO, Sílvio. **Martins Penna**: ensaio crítico. Porto: Livraria Chardron, 1901.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

ROMERO, Sílvio. **O Brasil social e Outros Estudos Sociológicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

## Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Wlamyra. “Movimentos Sociais Abolicionistas”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen; 2019.

ALONSO, ANGELA. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. “Apropriação de ideias no Segundo Reinado”. IN:GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) **Brasil imperial, Volume III – 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AMORIM, Diego Uchoa de. Teorias raciais no Brasil: um pouco de história e historiografia. **Revista Cantareira**, n. 19, 2013.

ANTONIOLLI, Juliano Francesco. Um passado republicano para chamar de seu: a reescrita da história nacional pela geração 1870 da Faculdade de Direito de São Paulo (1870-1880). **História Unisinos**, v. 24, n. 1, 2020.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e paz**: casa grande e senzala e a obra de

Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

ARAÚJO, Valdei Lopes. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n.7. 2008.

AZEVEDO, Célia M.M. de. **Onda negra medo branco**: o negro do imaginário das elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 8, n. 15 – UFGD – Dourados, 2014.

BARBIERI, Ivo. Iracema: a tupinização do português. In: ROCHA, João Cezar de Castro e ARAÚJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Nenhum brasil existe**. Pequena Enciclopédia. Rio de Janeiro: UniverCidade; Topbooks, 2003, p.513-526.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFES, vol. 24, 2010. p. 114-134.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo-Humanitas/FFLCH/SP, 2004.

CANDIDO, Antonio. **O método crítico de Sílvio Romero**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. Um instrumento de descoberta e interpretação. In: CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura brasileira: Momentos decisivos**. 4 ed. São Paulo: Martins, s/d. v.2, p. 109-118.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889). Campinas: Editora Unicamp, 2016.

CASTRO, Fernando Luiz Vale. “O conceito de raça no discurso médico

brasileiro: uma análise dos annaes Brasilienses de Medicina (1850-1855)”. In: ASCENSO, João Gabriel Silva e CASTRO, Luiz Vale (org.). **Raça: trajetórias de um conceito**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014. p. 43.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei de Terras de 1850: e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Histórica**, São Paulo, n.2, 2005.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COSTA FILHO, Cícero João da Raça e evolucionismo, as Ciências Sociais no Brasil: querela entre Sílvio Romero e Manoel Bonfim em torno da herança portuguesa na formação brasileira. **Intelligere**, n. 6, 2018.

COSTA, Hilton. **Horizontes raciais: a ideia de raça no pensamento social brasileiro – 1880 – 1920**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

COUTO, Bruno Gontyjo do. O debate sobre meio e raça na geração intelectual de 1870: a construção de um projeto de civilização para o Brasil. **Em Tese**, v. 13, n. 1, 2016.

DE ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca. José de Alencar: o povo, a língua e a literatura. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, n. 27, 2020.

DE MELO, Carlos Augusto. As histórias literárias pioneiras no Brasil oitocentista. **História e Cultura**, n. 3, 2014.

DIAS, Fabiana Rodrigues. **A retórica racialista da branquitude nas disputas pela definição da ideia de brasileiro (1820-1847)**. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) —Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. 2020.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain. Revisitando os mitos românticos da nacionalidade. **Alceu**, Rio de Janeiro, n.1, 2000.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. O duplo e a falta: construção do outro e identidade nacional na literatura brasileira. **Revista brasileira de literatura comparada**.

Niterói, v.1, 1991.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debate. **Maracanan**. Rio de Janeiro, v. IV, n. 4, 2007/2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O “tribunal da posteridade”. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). **O Estado como vocação** – ideias e práticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces, 1999. p. 33-57.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Francisco Adolfo de Varnhagen”. In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada. (orgs.). **Os historiadores: Clássicos da História Vol. 4- Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Puc, 2018. v. 4. p. 47-65.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HALL, Stuart. **Raça, o significativo flutuante**. 1996. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%ef%80%aa/>>.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Fapesp, 2006.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Social e Política: Referências Preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, n. 57, 2005. p. 27-38.

JÚNIOR, Araripe. “Sílvio Romero polemista”. In: **Araripe Júnior** – teoria, crítica e história literária. Org: BOSI, Alfredo. São Paulo: Ed. USP, 1978.

KHALED JR, Salah H. **Horizontes Identitários**. A construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEMI, Albene Miriam Menezes. “Intelectuais da Primeira República: a raça como problema nacional da modernização do Brasil. ” In: IAMASHITA, Léa Maria Carrer. (org.). **Nação e modernização no Brasil Republicano**: Narrativas plurais. Brasília: Verbena Editora, 2016, p. 89-141.

KOSELLECK, Reinhart. **Quão nova é a modernidade?** Munique, Oldenbourg: 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUCRio, 2006.

LEITE, D. M. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. Lisboa: Presença, 1952.

MAGALHÃES, D. J. Gonçalves. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, tomo XXIII, 1860.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MATTOS, Hebe M. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (Org.). **Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos**. Porto: Universidade do Porto, 2004. v. 2, p. 727-73.

MATTOS, Ilmar Rohloff. “O gigante e o espelho”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial (1831-1870)**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Madrid: [s.n.], 2011.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**. Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), v.13, n.26, 2009.

MOREL, Marcos. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

MOREL, Marco. “Nação e Revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX”. In: CHAVES, C.M.G.; SILVEIRA, M.A.(orgs.). **Território, Conflito e Identidade**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; *Brasília*, DF: CAPES, v. 1, 2007.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Sílvio Romero: Dilemas e combates no Brasil da virada do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, K.. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: A. A. P. Brandão (Org.), **Cadernos Penesb 5** (pp.15-34) Niterói, RJ: EdUFF, 2004.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do. **A construção do negro no romance Úrsula**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafr/data1/autores/102/mariafirminaartigojulianocarrupt.pdf> Acesso em 17-07-2022.

PALTI, Elias. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. **Revista de História Unisinos**, vol. 11, nº 3. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Milena da Silva. **Insultos e afagos: Sílvio Romero e os debates do seu tempo**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PETRUCCELLI, José Luis. **Doutrinas Francesas e o Pensamento Racial Brasileiro (1870-1930)**. Estudos Sociedade Agricultura, nº 7, UFRRJ, 1996.

PINHA, Daniel Silva. **Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

QUIJANO, Aníbal. ‘Raza’, ‘etnia’ y ‘nación’ en Mariátegui: Cuestiones abiertas. In: Juan Carlos Mariátegui y Europa. La otra cara del descubrimiento.

Amauta: Lima, 1992.

RABELLO, Sylvio. **Itinerário Sílvia Romero**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1944.

RAGO, Maria Aparecida de Paula e VIEIRA, Rosa Maria. **Escola do Recife**. Disponível em: <[ESCOLA DO RECIFE.pdf \(fgv.br\)](#)>.

RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

RANGEL, P. S. Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX. **Revista Simbiótica**, n.2, 2015.

REIS, João José. “Revoltas Escravas”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS, José Carlos. **Identidade do Brasil: De Varnhagen a FHC**. 9 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, Mirian Ribeiro. **História Intelectual: um debate historiográfico**. Trabalho apresentado no 6º. Simpósio Nacional de História Cultural, Teresina- PI, s/d. Disponível em:<<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Mirian%20Ribeiro%20Reis.pdf>>.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, R. N. (2008). Mestiçagem, Degenerescência e Crime. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, 15, 1151-1180.

ROMERO, Sílvia “A questão do dia - a emancipação dos escravos”. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira*, ano 2, janeiro de 1881.

ROMERO, Sílvio. **A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1890.

ROMERO, S. **Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes, 1894.

ROMERO, Sílvio (Org.). Explicações indispensáveis. In:\_\_\_\_\_. **Tobias Barreto**: vários escritos. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

ROMERO, Sílvio. **O allemanismo no Sul do Brasil**: seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro & C, 1906.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. SP: Topbooks, 1996.

SAMPAIO, Claudineide Rodrigues Lima. O haitianismo no Brasil e o medo de uma onda revolucionária. In: **COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNICAP**, X, 2017.

SANTOS NASCIMENTO, Washington Santos. Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791–1840). **Especiaria**: Cadernos de Ciências Humanas, 2015.

SCHNEIDER, A. L. “Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, raça e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880)”. **ALMANACK**, n. 18, 2018.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: R. Queiroz, & L. Schwarcz, **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 147-185.

SCHWARCZ, L. Moritz. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERRA, Tânia R. C. Indianismo: evasão e participação no romantismo brasileiro.

**Cerrados**: revista do curso de pós-graduação em literatura, Brasília, v. 1, n. 1, 1992.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **A reescrita da tradição**: a invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857). Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, 2017. p. 395. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In: SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001.

SOUSA, Ricardo. **Capistrano de Abreu**: História Pátria, Cientificismo e Cultura a Construção da História e do Historiador. Tese de doutorado, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2010.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TURIN, Rodrigo. Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História**, edição especial, São Paulo, 2010.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo**: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VARELLA, Flávia Florentino. Primeiros Relatos. In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada. (orgs). **Os historiadores: Clássicos da História** Vol. 4- Dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Puc, 2018. v. 4. p. 9-46.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Florilegio da poesia brasileira** ; ou, colecao das mais notaveis composicoes dos poetas brasileiros falecidos, contendo composicoes dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delle. Rio de Janeiro: Academia Brasileira, 1946.

VENTURA, R. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VON MARTIUS, Karl Friedrich e RODRIGUES, José Honório. “Como se deve escrever a Historia do Brasil”, **Revista de Historia de América**, n. 42, 1956.







